

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JOÃO BATISTA MAMÉDIO

**AS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE FRANCA:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE
FRANCA/SP PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

FRANCA

2018

JOÃO BATISTA MAMÉDIO

**AS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE FRANCA:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE
FRANCA/SP PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.**

Dissertação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Análise de Políticas de Desenvolvimento Econômico-Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes

FRANCA

2018

M264p	<p>Mamédio, João Batista</p> <p>As políticas de fomento à cultura no município de Franca : uma análise das políticas de fomento à cultura no município de Franca/SP pós-redemocratização do Brasil / João Batista Mamédio. -- Franca, 2018 138 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: Alexandre Marques Mendes</p> <p>1. Políticas culturais. 2. Franca. 3. Fundação Municipal "Mário de Andrade". 4. Fundação Esporte, Arte e Cultura. 5. Bolsa Cultura. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOÃO BATISTA MAMÉDIO

**AS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE FRANCA:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA NO MUNICÍPIO DE
FRANCA/SP PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

Dissertação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Análise de Políticas de Desenvolvimento Econômico-Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

**Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
UNESP – Campus de Franca/ SP**

1º Examinador: _____

Prof. Dr. João Luiz Passador,

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, FEA-RP/USP

2º Examinador: _____

**Profa. Dra. Lílian Rodrigues de Oliveira Rosa
UNESP – Campus de Franca/SP**

FRANCA

2018

Aos meus pais, Maria Madalena da Silva e Bolivar Mamédio da Silva (in memoriam). Ela, mulher simples e guerreira que há 42 anos, acompanhada dos filhos menores, entrava num caminhão de mudança na pequena cidade mineira de Sacramento/MG, para se juntar aos que já haviam se instalados na capital brasileira dos calçados. Ele, homem simples e praticante de Folia de Reis, faleceu um ano antes de nossa partida.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o Curso do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, tivemos a oportunidade de trocar ideias com vários docentes sobre o nosso objeto de pesquisa, sobretudo nas aulas da disciplina Metodologia de Pesquisa. Mas não se limitou apenas a esse momento. Por isso, faz-se necessário registrar os nossos sinceros agradecimentos aos professores que contribuíram para o enriquecimento de nosso conhecimento.

Agradeço aos funcionários da Uni-Facef, os quais gentilmente me atenderam e possibilitaram o contato com o Professor Paulo de Tarso de Oliveira, a quem também devo os meus sinceros agradecimentos pela entrevista concedida. Aos demais participantes desta pesquisa, ex-gestores e agentes culturais que, da mesma maneira, deram suas contribuições.

Agradeço o meu orientador professor Doutor Alexandre Marque Mendes, que, além de amigo há mais de 20 anos, demonstrou-se generoso e paciente com as minhas dúvidas e, admito, a inexperiência no campo da pesquisa científica. Agradeço ao amigo Erick Vivian, que sempre se colocou a disposição para sanar e resolver questões relacionadas ao Departamento de Pós-Graduação. Ao Geraldo José Fernandes na transcrição das entrevistas. À Professora e amiga Rita de Cássia Lopes de Oliveira, a qual se propôs a ler a dissertação, sugerindo as alterações possíveis de última hora. E por fim agradecer o apoio da minha família, Lurdinha e Vitória, pela demonstração de paciência com a minha ausência em muitos momentos.

MAMÉDIO, João Batista. **As políticas de fomento à cultura no município de Franca: uma análise das políticas de fomento à cultura no município de Franca/SP pós-redemocratização do Brasil.** 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

A presente dissertação analisa as políticas culturais no município de Franca, cidade do interior do Estado de São Paulo, com ênfase nas medidas e práticas discursivas do poder público municipal dirigida para o desenvolvimento cultural local. Esses discursos estão expressos antes e durante o tempo de gestão e são constituídos em formas de leis que normatiza e delimita a ação no campo da cultura, nos Planos Plurianuais (PPAS) e que vão aos poucos tomando forma de modo que são empiricamente notados pelos atores socioculturais que direta ou indiretamente se envolvem em programas ou projetos culturais. Buscamos compreender que os grupos políticos das sucessivas gestões têm do campo da cultura, no momento em que respondem institucionalmente na formulação e implementação dessas políticas de cultura, o nosso objeto de pesquisa. Neste sentido o estudo aborda também o momento de criação do primeiro órgão oficial de gestão da cultura em fins da década de 1970, a Fundação Municipal “Mário de Andrade”. O período pós-redemocratização do país toma como ponto de partida as gestões públicas de 1993-1996; 2001-2004 e de 2005-2016, com a institucionalização do Programa de Incentivo a Arte e a Cultura. Em termos teórico-metodológicos, pautou-se em referenciais dos conceitos – cultura e políticas culturais, revisão de bibliografia, análise documental, sendo complementada por entrevistas semiestruturadas com ex-gestores e os agentes culturais.

Palavras-chaves: políticas culturais. Franca. Fundação Municipal “Mário de Andrade”. Fundação Esporte, Arte e Cultura - FEAC. Bolsa Cultura.

MAMÉDIO, João Batista. **Policies to promote culture in the municipality of Franca: an analysis of policies to promote culture in the municipality of Franca / SP post-redemocratization in Brazil.** 2018. 138 f. Dissertation (Master in Planning and Analysis of Public Policies) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

This dissertation analyzes cultural policies in the municipality of Franca, in the interior of the State of São Paulo, with emphasis on the discursive measures and practices of municipal public power directed to local cultural development. These discourses are expressed before and during the time of management and are constituted in forms of laws that regulate and delimit the action in the field of the culture, in Plans Plurianuais (PPAS) and that they are gradually taking shape so that they are empirically noticed by the actors sociocultural societies that directly or indirectly engage in cultural programs or projects. We seek to understand that the political groups of the successive administrations have the field of culture, the moment they respond institutionally in the formulation and implementation of these culture policies, our object of research. In this sense the study also addresses the moment of creation of the first official organ of management of the culture in ends of the decade of 1970, the Municipal Foundation "Mário de Andrade". The post-re-democratization period of the country takes as its starting point the public administrations of 1993-1996; 2001-2004 and 2005-2016, with the institutionalization of the Program of Incentive to Art and Culture. In theoretical-methodological terms, it was based on concepts - culture and cultural policies, literature review, documentary analysis, and complemented by semi-structured interviews with former managers and cultural agents.

Keywords: cultural policies. Franca. Municipal Foundation "Mário de Andrade". Foundation Sport, Art and Culture – FEAC. cultural exchange.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMC	Conferência Municipal de Cultura
CFC	Conselho Federal de Cultura
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
EXPOAGRO	Exposição Agropecuária de Franca
FEAC	Fundação Esportes, Arte e Cultura
FETANP	Federação de Teatro Amador do Nordeste Paulista
FMMA	Fundação Municipal “Mário de Andrade”
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LINCS	Leis de Incentivo à Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPA	Plano Plurianual
PROAC	Programa de Ação Cultural
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

BREVE APRESENTAÇÃO DO AUTOR	1
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 – CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS	8
1.1. Cultura, as variações e profundidade do conceito	8
1.2. Cultura e políticas culturais, considerações	12
1.3. Estado, Cultura e políticas culturais no Brasil	17
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS CULTURAIS NUMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA	33
2.1. O discurso oficial da política cultural na década de 1990 na cidade de Franca: “Por uma nova política cultural”	36
2.2. A política cultural do Partido dos Trabalhadores (PT) em Franca (2001-2004)	43
2.3. Propostas para a cultura no governo do PT (2002-2005)	45
2.4. O discurso governamental através do Plano Plurianual 2002-2005	48
2.5. As Agendas Culturais na gestão do PT	54
2.6. Política cultural dos governos do PSDB (2005-2016): FEAC e o Bolsa Cultura	55
CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA CULTURAL NA PERSPECTIVA DOS AGENTES POLÍTICOS E CULTURAIS	66
3.1. A criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” em Franca	66
3.2. Políticas culturais sob a perspectiva dos agentes culturais	81
3.3. À guisa de conclusões desta seção	93
3.4. Uma proposta de intervenção para as futuras políticas públicas de cultura	94
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	104
APÊNDICE A – AGENDA CULTURA DO MÊS DE AGOSTO DE 2003	113
APÊNDICE B – AGENDA CULTURAL DO MÊS DE JUNHO/2004	115

APÊNDICE C - PROJETOS CULTURAIS SELECIONADOS NO PROGRAMA BOLSA CULTURA – 2016	117
ANEXO A - ENCARTE DISCO ORQUESTRA E CORAL – FMMA, 1977	119
ANEXO B – AGENDAS CULTURAIS 2004	120
ANEXO C - CONVÊNIOS E AUXÍLIOS DA DIVISÃO DE CULTURA E DIVISÃO DE ESPORTES 2016	121
ANEXO D – ANEXO D - PLANO PLURIANUAL PARA A CULTURA	123

BREVE APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Apresento aqui, resumidamente, um pouquinho da minha história de vida na cidade de Franca, que, para fins deste estudo, remete também à segunda metade da década de 1970, quando eu e minha família migramos para essa cidade industrial. Nada é por acaso. A minha chegada e de parte da minha família à cidade de Franca deu-se em meados do ano de 1976. Era comum, e ainda deve ser, algum membro da família pegar a dianteira nas ondas migratórias, “ajeitando as coisas” para que os outros viessem depois. Foi assim que aconteceu com muitos migrantes mineiros que por aqui se aportaram antes e depois da minha chegada.

Depois de já instalado nessa cidade, era preciso conseguir emprego de sapateiro, profissão esta que hoje em dia costuma causar algum constrangimento nas gerações mais novas. Mas, me questiono se em algum momento, não preferi usar o termo industriário em detrimento do sapateiro. A verdade é que, durante quase 12 anos, vivenciei o “chão de fábrica”. Mesmo quando a produção calçadista alcançou patamares satisfatórios para a economia do município, o desemprego rondou por aqui.

Do início da chegada na cidade de Franca até o final da década de 1980, o lema era trabalhar e, nas horas de lazer, sobretudo nos finais de semana, na companhia de amigos e também migrantes mineiros, procurávamos como diversão o que a cidade nos oferecia: os jogos da Francana; as brincadeiras dançantes (bailes), que não ficavam limitadas a salões, acontecendo também nos lares das famílias mais simples e nos famosos barracões das Paróquias de São Benedito e de São Sebastião. Andávamos pelo bairro a procura de um baile “caseiro” e entrávamos sem ser convidados. Socialização estava ali. As praças, sobretudo a do bairro da Estação, era também um local de encontro de homens e mulheres e de jovens trabalhadores das fábricas de calçados.

Os estudos, e sua continuidade, naquelas circunstâncias não estavam nos meus planos. Ainda no meu primeiro emprego como sapateiro, recebi de um colega um convite para fazer teatro na cidade. Mas não foi dessa vez. O tempo se encarregou de me preparar e aos 23 anos me aproximei do movimento de teatro amador da cidade. Foi ali nos fundos do Colégio Champagnat, nas dependências da Federação de Teatro Amador do Nordeste Paulista e de seu acanhado Teatro de Bolso, onde tive, talvez, uma das mais importantes experiências da minha vida. Descobri que poderia ser ator e fui ativo até bem recentemente. De ator amador queria me profissionalizar e cheguei a solicitar, no ano de 2004, o tão sonhado DRT, junto ao Sindicato dos Artistas Profissionais de São Paulo (SATED). Só que ao consegui-lo, indaguei a mim

mesmo: “O que fazer com isso agora?”. Bem... até hoje eu ainda não sei. E isso se deve, primeiro, porque após concluir os estudos no ensino médio, tardiamente, quis fazer uma faculdade. Aliás, tardiamente também, como o casamento, a filha. Tentei três vestibulares, dois: pra ser estudante de História e o terceiro em Serviço Social na UNESP de Franca. No último estive mais próximo de uma aprovação. Acabei cursando História na Faculdade de Franca (UNIFRAN), como bolsista do Prouni. A partir daí, tomei gosto pela coisa. Pensava numa Pós-Graduação, História da América Latina ou da África e flertei com a Antropologia. Por duas vezes participei como aluno especial dos Programas de Pós-Graduação na UNESP de Franca, em História e em Serviço Social, uma porta aberta para uma possível apresentação de um projeto de pesquisa. Afinal, ambas as áreas me interessavam e, então, em 2012, de uma só vez apresentei aos dois Programas dois projetos de pesquisa, mas sem muito êxito.

Com a criação do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, em cujo lançamento do curso estive presente, senti que, mais cedo ou mais tarde, teria novamente a possibilidade de elaborar um projeto de pesquisa e que esse poderia finalmente ser aceito pelo Programa. Uma primeira ideia que me ocorreu era discutir políticas públicas para o polo calçadista de Franca, mas ainda não estava convicto de que esse era o tema que gostaria de discutir.

A longa experiência que vivenciei no campo cultural, mais especificamente no teatro, foi o suficiente para me entusiasmar e percebi logo que esse era o caminho possível para o mestrado profissional: refletir sobre a ação do poder público para a área cultural no município. Foi assim que elaborei o projeto de pesquisa, cujo objetivo foi o de analisar as políticas ou ação do poder público local para fomentar a cultura local, não estando restrito apenas a área onde eu atuei por mais de 20 anos, o teatro.

A dissertação que segue é o resultado do nosso esforço reflexivo sobre as ações que o poder público municipal logrou fazer em nome da cultura e para o seu desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A cultura, como direito, pressupõe uma ação permanente de todos os cidadãos que a reivindicam de maneira ampla para: fruir do patrimônio cultural; construir as condições de participação e decisão sobre as estratégias da política pública de cultura; formarem-se, produzir e difundir o conteúdo cultural, presente em qualquer que seja a sociedade. É o poder público, através dos governos, que pode oferecer condições aos diferentes atores sociais interessados no desenvolvimento cultural, as quais vão além da oferta de espaços para a fruição de conteúdos pré-selecionados por poucos e para alguns poucos cidadãos. Sob essa perspectiva, a presente Dissertação apresenta o exame do processo histórico em alguns de seus momentos mais importantes. Durante esse processo, os governos do município de Franca/SP declararam a intenção de atuar no campo, institucionalizando-o por meio da criação de órgãos para a gestão da cultura e da criação de marcos legais que regulamentam o fomento a projetos.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas discursivas do poder público local no campo da cultura a partir da década de 1990, compreendendo as gestões municipais de: 1993-1996, que se insere no recente processo de redemocratização do Brasil; 2001-2004, no segundo mandato da administração do Partido dos Trabalhadores (PT) e; 2010-2016, na gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Já no final da década de 1970, o poder público local sinalizava a intenção de agir no campo cultural. Ainda que a ação pública se limitasse a atender uns poucos criadores culturais, foi suficiente para construir uma linha de ação continuada nas décadas de 1980 e 1990. Foi essa linha de ação que a pesquisa procurou analisar, privilegiando o período logo após a redemocratização do Brasil, durante o qual os municípios brasileiros tornaram-se entes do novo pacto federativo, com autonomia política e fiscal. No entanto, o processo de redemocratização envolveu transformações profundas, ocorrendo lentamente e com alguns retrocessos característicos da história recente do país.

O interesse em pesquisar as políticas culturais no município de Franca/ SP, surgiu, primeiramente, da inquietação em compreender melhor como os governos municipais procuraram intervir no campo cultural. Em segundo lugar, em decorrência da criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Campus de Franca, cujo curso, oferecido em Mestrado Profissional e de caráter interdisciplinar, significou um momento privilegiado de reflexão sobre a área das políticas públicas.

1.1. Caminhos metodológicos

Para orientar tais reflexões, procurou-se, em fontes documentais, subsídios a essas questões, os quais estavam dispersos em vários locais, tais como: os portais da Prefeitura e da Câmara Municipal de Franca, na Biblioteca Municipal de Franca (Agendas Culturais de 2003 e 2004) e com agentes políticos locais. Cabe ressaltar que as fontes documentais produzidas pelo órgão de gestão da cultura e que estavam no Arquivo Público Municipal são parcas e constituíram-se, em grande maioria, de recortes jornalísticos e folhetos (*folder*) das atividades realizadas na cidade em diferentes momentos.

Frisa-se que os documentos produzidos pelo poder público sobre as realizações culturais, tiveram o seu acesso pelo pesquisador dificultado. Esses documentos oficiais não disponibilizados ou não produzidos, denotam ausência de registro dos eventos e dos programas culturais do Município. Ao que tudo indica, essa prática não pode ser atribuída a apenas esse ou aquele lugar. O mesmo tipo de descaso ocorre também em outras localidades, como é exemplificado Lima (2011), ao se referir ao arquivamento e disponibilização de documentos no Estado da Bahia,

Acreditamos também que é significativo apontar um dos grandes entraves para a realização das pesquisas sobre as políticas culturais, certamente, também enfrentado em outras áreas da política pública: a dificuldade de obtenção de informações junto aos órgãos públicos. Os motivos elencados são os mais diversos, a ausência de registros públicos é um dos principais. Quando os registros existem, na maior parte, não foram elaborados a partir de uma metodologia adequada. Chega a ocorrer em uma mesma gestão à apresentação de relatórios completamente diferenciados de um ano para outro, dificultando, por exemplo, o acompanhamento de programas, além, é claro, da realização de uma análise comparativa anual (LIMA, 2011, p. 30).

A autora complementa esta situação bastante comum na área da gestão da cultura,

A apresentação de dados de maneira superficial nos registros públicos também é uma situação freqüente. No campo cultural esta situação é ainda mais complexa, pois muitas atividades não podem ser medidas através de números, mas são atividades de um valor imprescindível, a exemplo do registro de um patrimônio imaterial (LIMA, 2011, p. 30).

A metodologia ou o “caminho do pensamento” utilizado na pesquisa constituiu-se de: uma revisão bibliográfica; pesquisa documental e; entrevistas semi-estruturadas com gestores da cultura e agentes culturais da cidade. As entrevistas com esses atores visaram compreender, sob suas perspectivas pessoais, os assuntos relacionados à cultura e os desdobramentos para o seu pleno desenvolvimento com as políticas culturais. Por questões

éticas, preferiu-se identificar os ex-gestores pela denominação de EG1 e EG2. Intentou-se, desde o início, realizar entrevistas com todos os gestores da cultura, de cada governo que estava no recorte temporal deste trabalho. No entanto, alguns ex-gestores não foram encontrados ou não demonstraram interesse em contribuir para com o nosso estudo. Quanto aos atores de diferentes práticas culturais, foram chamados de AC1, AC2, AC3 e AC4. O critério de seleção dos agentes culturais foi a experiência vivenciada por cada deles em cada uma das áreas onde então inseridos. Reiteramos a nossa pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e posteriormente aprovada e deliberada pelo Conselho de Ética da UNESP/Franca.

Essa aproximação com os sujeitos da pesquisa foi de grande importância na compreensão das práxis das políticas culturais no Município, seja na gestão da cultura, com os ex-gestores, que expressaram suas experiências vivenciadas em tempos distintos, seja com os agentes culturais, alvos potenciais das políticas culturais, sob responsabilidade do poder público.

É necessário também afirmar que esta pesquisa se enquadra na perspectiva qualitativa, já que lida com os aspectos da realidade social, do dinamismo da vida individual e coletivo, com toda a riqueza dos significados que transborda dela (MINAYO, 2009). De acordo com Minayo (2009):

[...] à pesquisa qualitativa que visa a compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto a: (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais (MINAYO, 2009, p. 23).

E foi dessa forma, pelo viés qualitativo da pesquisa, que foram analisadas as fontes documentais acessadas e o material recolhido na pesquisa de campo através da fala dos participantes da pesquisa nos seus mais significativos e latentes conteúdos.

Para a realização desta pesquisa, fez-se o levantamento de uma extensa bibliografia sobre o tema cultura e políticas culturais, momento esse imprescindível e que auxilia na construção da perspectiva da realidade e em sua ordenação (MINAYO, 2009).

Em relação ao que é cultura, termo este polissêmico, denotando vários sentidos que vão sendo alterados ao longo do tempo, priorizamos, dentre outros, os propostos por Cuche (1999), Eagleton (2011), Laraia (2009), Canclini (1987) e Chauí (2008). Estes autores teorizam o termo cultura, situando desenvolvimento do conceito em períodos históricos e explicitando suas variações de significado, servindo, inclusive, para classificar as nações desenvolvidas e aquelas

não desenvolvidas (etnocentrismo); utilizada para designar uma cultura com C maiúsculo em detrimento de outras formas de se viver e de fazer determinadas coisas.

As políticas públicas existem para a resolução de demandas das mais variadas no seio da sociedade e sua análise permite afirmar o que os governos fazem ou deixam de fazer em determinado contexto histórico (SOUZA, 2006; SERAFIM, 2012). Em relação às políticas culturais¹, Coelho (1997), traz conceitos importantes ao entendimento desde campo, que tem sido assunto de discussão de distintas áreas do conhecimento.

A análise do objeto de pesquisa leva em conta o processo histórico que é marcado por uma ação essencialmente humana e, neste sentido, constitui-se de um sistema construído pelos homens e suas relações uns com os outros (MARX, 2009 apud NETO, 2011). “Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, [...] antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (NETO, 2011, p. 23). Ao analisar o objeto da pesquisa, o estudioso deve ir “[...] além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (MARX, 2009, p. 244 apud NETO, 2011, p. 22). Neste sentido, vale afirmar o tratamento diferenciado pelo qual este estudo se orientou, analisando o fenômeno à partir de uma visão crítica e dialética, que considera a realidade não estática, mas em movimento contínuo e capaz de vir a se transformar.

O estudo está estruturado em três capítulos, sendo que no primeiro são apresentadas reflexões acerca do conceito de cultura, de políticas públicas e culturais que servirão de base teórica para a sequência do trabalho.

O segundo capítulo é dedicado às políticas culturais para o município de Franca, a partir dos discursos proferidos pelos agentes públicos locais, contidos em documentos, com ênfase no início da década de 1990, seguido de outros momentos na história da gestão pública municipal. Objetivamos analisar a política cultural na segunda gestão do PT, 2001–2004 e a gestão seguinte representada pelo PSDB com início em 2005 a 2016. O enfoque nesse último

¹ Outros trabalhos são distribuídos em várias áreas do conhecimento. É o caso de Lima (2011), que analisa as políticas culturais em dois momentos distintos no Estado da Bahia; Medeiros (2013), que trata sobre formas de relacionamento entre instituições culturais através dos Pontos de cultura no Estado de São Paulo, com a governança para a área da cultura; Paschoalick (2017) se debruçou a analisar o processo de institucionalização das políticas culturais na cidade de Ribeirão Preto/SP, por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC); Ferreira (2006), tratou da política cultural posta em prática sob a gestão da filósofa Marilena Chauí, entre os anos de 1989–1992. Outros trabalhos contam de avaliações das políticas culturais do Programa Cultura Viva, com publicações no livro *Pontos de Cultura*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011). Ressaltando ainda que a bibliografia sobre as políticas culturais, encontra-se hospedada no site do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e que serviu de suporte nesta pesquisa.

período corresponde a aqueles momentos em que se pode notar a ação do poder público direcionado ao desenvolvimento da cultura no município de Franca, como no caso da “Bolsa Cultura”.

Por fim, no terceiro capítulo, foi à vez de analisar as falas de dois ex-gestores da cultura na cidade. Com o primeiro ex-gestor, o objetivo voltou-se à questão da criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” (FMMA) ocorrida no final dos anos de 1970. Buscou-se compreender o contexto cultural da época, que justificou o surgimento do órgão de fomento à cultura. Na fala do outro ex-gestor, estão circunscritas as ações para a cultura a partir da segunda metade dos anos 2000. Nesse capítulo, considerou-se também na condição de sujeitos da pesquisa, alguns dos agentes culturais, que, por meio de suas falas, expressaram suas concepções sobre a política cultural no município de Franca. E em seu último item, faz-se uma proposta de intervenção, uma das propostas desse programa desse Mestrado Profissional.

E, por último, para finalizar nosso estudo, faremos as nossas considerações finais, frisando as principais ações que o poder público local realizou para o desenvolvimento cultural no município de Franca ao longo de quase quatro décadas.

CAPÍTULO 1 – CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

Neste capítulo, dois conceitos importantes serão apresentados. A partir das versões neles contidas e de suas conexões com as políticas públicas, esperamos que eles forneçam subsídios e aportes teóricos para o êxito da nossa pesquisa. Pretendemos com esses conceitos vislumbrar como se efetiva a política cultural no município francano, de que forma atua e como se materializa esta atuação do poder público em conjunto com os atores de distintas práticas culturais, ou seja, para quem ela está direcionada. Tais conceitos que serão apreciados a seguir são: Cultura e Políticas Culturais.

O conceito de cultura não é de fácil definição; portanto, a maneira como o termo cultura é aplicado em disciplinas como a Antropologia, Sociologia e a História, entre outras áreas do conhecimento, o seu sentido vai variar de acordo com o enfoque como cada uma dessas disciplinas a enfatiza, sem contar com os usos e desusos que a cultura sofre e também difere nas apropriações cotidianamente, seja por pessoas leigas, seja pelos diferentes agentes políticos ou pelos mais variados meios de comunicação de massa. Em um caso ou outro, há sempre a ênfase numa das dimensões da cultura, sendo mais comum a associação com algumas categorias artísticas: teatro, dança e música por exemplo.

São, portanto, dois os conceitos que norteiam a reflexão do universo da cultura; todavia, daqui em diante, serão colocados sem pretensão de esgotar as noções, sobre a cultura e a política cultural.

1.1. Cultura, as variações e profundidade do conceito.

A definição do que é cultura foi e continua sendo um tanto problemática; e os debates em torno do seu conceito e do que a caracteriza, mesmo nos dias atuais, não estão totalmente resolvidos; quanto mais utilizamos a palavra “cultura”, às vezes até excessivamente, mais as ideias que giram em torno desse conceito são pouco esclarecedoras.

Já nas primeiras linhas do seu livro, Terry Eagleton afirma: “Cultura” é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa, e ao seu termo, que é, por vezes, considerado o seu oposto – “natureza” – é comumente conferida a honra de ser o mais complexo de todos” (EAGLETON, 2011, p. 09).

Raymond Williams, em “Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade”, menciona também logo de início a complexidade da palavra cultura no vocabulário inglês (WILLIAMS, 2007). De acordo com o autor,

Isso ocorre, em parte, por causa de seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas européias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (WILLIAMS, 2007, p. 117).

Quanto ao termo cultura, seguindo os pressupostos de Chuche (1999), o autor sugere ser necessário percorrer os caminhos e identificar contextualmente sua origem: como surgiu e como se desenvolveu historicamente, numa tentativa de clarificar as mudanças semânticas pelas quais passou, chegando até os nossos dias.

Todavia, como lembra Denys Cuche (1999), toda palavra tem a sua história e como tal deve ser levada em consideração.

As palavras têm uma história e, de certa maneira também, as palavras fazem a história. Se isto é verdadeiro para todas as palavras, é particularmente verificável no caso do termo "cultura". [...] As palavras aparecem para responder a algumas interrogações, a certos problemas que se colocam em períodos históricos determinados e em contextos sociais e políticos específicos (CUCHE, 1999, p.17).

Esse autor sugere ainda que, se quisermos compreender cultura como ela é dada a ver, é necessário reconstruir sua genealogia. Não pretendemos, neste trabalho, reconstruir todo o percurso da palavra cultura nem temos a intenção de nos filiar a qualquer definição que seja. Ficamos instigados pelos pressupostos teóricos desses autores em relação à gênese da palavra cultura, a seus pressupostos da origem aos desdobramentos posteriores do termo; e em relação a quanto entra ela como ramo de estudo pelas ciências sociais.

Da raiz da palavra latina *collere*, cultura associava-se aos cuidados com o ato de lavar, cuidar de cultivar terra: a cultura no sentido *agri* ou se referindo à agricultura. Outra expressão, cultura *animi*, estava associada ao processo de cultura da natureza do espírito (RAMOS, 2007).

A filósofa Marilena Chauí também se refere às origens da palavra cultura, que surge

[...] do verbo latino *collere*, na origem, cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura; com crianças, donde puericultura; e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios (CHAUÍ, 2008, p.55).

Percebe-se que os termos: “culto e cultivar” são ainda muito presentes nas ações cotidianas, como cultivar a própria terra para o plantio, cultivar uma amizade, entre outras coisas, assim como culto: no sentido frequentar um evento religioso, culto a personalidades, etc. Embora sua função semântica, o ato de “cultivar” qualquer coisa nos dias atuais, ela é também utilizada para nomear muitas coisas. Como afirma Cuche: “[...] continua a ser aplicada a realidades tão diversas: cultura da terra, cultura microbiana, cultura física etc.” (CUCHE, 1999, p. 18).

De fato, a evolução da palavra segue o próprio movimento intelectual ocidental da época, que já por volta do século XVIII, segundo esse autor, está incorporada ao Iluminismo e sendo utilizada para referir-se à Educação, às Letras, às Ciências, à Filosofia, etc. (CUCHE, 1999). De acordo com ele,

Progressivamente, "cultura" se libera de seus complementos e acaba por ser empregada só para designar a "formação", a "educação" do espírito; depois, em um movimento inverso ao observado anteriormente, passa-se de "cultura" como ação (ação de construir) a "cultura" como estado do espírito cultivado, construção, estado do indivíduo "que tem cultura". Esse uso é consagrado, no fim do século, pelo Dicionário da Academia (edição de 1798) que estigmatiza "um espírito natural e sem cultura", sublimando com esta expressão a oposição conceitual entre “natureza” e “cultura”. Esta oposição é fundamental para os pensadores do Iluminismo que concebem a cultura como um caráter distintivo da espécie humana. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo de sua história (CUCHE, 1999, p.19-20).

De acordo com Marilena Chauí, no Iluminismo,

[...] a cultura é o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade. Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz uma civilização (CHAUÍ, 2008, p. 55).

De outra forma, a antropologia social em sua evolução procurou corrigir distorções do termo cultura, desde o século XX, com estudos que escapam de modelos definidores e etnocêntricos que se justificaram em outros contextos históricos. A cultura serviu a regimes políticos, como: o colonialismo, o imperialismo e o fascismo, que, com suas ações pedagógicas, impunham àqueles povos conquistados sua cultura, considerada pela ótica ocidental como superior.

Segundo Laraia (2009), quem primeiro definiu o termo cultura foi Edward Tylor (1832-1917) que conceituou: “Cultura ou civilização, tomadas em seus sentidos etnográficos, é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e várias outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem, enquanto membro da sociedade” (LARAIA, 2009, p. 25).

É claro que Civilização, sobretudo na Europa, estava associada às grandes realizações de países desse continente. Ramos (2007) afirma que esse sentido de cultura formulado por Tylor foi sendo difundido muito lentamente no decorrer da história ocidental, só entrando nos dicionários um pouco mais tarde. De acordo com esse autor, “Na França, porém o termo utilizado era o de civilização, porque denotava um estágio de desenvolvimento social avançado, pois estava embutida a ideia de urbanização, da qual se orgulhavam os franceses” (RAMOS, 2007, p. 15).

Destarte, as transformações que a palavra cultura sofreu no decorrer da história, aproximavam-na inclusive da expressão civilização, para significar um estágio de desenvolvimento das nações centrais; o fato é que ainda é muito comum, na atualidade, entender cultura como um ramo do conhecimento em geral; daí, ouvirmos constantemente que fulano ou beltrano não tem cultura pela simples ausência de condições a esse alcance dos indivíduos às múltiplas referências que devem acumular para serem aceitos como pessoas portadoras de cultura. Essa é a tônica difundida e aceita constantemente em nossa sociedade: para possuir cultura, o sujeito precisa dominar uma gama quase que infinita dos conhecimentos gerados por ela; além, é claro, da fruição dos produtos culturais, que não são poucos e devem fazer parte do repertório de cada um dos indivíduos.

Entendemos que, quando se fala de cultura no singular, o termo nos parece um tanto fechado e oferece uma vaga ideia do que ela possa verdadeiramente significar; por um lado, dando margem a um entendimento, a nosso ver, que inclui uma parcela da sociedade letrada, de certa forma, possuidora do ‘capital cultural’, nos termos de Bourdieu (2015); por outro, ao mesmo tempo, seletivamente o nega a outra grande parcela da sociedade, pouco letrada e, sobretudo, excluída socioeconomicamente das benesses que os meios de produção capitalista oferecem aos primeiros em detrimento dos segundos.

A cultura, como sinônimo de “saber”, foi, durante muito tempo, disseminada; e a educação era o caminho certo para acessá-la. Ao mesmo tempo, impunha-se, para o refinamento pessoal, o consumo das artes, aperfeiçoando o cultivo do espírito. Este sentido de cultura – como herança iluminista – foi sendo superado ao longo do tempo, mas não foi totalmente eliminado.

Portanto, o universo da Cultura, no senso comum, é a forma de acionar um *status* que distingue os sujeitos portadores de cultura daqueles que não a têm, de quem usufrui da oferta do conhecimento e de alguns produtos culturais, em confronto aos que não o acessam. Para quem frequenta os museus, as exposições de artes, as salas de teatro, costumeiramente, é-lhes atribuído o “status” de pessoas cultas. De outro lado, a noção antropológica de Cultura inclui os modos de viver e fazer, característicos de uma determinada sociedade, incluindo as produções intelectuais. Mas esse reconhecimento de que cultura pode ser quase tudo teve que passar por um longo caminho até os dias atuais, evocando toda a produção humana.

1.2. Cultura e políticas culturais, considerações.

Enveredar-se pelas políticas culturais exige do pesquisador, em primeiro lugar, conhecer o terreno por onde ele deseja trilhar e, mesmo assim, corre-se certos riscos de não conseguir realizar plenamente os seus objetivos. Neste caso, o de desvelar situações que ao longo do tempo vêm-se conformando às práticas políticas em produzir políticas públicas culturais no Brasil e, sobretudo, em relação ao nosso objeto de estudo: as políticas de fomento à cultura no município de Franca/SP. Ainda assim, acreditamos ser necessário seguir em frente e, nesse percurso que ora encerramos, faculta-nos traçar alguns diálogos imprescindíveis para um entendimento do que pode ser chamado, ou interpretado, como política cultural. Por outro lado, para dar conta de tal empreendimento, é necessário recorrer à literatura especializada em que versam sobre o assunto.

Partindo de uma abordagem do que pode ser considerada uma política cultural, uma das primeiras noções foi fruto das discussões dentro na UNESCO em fins da década de 1960. A citação referida é a seguinte: “[...] entende-se por "política cultural" um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que fornecem uma base para a ação do Estado” (UNESCO, 1969, n.p). No século XX, um dos exemplos notáveis da ação governamental no campo cultural se deu na França na década de 1950. Isso seria um marco do nascimento das políticas culturais modernas. Phillippe Urfalino (2015), é quem fez essa afirmação sobre a invenção da política cultural e a criação, no ano de 1959, do primeiro Ministério da Cultura em todo o mundo. No entanto, encontramos outros exemplos de intervenções culturais realizados em diferentes momentos e locais.

É necessário afirmar que, assim como Anita Simis (2010), entendemos as políticas culturais como parte das políticas públicas em que governos de diferentes níveis devem atuar para organizar este campo, não como atores que as formulam e as implementam autoritariamente, mas que coordenem uma rede de interesses visando satisfazer necessidades

daqueles que atuam na produção e difusão de tais atividades e considerando também os consumidores de bens culturais.

Segundo Barbalho (2005), o objetivo da política cultural é transformar a realidade sociocultural. Sendo assim, as políticas públicas existem para responder as demandas da sociedade e, quando um problema social é reconhecido pelos agentes fazedores de políticas e em seguida introduzido na agenda política, pressupõe-se a priori que deste reconhecimento se transforme numa política pública que irá repercutir na vida dos cidadãos.

Em 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, e a nomeação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, houve um avanço substancial na forma de tratamento da cultura como política pública, especialmente com a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Entretanto, não houve a adesão de todos os entes federativos ao SNC, sobretudo dos municípios brasileiros, que não compreenderam a importância de articular suas ações no campo cultural com aquelas advindas da esfera federal.

As políticas culturais não se encontravam entre aquelas políticas de proteção social que, a partir da década de 1990, tiveram sua gestão gradativamente descentralizada para os Estados e Municípios brasileiros. Arretche (2011), analisa algumas das políticas públicas brasileiras, que foram gradativamente descentralizadas durante a reforma do Estado, que passa de autoritário e centralizado para o democrático, com autonomia política e fiscal. Afirma a autora: “Em termos políticos-institucionais, nos anos 1990, governo federal, governos estaduais e governos municipais passaram a ser autônomos e independentes” (ARRETCHE, 2011, p. 17). Dentro desse aspecto, as políticas de cultura anteriores a este período estavam sob as decisões dos governos locais, mesmo que não fossem formuladas adequadamente. Portanto, não havia a necessidade de delegar aos demais entes da federação obrigações para com esta área, exceto com alguns graus de recomendação ao patrimônio cultural através de órgãos federais criados em outras épocas.

Ainda sobre este processo em andamento na década de 1990, diz a autora: “Em um Estado federativo, os governos subnacionais têm – de fato – prerrogativa de não aderir aos programas federais que pretendem delegar-lhes competências” (ARRETCHE, 2011, p. 17). Se nas principais políticas de proteção social, estados e municípios teriam ou não a prerrogativa de geri-las, a cultura permanecia como o parente distante destas políticas, portanto, submetidas aos arranjos dos governos locais eleitos a cada quatro anos.

A partir de então, os entes subnacionais foram assumindo funções de gestão das políticas sociais, e a cultura² seguiu a reboque destas segundo as especificidades regionais, sendo muitas vezes refém de concepções estreitas quanto à noção de cultura, limitadas ao rol das belas artes. A autonomia dos entes federativos contemplada pela Constituição de 1988 abriu um leque de possibilidades aos Estados e Municípios não só gerirem as políticas sociais, mas de atenderem a novas demandas da sociedade, exigindo a formulação e implementação de novas políticas públicas. Mas, é também esta autonomia que permite afirmar o que o Estado, através de seus governos, escolhe fazer ou não fazer e “quem ganha o quê e que diferença isso faz” (DYE, 1984 apud SOUZA, 2006, p. 24).

Comentando estas definições das políticas públicas acima citadas, Serafim (2012) ressalta que a definição de Dye é relevante para o entendimento da ação do Estado, ou seja, o que ele escolhe “fazer ou não fazer”. Segundo a autora, “Políticas públicas não devem ser entendidas apenas como o que o Estado faz (sua dimensão mais facilmente percebida), mas também como aquilo que ele deixa de fazer. Suas ações – ou inações – refletiriam os comportamentos dos atores que nele atuam” (SERAFIM, 2012, p. 124).

Dadas as possíveis, ou aceitáveis, definições de políticas públicas acima citadas, resta saber como são as noções das políticas culturais a partir de alguns estudiosos que se dedicaram a refletir sobre elas em contextos específicos. Coelho (1997), no livro *Dicionário Crítico de Políticas Culturais*, apresenta a seguinte definição de políticas culturais:

[...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

A noção de política cultural definida por este Coelho (1997) é semelhante a que desenvolveu Canclini, que entende as políticas culturais como “um conjunto de intervenções

² O direito à cultura é assegurado pelo texto constitucional no artigo 215, que garante o exercício e o acesso às fontes da cultura nacional, incentivando de forma adequada a valorização e a difusão das manifestações culturais. Através do pleno acesso às fontes culturais, cabe ao Poder Público, proteger o patrimônio histórico brasileiro, através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. A garantia ao patrimônio cultural brasileiro, faz-se mister como forma de defender a história e as tradições existente em um país de extensão continental, garantindo as gerações futuras o acesso e análise das diferentes espécies de cultura dispersas no território nacional (BRASIL, 1988).

realizadas pelo Estado, as instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social” (CANCLINI, 1987, p. 26). Em outro momento, Canclini (2005), como parte de suas reflexões, argumenta que às transformações provocadas pelo processo de globalização acrescentam na necessidade de se considerar a transnacionalidade dos processos simbólicos e materiais na atualidade.

Estas noções de política cultural, sistematizadas por ambos os autores, supõe ações conjuntas envolvendo o Estado e outros atores que agem fora dele. No entanto, como afirma Barbalho (2005), essas necessidades da população não estão “pré-fixadas, nem são neutras, mas resultam da compreensão e do significado de que os agentes atuantes nos campos político e cultural têm dessas necessidades e dos interesses envolvidos” (BARBALHO, 2005, p. 37). É esta compreensão desses agentes que deve ser atualizada na formulação de uma política cultural, embora nem sempre seja possível, dado o lugar que ocupam dentro do sistema cultural.

A ação estatal no campo da cultura ao longo dos tempos esteve condicionada a contextos políticos e sociais das nações desde a modernidade. Bolán (2004), argumenta que as políticas culturais, como as entendemos atualmente, surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a percepção da política cultural como uma ação global, “isto é, um conceito que articula as ações isoladas que, há anos, têm sido aplicadas aos diferentes setores culturais” (BOLÁN, 2004, p. 3).

Canclini (1987) identifica e apresenta os paradigmas das políticas culturais que historicamente estiveram nas agendas governamentais na América Latina, são eles: o mecenato liberal; o tradicionalismo patrimonialista, populista; privatização neoconservadora; democracia cultural e democracia participativa. Canclini (1987) identifica nesses modelos, seis paradigmas em relação aos agentes sociais que lhes dão sustentação e como se estruturam as relações entre a política e cultura.

Dois modelos de política cultural foram considerados para os objetivos desta pesquisa, sendo eles: o paradigma da política de democratização cultural e democracia participativa (CANCLINE, 1987), e também conhecido por democracia cultural ou cidadania cultural (CHAUÍ, 1995).

Quanto ao primeiro paradigma, este autor o descreve como:

Esse paradigma concebe a política cultural como um programa de distribuição e popularização da arte, do conhecimento científico e de outras formas de "alta

cultura". Sua hipótese básica é que uma melhor difusão irá corrigir as desigualdades no acesso aos bens simbólicos (CANCLINI, 1987, p. 46).

Não há como deixar de notar que, em grande medida, esta concepção de política cultural, herdeira de uma visão elitista de cultura, ainda prevalece nos modelos de intervenção pública ou privado no campo da cultura. Sob este aspecto, o próprio conceito de cultura, subjacente a política, é também reduzido as artes e ao consagrado (CHAUÍ, 2008).

Canclini (1987), chama a atenção para a questão da democratização cultural, que envolvem instituições do governo e das organizações ligadas as industriais culturais. As últimas o fazem pela lógica dos negócios, ou seja, do mercado. Esse aspecto é importante pois, apesar de reconhecer o papel que os diferentes equipamentos de mídias possuem na difusão de produtos ou bens culturais, percebe-se uma imposição de conteúdos culturais massificados, cujos interesses se voltam para a lucratividade dos agentes envolvidos nesse tipo de produção cultural.

O outro paradigma de política cultural, conhecido como democracia participativa, surge exatamente como uma oposição ao modelo de democratização cultural e sua ênfase na difusão de artes já consagradas. De acordo com Canclini,

[...] esta concepção defende a coexistência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, propicia seu desenvolvimento autônomo e relações igualitárias de cada indivíduos em cada cultura com respeito às demais. Pois não há uma só cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir só a hegemônica e sim promover o desenvolvimento de todas as culturas que são representativas dos grupos que compõem uma sociedade. (CANCLINE, 1987, p. 50-51).

As políticas de democracia participativa são aquelas mais difíceis de criar raízes no seio da sociedade, pois implicam um razoável grau de participação dos atores não estatais, de organizações e comunidades interessadas no processo de desenvolvimento cultural. Por outro lado, não se deve subestimar o caráter ainda conservador de grupos políticos que se revesam no poder a cada ciclo eleitoral. Esses trazem consigo o velho e tradicional jeito de promover e tratar a cultura, traduzidas como políticas restritas a poucos cidadãos.

Tal traço autoritário, ainda bastante impregnado na sociedade brasileira, também faz parte da reflexões de Chauí (1995), que ela denomina de Máquina Mitológica.

A mitologia da não-violência é o solo sobre o qual se ergue a ideologia, sob a forma das relações sociais. Afirma-se que no Brasil, infelizmente, atravessamos periodicamente fases de autoritarismo, visto como um acontecimento referido ao regime político e ao modo de funcionamento do Estado ditatorial. Dessa maneira, dissimula-se o fundamental, isto é, que o

autoritarismo não é simplesmente a forma do governo, mas a estrutura da própria sociedade brasileira. Esta é visceralmente autoritária (CHAUÍ, 1995, p.74).

Chauí (1995) demonstrou que no Brasil as perspectivas para as políticas culturais estiveram circunscritas a quatro modelos de atuação estatal, que são: o liberal, o modelo neoliberal, o do Estado autoritário e o populista. A política liberal identifica cultura às belas artes; a autoritária, refere-se aos períodos ditatoriais em que o Estado se assume como produtor de cultura cerceando outras manifestações culturais; a populista se apropria e utiliza da cultura popular, mais precisamente do artesanato e do folclore e; a neoliberal, que segundo a autora, “identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass mídia*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais” (CHAUÍ, 1995, p. 81).

Essa última política se consagrou como modelo de intervenção cultural no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980, consolidando-se no Brasil a partir das leis de incentivo à cultura pela esfera federal e estendeu-se a outros níveis de governo. As principais foram as Lei Sarney e a Lei Rouanet, esta última em plena vigência. Há um discurso de que as Leis de Incentivo à Cultura (LINC) são importantes e comprometidas com a produção e difusão da cultura, mas a decisão do que será fomentado será sempre do doador empresário ou dos setores de marketing que veem nessa oportunidade a associação do nome de empresas ou a marca de um produto aos grandes espetáculos.

1.3. Estado, cultura e políticas culturais no Brasil

No Brasil, alguns autores como Barbalho, Calabre, Rubim (2007) atribuem à década de 1930 um marco da institucionalização da área cultural sob a presença do Estado. O governo de Getúlio Vargas, ao criar o Ministério da Saúde e Educação, dava os primeiros passos rumo à modernização de áreas essenciais para cumprir os desígnios de sua gestão: o País deveria passar por grandes transformações na economia, educação e cultura, dentre outras; de rural a eminentemente urbano e industrial. À frente do Ministério então criado, o intelectual e modernista Gustavo Capanema, permaneceu no cargo de 1934 a 1945; e com ele, outros “nomes consagrados”, tais como Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira. Segundo Calabre, a gestão do ministro Capanema foi “marcada por um processo institucional do campo da cultura” (CALABRE, 2009, p. 16).

As ações do governo Vargas para a cultura, durante o período, foram bastante diversificadas: da radiodifusão ao cinema, da arquitetura às artes plásticas, com a criação de

museus e, principalmente, do maior símbolo no campo da preservação patrimonial no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com Calabre (2009), esse momento foi de dotar o campo da administração de maior racionalidade, sendo criado no ano de 1938 o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a necessária formação de quadros para o serviço público. Mas isso foi ainda no início do governo Getúlio Vargas, pelo Decreto nº. 19.850 de 11 de abril de 1931, que dá origem ao Conselho Nacional de Educação. Dentre os objetivos desse decreto, constava o de

elevar o nível da cultura brasileira”; e, entre as atribuições, promover e estimular iniciativas em benefício da cultura nacional; em outras palavras, acreditava-se que a população brasileira possuía um baixo nível cultural originado pela falta de acesso e conhecimento da produção artística e cultural erudita, cabendo ao Governo reverter tal situação [...] Pela primeira vez, surgiam na legislação do MES referências ao campo cultural (CALABRE, 2009, p. 17).

Portanto, alguns momentos da história brasileira foram marcados pela atuação estatal em muitas dimensões da vida na sociedade, que rompeu com passado político: de agrário passasse a urbano e industrial, necessitando, para isso, investir em áreas essenciais, como em infraestrutura, saúde, educação e cultura. Segundo Guerreiro,

visto por alguns como de caráter contraditório entre a ditadura e o incentivo à cultura, o projeto político de Vargas era de controle do Estado em todas as esferas da sociedade, em um momento em que a cultura, com o auxílio do movimento modernista, adquire *status* de fonte de constituição de um projeto de identidade nacional (GUERREIRO, 2011, p. 180).

Na era Vargas e em tudo o que ela representou na história do Brasil, quase todas as dimensões da vida em sociedade foram transformadas, desde econômica e social a cultural. Analisando as ocorrências no período pós-revolução e que se generalizaram no campo cultural no Brasil no pós 1930, Antonio Cândido assim se pronunciou:

[...] de maneira geral, a repercussão do movimento revolucionário de 1930 na cultura foi positiva. Comparada com a de antes, a situação nova representou grande progresso, embora tenha sido pouco, em face do que se esperaria de uma verdadeira revolução. Se pensarmos no "povo pobre" [...], ou seja, na maioria absoluta da nação, foi quase nada. Mesmo pondo entre parênteses as modificações que poderiam ter ocorrido na estrutura econômica e social, para ele o que se impunha era a implantação real da instrução primária, com possibilidade de acesso futuro aos outros níveis; e ela continuou a atingi-lo

apenas de raspão. Mas, se pensarmos nas camadas intermediárias (que aumentaram de volume e participação social depois de 1930), a melhora foi sensível graças à difusão do ensino médio e técnico, que aumentou as suas possibilidades de afirmação e realização, de acordo com as necessidades novas do desenvolvimento econômico. Se, finalmente, pensarmos nas chamadas elites, verificaremos o grande incremento de oportunidades para ampliar e aprofundar a experiência cultural, inclusive com aquisição de um corte progressista por alguns dos seus setores. Este fato não poderia deixar de repercutir na sociedade por causa do papel que as elites desempenhavam, muito grande, devido à extrema privação cultural do país. A qualidade e grau de consciência dos detentores da cultura e do saber tornavam-se elementos de peso, porque eles podiam assumir a função de "delegados" da coletividade. De um lado, isto servia de pretexto para manter posições privilegiadas, com a conseqüente sujeição das camadas dominadas (que não eram cultas, nem "preparadas" para dirigir o seu destino, segundo a ideologia reinante). Mas, sob o ponto de vista estritamente cultural, podia ser uma oportunidade de servir como veículo possível para manifestar os interesses e necessidades de expressão dessas camadas. Desde o pensador político que formula um ideário radical até o artista que constrói estruturas por meio das quais se manifesta o humano, acima dos interesses de classe, muitos setores das elites puderam (e podem) encontrar uma alta justificativa para sua atividade (CÂNDIDO, 1984, pp. 34-45).

Para que não fique restrito apenas à visão dos autores que defendem o período de Vargas como marco inicial das ações no campo da cultura, sobretudo no papel desempenhado pelo órgão símbolo da preservação do patrimônio nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fernandes (2005) defende a tese de que as ações nessa área não ficaram despercebidas em períodos anteriores à década de 1930:

[...] os sentidos do modernismo, como tendência geral, foram também homogeneizados a partir de valores, temas e linguagens que fizeram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas desde então, constituíram modelos de interpretação, periodizaram, releeram o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 1922 [...], tais esquemas, em flagrante anacronismo, ocultaram processos culturais relevantes que se gestavam na sociedade brasileira, a rigor, desde a primeira metade do século XIX (HARDMAN, 1992 *apud* FERNANDES, 2005, p. 1).

Sobre o processo de institucionalização das primeiras políticas culturais no governo Vargas, com foco na criação do SPHAN, Fernandes (2005), chama a atenção para outras iniciativas nesse campo preservacionista da memória nacional em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, ambos de 1838, teriam exercido forte influência para a construção da identidade nacional brasileira. Segundo o Autor:

A gênese da construção da memória, em nosso País, está ligada à própria formação do estado nacional no século XIX. Após a independência política do Brasil, a *intelligenza* nacional, assentada, sobretudo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob a proteção do imperador D. Pedro II, irá promover a tarefa de construção de nossa história.

O IHGB, “lugar de memória” por excelência, realizará concurso para a escrita da história nacional e incentivará em seus sócios a realização de viagens e estudos no sentido de arregimentar a documentação dispersa em arquivos europeus. É também desse período a criação e o efetivo funcionamento do Arquivo Nacional (1838), já previsto na primeira Constituição do Império, que tinha como tarefa básica a sistematização da documentação indispensável à construção do passado (art. 70 da Constituição de 1824) (FERNANDES, 2005, p. 02).

O que o autor defende é que a política do Império já dava sinais de que havia uma necessidade de construir uma identidade nacional, sob a égide do então Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), representada pela inteligência nacional. Considerando que as ações levadas a cabo pelo Estado brasileiro em muitos momentos na formulação das políticas culturais, sobretudo a partir do Estado Novo e depois nos governos militares, José Ricardo Oriá Fernandes (2005) novamente faz referência à questão da identidade como uma preocupação constante do pensamento social e brasileiro.

A questão da identidade nacional – o que somos e o que singulariza o Brasil em meio a outras nações do mundo – é algo que permeia o pensamento social brasileiro, desde o século XIX até os dias de hoje, e tem sido objeto de análises e debates, sobretudo de antropólogos, historiadores e demais cientistas sociais (FERNANDES, 2005, p.3).

É esta identidade nacional que será forjada durante o período de Vargas, e também nos governos de ditadura militar. Mas talvez o que justifique considerar a década de 1930 como o marco da institucionalização das políticas culturais no Brasil, como assinalam diversos autores (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2007), está fundamentado, não só no volume das ações no universo cultural, mas também relacionado ao novo momento da história brasileira. As intervenções na cultura com a criação de espaços para a produção de difusão cultural, mesmo sob o regime autoritário, acabam por caracterizar a sociedade em plena transformação, ao mesmo tempo em que gera conhecimentos através da garantia de um *status quo* para as camadas altas e intermediárias.

Se antes o Estado assumiu a tarefa de realizar intervenções no campo da cultura, passado o período varguista, entre os anos democráticos de 1945 a 1964, ocorreu o contrário:

O momento posterior, o interregno democrático de 1945 a 1964, reafirma, pela negativa, esta triste tradição. O esplendoroso desenvolvimento da cultura

brasileira que acontece no período, em praticamente todas as suas áreas – arquitetura, artes plásticas, ciência, cinema, cultura popular, dança, fotografia, humanidades, literatura, música, rádio, teatro etc – não tem qualquer correspondência com o que ocorre nas políticas culturais do Estado brasileiro. Elas, com exceção das intervenções do SPHAN, praticamente inexistem (RUBIM, 2007, p. 18).

O autoritarismo, a ausência e a descontinuidade têm sido, segundo o autor, a característica das políticas culturais no Brasil, conformando-se no que ele denomina de Tristes Tradições nessa relação entre Estado e cultura. A partir de 1964, com o golpe militar, novamente o Estado autoritário passa a controlar, entre outros aspectos da esfera econômica e social, a cultura.

Cabe ressaltar que, no intervalo democrático de 1945 a 1964, houve o desmembramento do Ministério da Saúde e Educação, quando no ano de 1953 é criado o Ministério da Educação, ao qual ficou vinculado o setor da cultura, pelo menos até 1985. Outros movimentos culturais também emergem no período, caso dos Centros Populares de Cultura, sobretudo no Rio de Janeiro, dos Centros de Cultura Popular em Pernambuco, e do que Toledo (1977 apud RUBIM, 2007) chamou de “fábrica de ideologias” na condução do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com repercussões para o campo cultural.

Nos anos seguintes ao golpe militar em 1964, a relação do Estado com a cultura se constitui num período na busca de uma política cultural com altos e baixos, de acordo com os ditames do regime autoritário. Procura-se conciliar cultura com o Estado de Segurança Nacional, conforme os discursos à época proferidos pelos atores que fizeram parte do governo, lembrando mais uma vez uma das tristes tradições.

O golpe de 1964 teve um duplo significado: “por um lado, ele se define por sua dimensão essencialmente política; por outro, aponta para uma transformação mais profunda que se realiza a nível econômico” (ORTIZ 1984, p. 80). Como ocorrera no período Vargas, militares chamaram vários intelectuais para comporem a área da cultura; e nomes como o de Gilberto Freire e de outros intelectuais fizeram parte do Conselho Federal de Cultura, criado no ano de 1966. Com eles, o governo militar começa a esboçar uma política nacional de cultura que, apesar de estar presente nos discursos oficiais, só veio a ocorrer no ano de 1975, com a divulgação do primeiro Plano Nacional de Cultura.

A política cultural federal no regime militar estava condicionada à construção de uma unidade dentro da diversidade de culturas regionais; dessa forma, era necessário unir o País conforme os “Objetivos Nacionais” e em nome da Segurança Nacional.

Uma hipótese também para que o Estado viesse a realizar intervenção na cultura, mesmo num momento de grande repressão política, era a tentativa de se aproximar das classes média e artística, e isso pode ser notado pela dimensão de ações no campo cultural. A partir de 1966, com a instalação do Conselho Federal de Cultura, essa ação esteve pautada na institucionalização da área, conforme quadro que se segue:

QUADRO 1 – INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL, CRIADAS NO PERÍODO.

Ano	Órgãos	Atividades
1966	EMBRATEL	Brasil se associa ao sistema INTERSAT
1966	Conselho Federal de Cultura Conselho Nacional de Turismo EMBRATUR Instituto Nacional de Cinema	Definição de uma política nacional de turismo
1967	Ministério de Telecomunicações	Criação do Sistema Nacional de Turismo I Encontro Oficial de Turismo Nacional
1968		I Reunião dos Conselhos Estaduais de Cultura
1969	EMBRAFILMES	
1970		Reforma administrativa do MEC, cria-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), órgão para execução de uma política cultural
1972	TELEBRÁS	I Congresso da Indústria Cinematográfica Brasileira EMBRATEL: completa o Sistema Básico de Microondas, que possibilita a integração nacional por TV TV a cores
1973		O DAC lança o 1º. Plano de Ação Cultural (de ação limitada)
1975	FUNARTE Extingue-se o Instituto Nacional de Cinema (INC) e ampliam-se as instituições da EMBRAFILMES Centro Nacional de Referência Cultural	Publicação do primeiro Plano Nacional de Cultura Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro I Encontro Nacional dos Dirigentes de Museus
1976	CONCINE RADIOBRÁS	I Encontro Nacional de Cultura
1979	DAC se transforma em Secretaria de Assuntos Culturais Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Pró-Memória	I Seminário Nacional de Artes Cênicas I Encontro Nacional de Artistas Plásticos Profissionais

Fonte: ORTIZ, 1985, p. 86

O Autor suspeita de que a política cultural do governo militar de “humanização do desenvolvimento”, nessa fase mais adiantada, teria uma relação com o II Plano Nacional de Desenvolvimento. “É significativo que o Plano Nacional de Cultura só seja elaborado em 1975, quando já estava em discussão desde a criação do Conselho Federal de Cultura” (ORTIZ, 1984, p. 87).

Desse conjunto de órgãos culturais criados à época, muitos deles foram herdados na metade dos anos de 1980, no início do processo de redemocratização do Brasil. O marco fundamental durante esse período foi a criação do Ministério da Cultura, no ano de 1985, no governo José Sarney, concentrando os órgãos setoriais que surgiram nos anos anteriores. O anseio pela instituição do principal Órgão de cultura no país, com status de um ministério, já era algo desejado por uma constelação de atores, desde políticos a artistas e produtores culturais. A crença disseminada nesses meios era a de que tal ministério haveria de colocar a cultura na ordem do dia, que ela viesse a contar com maior autonomia orçamentária.

Mas não foi isso o que aconteceu, pois o Ministério da Cultura não estava em condições estruturais de agir sobre a cultura:

Dentro dos órgãos que compunham a Secretaria de Cultura, muitos eram de opinião de que mais valia uma secretaria forte que um ministério fraco. Um dos maiores defensores dessa ideia foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982. Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que, por sua vez, passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado (CALABRE, 2007, p. 93-94).

Foi dentro dessa atmosfera da ausência de recursos e de pessoal para agir na cultura que o governo de José Sarney resolve criar a primeira Lei de Incentivo Fiscal no Brasil. Tal iniciativa também não deixou de criar problemas de natureza diversa. A Lei 7.505, de 02 de junho de 1986 ficou conhecida com a Lei Sarney.

O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou. O orçamento ficava, em grande parte, comprometido com a administração do Ministério e dos órgãos vinculados. A criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área. Diferentemente da educação, a cultura não conseguiu criar um fundo que não sofresse cortes orçamentários (CALABRE, 2007, p. 94).

Portanto, mesmo nesse momento, a cultura ainda não foi tratada como assunto de política pública, seja porque não havia recursos de toda ordem para fomentá-la, seja porque ainda não contávamos com a inserção da heterogeneidade de atores em instâncias participativas, o que só foi possível com a promulgação da Constituição de 1988 que, entre outros direitos, garantiu o direito à cultura.

No Brasil, nos anos de 1990, na esfera federal, com a reforma do Estado e seu distanciamento em algumas áreas essenciais para o aperfeiçoamento democrático, e na garantia de direitos sociais, tivemos o aprofundamento no incentivo à cultura através do mecenato cultural. No primeiro governo neoliberal, na sua breve permanência na presidência da república, Fernando Collor de Mello extinguiu o Ministério da Cultura e outros órgãos a ele vinculados, a exemplo da FUNARTE, Fundação de Artes Cênicas (Fundacen), Fundação do Cinema (FCB), a Fundação Pró-Memória, a Embrafilmes, tudo isso costurado com os preceitos da política neoliberal, de um Estado “não intervencionista”, mas que se revelou também pouco eficaz.

Na gestão do Ministro da Cultura Sergio Rouanet, tem-se a criação da Lei no. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet, que restabeleceu os princípios da Lei nº 7.505/1986, a Lei Sarney. No âmbito dos municípios brasileiros, mais precisamente na cidade de São Paulo, foi criada a Lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990, cujo nome associou-se ao então vereador e autor da lei: Marcos Mendonça. Esta estabelece incentivos fiscais com abatimento do IPTU e ISS descontados dos contribuintes. A partir de então outros municípios brasileiros criaram suas respectivas leis de incentivos à cultura, tendo como exemplo o instrumento legal da cidade de São Paulo.

O retorno do Ministério da Cultura só foi possível a partir da gestão do então presidente Itamar Franco, que assumiu o cargo após o processo de impeachment de Fernando Collor; e logo depois se deu a criação da Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, a lei do Audiovisual, que destina benefícios fiscais para os projetos da área de audiovisual.

Foi, no entanto, no governo de Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, que a Lei Rouanet, se radicalizou como modelo de intervenção federal na área da cultura. Embora, no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), houvesse três formas de incentivo à cultura, a exemplo do Fundo Nacional de Cultura (FNC), do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e do Incentivo à Cultura (Mecenato) e tenha sofrido algumas alterações desde que foi instituída, a Lei Rouanet ainda está concentrada nos projetos culturais na região Sudeste e especialmente nas grandes capitais brasileiras.

Calabre (2009), ao se referir ao período da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura, Francisco Weffort (1995 – 2002), se caracterizaram,

Na gestão do ministro Weffort, as discussões e propostas de implantação e elaboração de políticas culturais praticamente desapareceram da prática governamental. Foi um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual) – ação que esteve em consonância com a política neoliberal implantada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo principal exemplo foi a política de privatização das empresas estatais das mais diversas áreas (CALABRE, 2009, p. 114).

Portanto, em época de redemocratização do Brasil, o Governo Federal, depois de vinte anos de ditadura militar, assumiu nova postura em relação à cultura, instituindo um mecanismo de renúncia fiscal para fomentar as artes em geral. Ao mesmo tempo em que beneficia grandes produtores culturais, dificulta que outros grupos, praticantes de uma variedade de manifestações, alcancemos recursos de financiamento federal, seja porque não oferecem retorno de marketing aos doadores, seja porque não estão capacitados para cumprir com os requisitos burocráticos que a lei exige.

A Lei Rouanet, desde que surgiu, acabou por beneficiar grandes produções culturais e eram essas que os empresários associaram o nome ou a marca de suas empresas. Na renúncia fiscal, o governo abdica de recursos que deveria receber, sob o pretexto de incentivo à cultura, mas, via de regra, as empresas capitalizam o status de incentivadoras, mesmo quando os recursos são notoriamente públicos. Sarcovas (2005) afirma que,

É irracional transferir para elas recursos públicos e tentar sobrepujar sua lógica pela força de supernormalizações de Estado. Por que não deixar as empresas patrocinarem como bem entenderem, usando os próprios recursos, como já fazem quando apoiam projetos de diversas áreas sem dedução fiscal, pois sabem como extrair benefícios institucionais e mercadológicos, favorecendo ações de interesse público? Por que não instaurar um sistema de investimento direto, em que a relação entre o custo e o benefício cultural público seja o critério básico de acesso aos recursos do erário? Por que manter as empresas como repassadoras de recursos de impostos, obrigando o meio cultural a percorrer tortuosos caminhos privados à busca do dinheiro público? (SARCOVAS, 2005, on-line).

O fato é que a principal lei de incentivo cultural continua sendo amplamente utilizada e é constantemente alvo de críticas, como a citada acima. Outra incoerência deste fomento é a sua concentração na região sudeste do Brasil, sobretudo em duas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro.

O ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, constitui-se outro momento para políticas culturais federais, embora o modelo de financiamento pela lei de incentivo tenha permanecido. Este talvez fosse o maior desafio a ser enfrentado pelo Ministério da Cultura e seu ministro Gilberto Gil.

Mas talvez a maior virtude do governo que se iniciou naquele momento foi adotar um conceito antropológico de cultura para formular e implementar políticas culturais, que fugiam, até então, de práticas dos governos anteriores. O “do-in-antropológico” foi acionado até para superar o autoritarismo impregnado em setores da sociedade brasileira (RUBIM, 2007), e esta abertura conceitual viria possibilitar construir políticas públicas de cultura, colocando o Ministério da Cultura ao alcance de outros atores culturais onde ele jamais havia estado. De acordo com

A proposta realizada pelo governo Lula quando assume a presidência em 2003 se diferencia justamente pela intenção de implantar um modelo de gestão tendo o Estado mais presente e participativo na sociedade, especialmente quando comparado ao “Estado mínimo” defendido pelos governos anteriores influenciados pela perspectiva neoliberal nos anos de 1980 e 1990 (períodos referentes principalmente nos governos Collor e FHC). Esse modelo proposto por Lula incluía um Estado mais presente no setor cultural, na tentativa de romper com a histórica relação de falta de políticas e planos de médio e longo prazo no país (REIS, 2008, p. 27).

Algumas ações da gestão do governo Lula e do Ministro Gil merecem atenção, tais como: o Plano Nacional de Cultura do Sistema Nacional de Cultura e o programa Cultura Viva. Embora a primeira ação tenha sido pensada ainda no final do governo de FHC, só foi finalizada no ano de 2010.

Recentemente, nos documentos elaborados pelo Governo Federal com a participação de setores da sociedade, as políticas culturais foram tratadas e orientadas a partir do conceito de cultura que, além da inclusão de manifestações artísticas e literárias, passam a criar condições para que, no conjunto da sociedade, outras formas estéticas e sociais sejam plenamente contempladas por essas políticas. A adoção do conceito antropológico de cultura, até então era pouco reconhecido por diferentes governos, vem ganhando terreno fértil e tem possibilitado a inclusão de pessoas, grupos e comunidades no rol dessa área das políticas públicas.

Importante reconhecer também que, mesmo em regimes políticos democráticos, a cultura é entendida de forma bastante ampla, só adquirindo importância nas políticas públicas por governos progressistas, abertos aos interesses coletivos. Tais governos progressistas, se não conseguiram de vez eliminar mecanismos seletivos de incentivo cultural, criaram novas oportunidades ao incluírem projetos culturais com pouca visibilidade para o sistema de

mecenato, o qual se utiliza de incentivos fiscais e que determina onde e quem receberá tal benefício.

O Plano Nacional de Cultura aprovado em 2010 e o Sistema Nacional de Cultura de 2012 são outras duas políticas que entraram na agenda do governo federal como propostas de produzir políticas culturais pactuadas com os outros níveis de governo e a sociedade. Foge dos objetivos desse trabalho analisar tanto uma como outra, mas é relevante reiterar essas dimensões da cultura enquanto forças motoras para o seu pleno desenvolvimento.

Se cultura foi reconhecida como um dos direitos fundamentais para os seres humanos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948³, e reiterada na Constituição Federal de 1988, a própria visão reducionista de cultura nos órgãos públicos ou privados esteve circunscrita às artes eruditas e consagradas com pouco ou nenhum interesse a outras manifestações populares, a não ser quando foi interessante como elemento de coesão social aos estados nacionais.

A concepção da cultura em sua tridimensionalidade, atualmente, corrige algumas distorções mesmo que venha suscitar discórdias entre os agentes socioculturais que nela atuam. Dessa forma, a dimensão simbólica reconhece que todos os seres humanos são produtores de cultura e se expressam de acordo com as condições adquiridas em seus contatos sociais; isso inclui a língua, crenças, rituais e uma infinidade de práticas que se atualizam constantemente, formando redes de significados (GRUPO DE TRABALHO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA, 2011). Segundo o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), trata-se de retomar o sentido original de cultura, de “cultivar” infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, etc.

A dimensão cidadã está assentada em princípios que superam as políticas de democratização cultural aos cidadãos, mas que não dá conta das desigualdades de acesso.

O acesso universal à cultura é uma meta do Plano, que se traduz por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso e levando-se em conta os

³Artigo 22. Da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, aos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (UNESCO, 1998, n.p.).

novos meios e modelos de difusão e fruição cultural. (BRASIL. MINC. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura, 2011, p. 11).

Esse direito se expressa na legitimidade de participar da vida cultural, na “liberdade de criar, fruir e difundir cultura”. O sentido de participação dos indivíduos e grupos na formulação de políticas culturais e das condições também “[...] é garantida não apenas no sendo negativo, isto é não ingerência estatal na vida criativa da sociedade, mas também no sentido positivo, via dotação das condições materiais para que os indivíduos e grupos tenham os meios necessários à produção, difusão e acesso aos bens da cultura” (BRASIL, 2010a).

A dimensão econômica de cultura é acionada como fator de desenvolvimento cujo valor reside em cadeias produtivas, da produção à difusão.

[...] o bem cultural, como qualquer outra mercadoria, está sujeito a um processo sistêmico que envolve as fases de produção, distribuição e consumo. Adotar essa perspectiva se justifica na medida em que é possível constatar que a cultura vem progressivamente se transformando num dos segmentos mais dinâmicos da economia e fator de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL. MINC. SAI, 2009, p. 12).

Talvez o programa cultural elaborado pelo governo federal que mais tornou evidentes essas dimensões da cultura como um objeto de política pública, sobretudo a simbólica e a cidadã, expressaram-se através do Programa Cultura Viva, lançado no ano de 2004. Nele, além do respeito às diversas formas de expressões da cultura brasileira, o direito à cultura (não ao acesso aos equipamentos de cultura, mas o direito de fazer cultura), num país de extremas desigualdades regionais e sociais, alcançou algum êxito, se comparado aos modelos de intervenção no campo cultural por governos antecessores.

As políticas de preservação do patrimônio cultural também estão entre outras políticas culturais e a missão do Estado é atuar em conformidade com outros agentes sociais. Esta garantia está presente no artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, “§ 1º: O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

O texto constitucional, no entanto, reconhece o patrimônio cultural brasileiro, de forma ampla, de acordo com o seguinte artigo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Embora a Constituição tenha realizado esse reconhecimento abrangente do conceito de patrimônio cultural, incluindo a cultura imaterial, ou intangível, só anos mais tarde é que foi possível dotar esta atividade de preservação dos aspectos culturais no âmbito brasileiro com medidas normativas. O Decreto presidencial nº 3.551, de 2000, institui o Registro de bens culturais imateriais, além de criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Artigo 1º. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Artigo 8º. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio (BRASIL, 2000, on-line).

Como bem definido anteriormente, o bem cultural imaterial para que seja incluído na política de preservação, deve ser registrado após ser inventariado; só então passa a fazer parte do Livro de Registro. De acordo com o IPHAN, a salvaguarda dos bens culturais significa tomar medidas de identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e a transmissão por meio da educação formal e informal (BRASIL, 2017).

A promulgação do Decreto presidencial nº 3.551/2000 representou um avanço, disponibilizando metodologias que dizem respeito à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, que, segundo Lopes, é realizado por meio do inventário e registro de bens culturais dessa natureza. Nesse sentido a salvaguarda representa as

medidas que visem a assegurar a vida do patrimônio cultural imaterial, incluindo identificação, documentação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente por meio da educação formal e informal, bem como a revitalização de diferentes aspectos desse patrimônio (UNESCO, 2003, p. 5 apud LOPES, p. 148).

Uma vez reconhecidas como patrimônio cultural e imaterial, quaisquer que sejam as expressões cotidianas (construção histórica e representativa de identidades e de memórias de uma certa comunidade, por exemplo), requerem estratégias de transmissão, exigindo, para isso, sobretudo a transversalidade das políticas culturais com outras instituições, como com a área da educação.

O reconhecimento das possibilidades de transmissão do patrimônio cultural imaterial através da educação formal requer políticas culturais transversais com interfaces com as dinâmicas de transmissão de conhecimentos que vão além das obrigações disciplinares.

A evolução do conceito de patrimônio cultural segundo Canclini (1994 apud Lopes, 2011), no âmbito das ciências sociais, na contemporaneidade, circunscreve-se num triplo movimento. No primeiro, entende-se que a herança de um povo vai além das “expressões mortas” culturais, que incluem os sítios arqueológicos, a arquitetura colonial, que é muito enfatizada nas políticas preservacionistas, assim como os objetos antigos. No segundo movimento, estão os aspectos incorporados como sinônimos de patrimônio cultural, “visíveis ou invisíveis”, “novos artesanatos, línguas, conhecimentos, etc”. No terceiro, reconhecem-se como patrimônio cultural de uma nação os produtos da cultura popular: “músicas indígenas, textos de camponeses e operários de sistema de autoconstrução, preservação e produção dos bens materiais e simbólicos que são elaborados por esses grupos sociais, opondo-se assim aos bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas” (CANCLINI, 1994 apud LOPES, 2011, p.149). Trata-se de reconhecer esta produção social, distinguindo-a de outras classes, em oposição à tradição de preservação dos valores adotados ainda nos primórdios das práticas do SPHAN, hoje IPHAN, na proteção do patrimônio cultural de Pedra e Cal.

As políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil são tributárias de outros acordos internacionais como, por exemplo, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizado pela UNESCO em 2003, na cidade de Paris. A entidade busca, desde a sua constituição, trabalhar com os países membros, dos quais o Brasil é signatário, aperfeiçoar através de reuniões e convenções a criação de um clima global de entendimento para a paz entre as nações, tendo a educação e cultura como instrumentos privilegiados para a consecução deste objetivo.

Em sua 32ª convenção, a Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estabeleceu o conceito de patrimônio cultural imaterial:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza (dialética) e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, n. p.).

Sob este entendimento, orienta-se que os governos, através dos órgãos responsáveis pela guarda do patrimônio cultural, pautem linhas de ações nessa área, intermediando os aspectos que dizem respeito às formas como os homens vivem e se relacionam, produzindo e reproduzindo modos de vida e de intensa relação dialética com o meio onde estão inseridos.

A ação do Estado brasileiro ao longo da história em relação à cultura esteve, em alguns momentos, caracterizada por uma ação governamental que visava a construir a identidade comum à grande maioria do povo. No governo de Getúlio Vargas com o respaldo de intelectuais, foram construídas as condições para que as diversas atividades culturais pudessem criar um mercado próprio; e, para isso, a profissionalização de artistas, técnicos, escritores para que fosse amparada, além da criação de espaços de fruição cultural para uma nova e emergente sociedade urbana.

Nos períodos dos governos militares, depois de várias tentativas de se implantar uma política cultural, missão que caberia ao então Conselho Federal de Cultura, essa só se tornou possível em 1975, com um Plano Nacional de Cultura. Durante essa década foi construída uma infraestrutura que combinava tanto o apoio à crescente Indústria Cultural (com o fomento às atividades artísticas e culturais) quanto ao patrimônio.

No período de democratização do Brasil, mesmo com a criação do Ministério da Cultura, esse não pode construir uma sólida intervenção ampla na área da cultura, precisando, para isso, formular uma Lei de incentivos à cultura, por meio de incentivos fiscais, fazendo entrar outro ator nas políticas culturais: o mercado. A decisão do que seria fomentado ficou por conta dos empresários doadores, que viam a possibilidade de associar suas empresas, suas marcas aos grandes espetáculos artísticos. Essa modalidade foi ainda intensificada a partir da política neoliberal, no início dos anos 1990. A substituição da Lei Sarney pela Lei Rouanet só fez aumentar a importância desse tipo de mecanismo de incentivo, inexistindo precedente na história do País.

No governo do Partido dos Trabalhadores, essa relação do Estado com a cultura e a sociedade começa a mudar de rumo. Mesmo com a continuidade das leis de incentivos, a formulação de uma política pública de cultura, que já se encontrava nos discursos pré-eleitorais, pode, em certa medida, ser concretizada. Considerando a afirmação de Barbalho (2007), ao invés de política cultural, surgem políticas culturais, pois, em vez de uma identidade única, elas foram pluralizadas. Reconheceram-se as culturas fora do alcance mercadológico, às étnicas, as indígenas, as populares, quilombolas, de gênero, LGBT.

Esse patamar de ações e outras, que foram colocadas como políticas de Estado duradouras, não se encaixando em ações pontuais nem restritas aos constantes ciclos eleitorais

e à vontade de seus governantes, não está totalmente acabado. As instabilidades permanecem, sobretudo neste atual momento, necessitando para isso constante vigília, seja para recuperar os direitos adquiridos que estão sendo desfeitos, seja para continuar a adquirir outros direitos.

No próximo capítulo abordaremos as políticas culturais no município de Franca, observando as ações levadas a cabo pelo poder público em diferentes momentos da história da cidade; da institucionalização da “cultura” aos desdobramentos posteriores numa fase mais adiantada com o processo de redemocratização do Brasil.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS CULTURAIS NUMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA

Nesse capítulo, vamos abordar as políticas culturais formuladas e implementadas na cidade de Franca/SP, sob uma perspectiva histórica, considerando o período após a redemocratização do Brasil. Acreditava-se que, a partir do instante em que os Estados e municípios brasileiros, logo após a promulgação da Constituição de 1988 e com a autonomia que a Carta de 1988 lhes oferecia, as demandas por políticas públicas pudessem tornar-se uma realidade viável, seja naquelas que se referem às políticas de proteção social ou no que tange às políticas culturais.

É bem verdade que, quando olhamos para as intervenções realizadas pelo Estado no campo da cultura no Brasil, temos que admitir que houveram momentos em que essas ações se concentraram na área do patrimônio artístico e cultural, com a preservação de uma gama de prédios restaurados, cuja história remete a períodos passados, como, por exemplo, imóveis coloniais. Entretanto, também é verdade que, no Brasil, aquilo que foi preservado foi deliberadamente selecionado como o lugar de memória sob a perspectiva de poder de uma classe social, em detrimento de outros patrimônios brasileiros que não representavam a visão de mundo da elite, a qual elegia o que devia ou não ser preservado.

A cidade de Franca está situada geograficamente no nordeste do Estado de São Paulo e faz divisa com o Estado de Minas Gerais. Sua economia é baseada na indústria coureiro-calçadista, embora não se resuma apenas a ela, já que conta com um setor do comércio, têxtil e público, que atualmente empregam um número considerável de trabalhadores. Pesquisadores da história local, tais como BARBOSA (2004); FOLLIS (2004); FERREIRA (1983); GARCIA (1998) e TOSI (1998), abordaram em suas obras a origem da cidade, seu desenvolvimento econômico e outros aspectos de suas dimensões sociais e culturais, ligados à história da indústria calçadista. Alguns trabalhos acadêmicos ressaltaram a trajetória histórica da cidade de Franca sob várias perspectivas: da emergência de se tornar uma cidade moderna aspirando a modelos de outras urbes, também em processos de modernização (FOLLIS, 2004); das origens do empresariado francano, responsáveis pelo que veio a se tornar mais tarde um polo industrial do setor coureiro-calçadista (BARBOSA, 2004); dos aspectos econômicos (TOSI, 1998); e também da influência da migração mineira ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 (GARCIA, 1997).

Sabe-se que no início da década de 1970, a cidade de Franca tinha uma população estimada em de 86.852 habitantes⁴ e empregava um grande número de trabalhadores na indústria calçadista. Nessa mesma época, a migração para Franca era ainda bastante acentuada, sobretudo de pessoas vindas do estado de Minas Gerais, de cidades que ficavam a um raio de aproximadamente 100 km. A cidade organizava-se em torno da produção de calçados, atraindo um número considerável de migrantes mineiros (GARCIA, 1998).

Foi nesse contexto que esse pesquisador⁵ chega a Franca e começa a viver sua experiência de vida em um polo calçadista totalmente consolidado, inclusive no fabrico de calçados para exportação. Dito isso, o que se percebia já naquele contexto sócio histórico, é que a socialização da grande massa dos operários ficava por conta do futebol, dos bailes dançantes, idas às praças: central ou da Estação, locais de encontro da população. Neste sentido as praças e o futebol no Estádio Lancha Filho eram locais democráticos, cuja finalidade se fazia cumprir: divertir os cidadãos no tempo livre. Na década de 1970, a cidade aderiu aos modismos da época: discotecas, dança sobre patins. Essa segunda modalidade de dança nem sempre era disponível a toda a população, já que nem todos eram dotados de igual poder econômico; e, como tantos modismos, acabou anos mais tarde. Essa breve reflexão, em forma de testemunho, serve para afirmar que a indústria cultural, materializada nas diversas mídias da época (TVs, rádios, sobretudo) traduziam o modo de viver de muitos brasileiros, com um repertório de músicas ecléticas, do sertanejo e do “brega” ao MPB; e, no cinema, da pornochanchada ao drama e a filmes de aventura.

A cidade comportava, naquele momento, quatro grandes salas de cinema, porém a produção cinematográfica brasileira já apresentava um sinal de esgotamento, que se acentuou, logo em seguida, com a chegada dos aparelhos de videocassetes, tendo sido este um dos fatores para a liquidação desses equipamentos culturais; mas não cabe ao objetivo deste trabalho aprofundarmos em tal questão. Ao final da década de 1980, praticamente todos os cinemas tradicionais desapareceram da cidade. Atualmente, a exemplo de outras cidades, há salas para a exibição cinematográfica apenas no Shopping Center.

Nesse sentido, quase nada dos modos de viver, do cotidiano da maioria do povo francano (a cultura no sentido antropológico) foi notado ou incentivado a formar ciclos culturais

⁴ Fonte: FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico. Série Regional – São Paulo (1940-80). GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes, (1997, p. 40) Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980). Dissertação de mestrado. UNESP/FHDSS, Franca, 1997.

⁵ Na década de 1970, anterior e depois dela, Franca recebeu inúmeros migrantes de várias procedências, sobretudo de cidades mineiras mais próximas ao município. Este deslocamento de pessoas está relacionado ao desejo de conseguir emprego numa cidade de grande potencial industrial calçadista. Foi neste movimento migratório, que o pesquisador passou a residir nesta cidade.

diversificados e produzidos por esses atores. Não havia ainda uma percepção desse grande potencial de vivências distintas do povo pelos olhos da gestão pública. Apenas algumas modalidades artísticas eram consideradas como formas culturais que necessitavam ser fomentadas. O que era, à época, visível à comunidade local como conceito de cultura que deveria obter apoio do poder público? Numa cidade com uma população de aproximadamente 90.000 habitantes, as modalidades de cultura tradicional, que certamente estavam pulsando num bairro aqui, noutra ali, só eram notadas quando possuíam cunho religioso ou nos ciclos festivos.

Na contramão da perspectiva mais conservadora, a cidade de Franca, nesse período, já comportava um seguimento cultural ligado à área teatral com uma forte influência no Estado de São Paulo e, mesmo ainda não contando com um espaço próprio para as apresentações, utilizavam de outros locais para fazerem valer sua arte; o mundo das artes cênicas já havia se enraizado em Franca. Já existia uma Federação de Teatro Amador que data de sua fundação, na década de 1960. Outros grupos também são anteriores a esse período. De acordo com Maria Aparecida de Lourdes (1991), a existência de grupos teatrais data do século XIX, com a construção de um teatro na área central da cidade. Conforme suas palavras:

Porém afirmo, com certeza, que havia, no século passado, um local em Franca onde os grupos teatrais se apresentavam e cujo nome era Teatro Santa Clara; localizava-se na praça Barão de Franca, onde funcionou até por volta de 1890, quando um grupo teatral chamado “Companhia Dramática Carrara” solicitou à prefeitura a reforma do prédio, que recebeu em seguida o nome de Teatro Municipal Santa Maria, sito no mesmo endereço. (LOURDES, 1991, p. 8).

Neste mesmo estudo da autora, a recuperação de um movimento teatral na cidade foi obtida, em boa parte, a partir de entrevistas com ex-participantes de outros grupos teatrais, que datam das décadas de 1930, 1940 e 1950. Segue o relato:

Em entrevista com o Dr. Agnelo Morato, o mais antigo integrante vivo, do movimento teatral em toda a região, afirma que, em 1930, embora não residindo em nossa cidade, já era sabido que aqui havia bons grupos e experientes grupos teatrais. (LOURDES, 1991, p.8).

A Autora realça a importância dessa modalidade de arte na vida comunitária francana nas décadas posteriores e, concomitantemente, mostra o avanço alcançado pelas Artes Plásticas, pelos festivais de música e por outras linguagens artísticas que surgiram com o desenvolvimento da cidade e a ânsia modernizadora porque vinha passando desde décadas pretéritas.

Se antes esteve ao alcance da comunidade como um todo, com o passar do tempo, o surgimento de bairros operários e sua segregação em relação ao centro da cidade, o teatro ficou restrito a poucos apreciadores dessa arte milenar, ainda que houvesse algumas tentativas de popularizá-lo em décadas recentes, sem êxito nas políticas de democratização cultural.

O que chama a atenção para a época e, que está intrinsecamente relacionado a este estudo, é a existência do “Movimento Mário de Andrade”, formado por músicos de orquestra e coral. O movimento artístico de Franca, que estava presente em outras cidades do Estado, era, em certa medida, fomentado pelo governo estadual de Paulo Egídio Martins. É com ele que surge o primeiro órgão de gestão da cultura responsável na cidade. Mas há de se deixar claro que, dentre os objetivos de sua criação, o incentivo também era para outras manifestações artísticas e culturais, conforme o parágrafo segundo da Lei nº 2.460, de abril de 1977, de criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” (FRANCA, 1977).

Embora não seja o foco principal incorporar nesse estudo a década de 1980, vale a pena destacar que esse foi um período de realização de grandes festivais de teatro, a partir da articulação de entidades culturais (dos âmbitos nacional e estadual) voltadas a essa modalidade, no Município e no próprio estado de São Paulo, o que leva a considerar o lugar do teatro na política local. Entretanto, as intervenções em alguma modalidade cultural, dentro de Franca, com a presença do poder público e o reconhecimento de como essas ações devem ser aplicadas, sempre dependeu daqueles atores envolvidos institucionalmente nessas áreas e do modo como se organizam. Essa parece ser a tônica, como ocorreu com o “Movimento Mário de Andrade” e com o movimento de teatro amador; este último, com uma longevidade maior.

Ao recorrermos aos documentos oficiais, vimos também que a cidade teve como vocação a realização de festivais de música popular brasileira, mas que, com uma política pautada apenas no evento, deixou de entrar na agenda de outros ciclos administrativos. Nos poucos documentos do Arquivo Histórico, encontramos apenas como registros, em forma de regulamento, inscrições, divulgação e algumas letras das composições dos dois festivais realizados nos anos de 1981 e 1983.

A política cultural em forma de eventos é uma característica comum no Brasil. Ela pode abranger públicos bem restritos, como no caso dos festivais de música ou de teatro, e pode ter caráter mais popular, a exemplo da realização das festas agropecuárias, como a da Expoagro, com apresentações anuais de grandes shows com artistas também populares.

2.1. O discurso oficial da política cultural na década de 1990 na cidade de Franca: “Por uma nova política cultural”.

A dificuldade de encontrar uma documentação sistematizada pelos órgãos gestores da cultura (quando nem ao menos existe) impõe, de certa forma, algum tipo de limitação analítica em relação às ações postas em prática pelo poder público, constituído em determinados ciclos administrativos. Decorridas quase três décadas, sequer encontramos relatórios ou projetos culturais nos arquivos públicos e por vezes isso também nos foi negado. A exceção fica por conta do período entre 1977 a 1982, que mantém relatórios detalhados das atividades realizadas pelo Departamento de Educação e Cultura. Para o período em questão, a partir da década de 1990 fizemos um levantamento de possíveis fontes para as políticas culturais implantadas na cidade de Franca. O que encontramos se resume a textos de periódicos locais, nos quais transparece a visão dos agentes políticos sobre o universo da cultura, através de produção da Assessoria de Imprensa da Prefeitura. Acreditamos que, nesse entrelaçamento do agente político ou gestor com as notícias veiculadas nos jornais da cidade, consubstancia-se a essência do pensamento da época sobre a política cultural.

Reiteramos há pouco que vislumbraremos a ideia de política cultural, logo após a redemocratização do Brasil, a partir dos conteúdos jornalísticos locais, por onde a fala dos gestores públicos diz a que veio, mostrando as ações culturais por eles traçadas naquelas circunstâncias. Nunca é demais lembrar que qualquer grupo político que governa escolhe seus colaboradores para os diversos setores da administração pública segundo suas preferências ou segundo algum outro atributo que nem sempre está isento de críticas. Este dado se reveste das peculiaridades do jeito de governar, particularmente no Brasil.

Uma outra observação a ser feita refere-se ao lugar que ocupa este pesquisador militante, ator e diretor teatral, tendo experiência de quase três décadas. Essa condição exige de nossa parte o distanciamento necessário, a fim de realizar a crítica ao objeto da pesquisa: as políticas de fomentos à cultura neste município, o caráter histórico dessas políticas, assim como os sujeitos que nelas se inserem. É sob esta ótica que conduziremos a análise: os sujeitos são também históricos, produzem e reproduzem formas da vida material; e, como sujeitos que têm uma historicidade, suas relações uns com os outros também estão em constante transformação, no devir de uma história não linear.

Recorrendo às matérias jornalísticas de dois periódicos da cidade do início da década de 1990, o Comércio da Franca e o Diário da Franca, como fontes de pesquisa empírica, vemos que os agentes ligados ao universo da cultura já se mobilizavam junto aos vereadores para

aprovar um projeto de lei, o qual ficou conhecido na época como “Pacote Cultural”⁶. Tratava-se de criar um mecanismo de incentivo, nos moldes de outras legislações aprovadas por estados e municípios brasileiros, utilizando-se da isenção do IPTU, de modo a beneficiar os artistas e produtores culturais da cidade. Incluía-se ainda no “Pacote” a criação do Conselho Municipal de Cultura. A grande maioria dos vereadores rejeitou a primeira parte do pacote, mas aprovou a criação do Conselho de Cultura por meio da Lei nº 3.937, de 24 de abril de 1991.

Deve-se ressaltar que o governo municipal do período de 1989 a 1992, com a alternância de alguns agentes políticos no executivo, era o mesmo do final da década de 1970, período em que foi criada a Fundação Municipal “Mário de Andrade” (FMMA), órgão executor da política cultural do Município. No entanto, contraditoriamente, não houve a formulação de uma política cultural à altura dos novos tempos, em tese, democráticos e resultantes de transformações sociais encabeçadas por movimentos populares que valorizavam a cultura. O fechamento e o distanciamento do governo federal em relação ao universo da cultura ecoavam também em outras esferas de governos subnacionais.

Há períodos em que se percebe algum consenso; outras vezes, é o dissenso que prevalece, sobretudo quando se trata de políticas públicas de cultura. No período de 1993 a 1996, quando uma nova administração pública assume o poder local, as ideias sobre as políticas culturais tiveram suas singularidades no discurso oficial do Município.

A cidade de Franca fica a aproximadamente 100 km de Ribeirão Preto, onde, no ano de 1990, foi criada, pelo então governador do Estado Orestes Quécia uma infraestrutura cultural famosa: a Oficina Regional de Cultura “Cândido Portinari”. No governo francano de 1993-1996, a ideia, logo de início, era estabelecer alguns convênios para a descentralização de atividades culturais disponibilizadas para o município de Franca. Sobre esses convênios, mas com poucos desdobramentos seguintes, a matéria do Jornal Comércio da Franca, via Assessoria de Imprensa, trouxe a seguinte notícia:

“A vice-prefeita e secretária de Educação e Cultura [...], esteve em Ribeirão Preto essa semana, mantendo uma série de contatos na oficina regional de Cultura “Cândido Portinari”, vinculada à Secretaria Estadual, buscando informações para a formulação de convênios e saber da programação de eventos disponíveis e que poderão ser trazidos para Franca (JORNAL DIÁRIO DA FRANCA 1993, n.p).

⁶ No ano de 2001, alguns vereadores locais (entre eles, o vereador Gilmar Dominici, do PT), propuseram ao Legislativo um “pacote cultural”, para a aprovação de uma lei de incentivo à cultura e criação do Conselho Municipal de Cultura (CMC). Apenas o CMC foi aprovado posteriormente.

Na sequência dessa matéria jornalística, que consideramos como sendo o discurso oficial do Município por meio da Assessoria de Imprensa da Prefeitura, o texto conclui:

Puderam conhecer de perto a infraestrutura disponível do Governo do Estado a nível regional, e a maneira como essas opções poderão ser aproveitadas em Franca, em forma de atividades no Teatro Municipal, Museu da Imagem, Pinacoteca Municipal e outros locais aptos para realizações artísticas (JORNALDIÁRIO DA FRANCA, 1993a, n.p.).

Passadas já mais de duas décadas, quando o governo municipal do período (1993-1996) assumiu a incumbência de administrar a cidade, não sabemos quais as condições fiscais da época para que o município viesse a produzir as próprias políticas culturais, chegando ao ponto de recorrer ao governo do Estado, via Oficina Regional de Cultura, para trazer à cidade a extensão das atividades culturais realizadas por essa entidade. A histórica dependência estrutural da Cidade em relação ao município vizinho é algo que se verifica em outras áreas de serviços públicos e está ancorada nos arranjos institucionais com que a ação governamental estadual tem se pautado.

Reiteramos também o que ocorreu na área federal da cultura: no início da década de 1990, o governo Fernando Collor de Mello havia extinguido o Ministério da Cultura e vários outros órgãos culturais a ele vinculados. Esse momento foi emblemático para o desenvolvimento da cultura em todo o Brasil, pois houve um esfacelamento na área, fazendo com que vários estados e municípios brasileiros viessem a criar suas próprias leis de incentivo à cultura. O referido “pacote cultural” para o município está inserido nesse contexto. Segundo fonte desse mesmo jornal:

Para o vereador do PT, o fim da Lei Sarney e a destruição de todos os órgãos federais que trabalhavam com a questão cultural por Fernando Collor deixou ao abandono a produção cultural. Para ele, é importante que os próprios municípios tomem a iniciativa de apresentar propostas para solucionar o abandono e destruição sistemática da cultura nacional (JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, 1991, p. 03)

Voltando o olhar rumo à estrutura institucional da Prefeitura de Franca para os assuntos da cultura, deve ser destacado o papel da Fundação Municipal “Mário de Andrade”, a qual foi extinta no ano de 2005. Essa instituição deveria fomentar a cultura ao longo da história política local. Vale destacar que a área cultural estava atrelada à Secretaria de Educação do Município, fosse por meio de divisões de cultura, fosse pela atuação do órgão cultural criado no final da década de 1970. No início da década de 1990, os arranjos institucionais no âmbito do município

de Franca foram, aos poucos, se consolidando, surgindo outras secretarias dentro do aparato governamental. Embora a Secretaria de Educação seja anterior a esse período, sua responsabilidade foi se ampliando na medida em que deveria gerir as políticas desta importante área e, ao mesmo tempo, incorporar outras políticas, como aquelas voltadas para o campo da cultura.

Ocorriam então algumas confusões funcionais no discurso oficial, o qual ora se referia à Fundação “Mário de Andrade” como o órgão executor da política cultural, ora sendo denominada de Coordenadoria de Cultura, vinculada à Secretaria de Educação. Essa falta de clareza do discurso oficial ao se referir à Fundação reflete-se também na ausência de uma política cultural objetiva no Município, relegando a cultura a um segundo plano. Isso pode ser notado ao se analisarem notícias da época. Sob o título de outra matéria/documento da Assessoria de Imprensa, via jornais da cidade, temos os seguintes subtítulos: “Secretária vai definir nova política cultural para o Município” (JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, 1993, p. 03), ou “Cultura terá nova política com apoio aos grupos daqui” (JORNAL DIÁRIO DA FRANCA, 1993, s/d). Segundo as matérias temos:

Mobilizada desde o começo do ano em torno do projeto de reestruturação do ensino municipal, [...] deverá já, a partir desta semana, dedicar grande parte do seu tempo à fixação de uma nova política cultural para esta cidade, a começar por uma nova estrutura de funcionamento do Teatro “José Cyrino Goulart” e de outros prédios de propriedade da Prefeitura Municipal, na expectativa de corrigir eventuais falhas no sistema atual (JORNAL DIÁRIO DA FRANCA, 1993, p. 8).

Ao admitir ontem que o ensino da Pré-Escola e o próprio supletivo mantido pela Prefeitura já estão funcionando de acordo com o que pretendia o prefeito [...], assim como a merenda escolar para perto de seis mil crianças de 5 a 6 anos, [...] observou que a sua próxima prioridade será a de fixação de uma nova política cultural para esta cidade, a funcionar efetivamente a partir do segundo semestre deste ano, já de acordo com a filosofia desta nova administração, com destaque para todos os segmentos das artes, partindo das artes cênicas propriamente ditas, passando pela música, pela dança e por todas as atividades culturais que compõem a gama de conhecimentos do ser humano, seguindo ainda de uma série de cursos destinados aos jovens da periferia, num verdadeiro processo de popularização das diversas modalidades artísticas existentes atualmente. Além desta disposição, a Secretaria de Educação e Cultura deverá ainda, neste primeiro semestre, estabelecer uma nova política de uso do Teatro Municipal e de outros prédios dedicados à cultura do município, a partir dos dados finais da comissão que já discute este problema em particular [...] (JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, 1993, p.3.).

Na citação acima, a fala do gestor é significativa do ponto de vista de quem recebeu a tarefa de gerir a área da educação, que, por si só, já é complexa, sobretudo após a Constituição

de 1988. Arrecthe (2011), em seu estudo, faz um exame das políticas de proteção social, considerando algumas variáveis do processo de descentralização da gestão dessas políticas aos outros níveis de governo; entre elas, a da educação. O Estado de São Paulo foi um dos entes da federação brasileira por ela analisado. Embora não seja intenção de incorporar profundamente os aspectos relacionados a essa área, é importante frisar que, no período, os recursos dessa pasta estavam prioritariamente voltados ao desenvolvimento da educação municipal; portanto, a cultura foi, muitas vezes, desarticulada como política pública, restringindo-se em ações isoladas dentro de uma pasta maior, a educação.

A ausência de uma clara e objetiva política cultural no Município muitas vezes obrigava os gestores da educação a gerirem as políticas dessas duas áreas concomitantemente, sendo os recursos da cultura relegados em um segundo plano, tendo, assim, orçamentos pífios e dependentes de dotações orçamentárias complementares.

Retomando a administração municipal em Franca de 1993 a 1996, um dos periódicos da cidade publica outra matéria, referindo-se à rejeição do projeto de lei que solicitava recursos financeiros para que a Fundação Municipal “Mário de Andrade” viesse a promover as atividades culturais na cidade. De acordo com o texto publicado,

[...] o projeto de número 96/93, de autoria do executivo, que dispunha sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal “Mário de Andrade” [...] [abertura essa que] foi rejeitada pela Câmara [...] com resultados altamente negativos para os eventos que dependiam daqueles recursos nesse segundo semestre do ano. [...] assim como a maioria da população, alguns vereadores ainda desconhecem a importância deste órgão para a promoção e o patrocínio de todos os eventos culturais da cidade, bem como para a promoção de seus artistas em geral, em que pese todo o destaque da imprensa, rádio e TV para sua programação, abrangendo, desde mostras e exposições, até projetos conhecidos como “Águas de Março”, Festival de Monólogos, Encontro de Corais, Oficinas Culturais e de Teatro para crianças carentes, idosos e apoio aos eventos realizados pela Biblioteca, Museu da Imagem e do Som, Arquivo Histórico, Teatro Municipal, Museu Histórico e a Pinacoteca, dentre outros (DIÁRIO DA FRANCA, 1993,n.p).

O histórico das intervenções públicas na área cultural, conforme a notícia citada evidencia a ausência de planejamento público para investir nessa área, mesmo quando há o reconhecimento da importância da cultura e de tudo o que ela representa para o desenvolvimento humano. Independentemente da concepção de cultura dos gestores, a questão dos recursos para o seu fomento é imprescindível e essa realidade ainda permanece na atualidade, o que revela pouca atenção dos agentes públicos a essa questão.

Além disso, as políticas culturais, para serem consideradas públicas, devem: envolver a participação de diversos agentes, que são distintos em suas necessidades culturais; e considerar também a participação e as necessidades de um amplo público consumidor de cultura.

Embora a Constituição Federal de 1988, no artigo 215⁷ garanta a todos os cidadãos o pleno direito à cultura, não há, na maioria dos casos, a preocupação dos governos, de diferentes níveis, de garantir esses direitos. Também é comum que a política cultural seja pensada apenas dentro dos gabinetes, sem que haja conversa com os principais interessados durante o processo de elaboração dessa. Retomamos aqui a reflexão de Rubim (2007b) sobre o comportamento do Estado brasileiro durante o processo de construção das políticas nesse campo, o qual é caracterizado por três tradições: ausência, autoritarismo e descontinuidade.

A cidade de Franca possui um rico e diversificado patrimônio cultural, seja na música, teatro, dança, artes plásticas, artesanato, cultura tradicional e/ou popular, emergindo também novas demandas, como são os casos de grupos de cultura de rua, do *Hip Hop*, cultura digital, design, moda, culinária etc. Essas expressões culturais mais recentes são fruto das transformações sociais resultantes de políticas inclusivas e afirmativas; especialmente, daquelas que se referem a questões étnicas e de gênero, de transformações nas formas de produção e nas relações sociais. Assim, tal diversidade exige a construção de políticas culturais diferenciadas e articuladas com os interesses desses atores socioculturais.

A noção de cultura compartilhada por determinada parcela da sociedade incide diretamente nas ações dos agentes políticos ou gestores e impacta no campo das políticas culturais. Embora a noção de cultura tenha sofrido uma dilatação ao longo do tempo, incorporando outras formas de organização e de expressão das camadas populares, ela tende a penetrar tardiamente em algumas sociedades. Os motivos dessa dificuldade de aceitação e da rejeição da produção material e imaterial das novas tendências podem estar vinculados à cultura política, à ignorância ou à falta de informações de classes dominantes; devendo-se também isso vir a constituir uma preocupação dos governos. Ou seja, os governos deveriam buscar inserir em suas agendas de políticas culturais as novas formas de expressão que vão além das artes, literatura.

Entretanto, destacamos que uma das grandes dificuldades do gestor público é a delimitação do que pode ser chamado como política cultural. A “filosofia da administração” revela pouca clareza quanto aos objetivos de uma política cultural e para quem seriam feitas

⁷ “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

tais políticas, como revela a última reportagem apresentada. Assim, o discurso das autoridades não deixa claras as diretrizes da política, exceção feita para os cursos dirigidos à população da periferia.

Esse discurso de “popularização” das “diversas modalidades artísticas existentes” releva também a escolha de fomentar o que já existe de modalidade artística na cidade: teatro, coral, exposições de artes plásticas e oficinas culturais. A política cultural, para ser eficiente, deve vir acompanhada de diagnósticos que identifiquem, no território: os diferentes agentes culturais e suas necessidades; o acesso do público, especialmente daquele que vive em áreas periféricas, e a frequência desse acesso aos equipamentos culturais da cidade, quase todos localizados em áreas centrais. Se observarmos, em grande parte, os equipamentos destinados à difusão da cultura e à salvaguarda do patrimônio e da memória, esses foram estrategicamente organizados e inseridos nos espaços urbanos centrais. Hoje em dia, os investimentos e equipamentos públicos e privados concentram-se em áreas centrais ou em bairros de maior poder econômico. Esta lógica perversa sempre pautou a delimitação do território urbano nas cidades brasileiras, o que, de certa maneira, também contribuiu para a especulação imobiliária e para a ação predatória de áreas de proteção ambiental.

No período que corresponde à gestão municipal de 1993-1996, a cultura foi tratada pelo poder público local numa linha de continuidade, com as formas cristalizadas de períodos anteriores, ou seja, embora houvesse algum incremento no fomento a grupos de artistas ou instituições culturais, como é o caso do teatro da cidade, grupos de coral e oficinas de artes, essas ações se concentraram em garantir minimamente os eventos artísticos tradicionais. Por sua vez, no campo da formação artística musical, surgiu a Escola Municipal de Música, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Finalizada a gestão municipal de 1993-1996, a cidade de Franca vai pela primeira vez na sua história vivenciar a experiência de um governo progressista cujos os atores principais são oriundos dos movimentos sociais e do novo sindicalismo que emergiu na década de 1980.

2.2. A política cultural do Partido dos Trabalhadores (PT) em Franca (2001-2004)

Nesse estudo optamos por analisar o segundo mandato político da gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade de Franca, pois se considera que o primeiro mandato do governo Gilmar Dominici se consubstanciou na tentativa de organizar as estruturas de gestão, como: as Secretarias Municipais, os Conselhos (importantes instâncias de participação) e os órgãos da administração indireta; entre elas, a Fundação Municipal “Mário de Andrade”, que, como vimos, foi criada para fomentar a cultura no Município. Todavia, isso não significou que a

primeira gestão petista não tenha desenvolvido ações que contemplassem os demais interesses da comunidade ou os serviços essenciais, como, por exemplo, educação, saúde, moradia, entre outros, e que as intervenções na área cultural deixassem de ocorrer entre os anos de 1997 a 2001. Com a reeleição desse governo, o discurso para o campo da cultura, materializado no Plano Plurianual de 2002-2005, denotava concepções sofisticadas para uma efetiva e eficaz política cultural, ainda que, na prática, ela tenha ficado bem abaixo das expectativas e apresentado ações culturais pontuais, pouco se diferenciando de períodos anteriores.

O grupo político representado pela legenda do PT chega, pela primeira vez, ao comando da administração pública nas eleições de 1996, para a gestão 1997-2000, conseguindo a reeleição para o período 2001-2004, sendo esse último período aquele em que deteremos nossa atenção. A chegada do Partido dos Trabalhadores à condição de protagonista do governo municipal na cidade de Franca é fruto de uma combinação de vários fatores, como: o desgaste político sofrido por outros candidatos locais; uma conjunção de interesses pelo novo, representado por esse grupo político; a identificação dos interesses de grande parte de eleitores locais em relação a esse partido (em sua grande maioria, composto de uma classe operária). Não é objeto deste trabalho, investigar tais fatores, os quais podem servir de tema para outra pesquisa.

Herdeiros de uma tradição forjada ainda no início da década de 1980, esses agentes políticos eram portadores de um novo discurso, onde a participação da sociedade e das comunidades nas decisões de políticas públicas foi sempre reforçada. Gestado nas lutas operárias, que tiveram como berço o ABC paulista e a determinação de vários líderes sindicais, entre eles, Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores surgiu dos anseios dos representantes sindicais: não só da base paulista, mas também de uma conjunção de interesses de outros atores engajados na luta contra a política do regime militar. Entre esses atores encontravam-se políticos, artistas e intelectuais. As reivindicações se referiam a melhores condições de trabalho e salário, à garantia dos direitos políticos e de expressão, além de muitas outras reivindicações de cunho social, em perfeita harmonia com os novos tempos.

O fato de o Partido ter começado em São Paulo e lá ter permanecido mais forte deve-se apenas, em parte, à concentração de trabalhadores industriais na região e à sua experiência (ainda que não muito longa) de participação em movimentos grevistas. E tampouco pode esse fato ser inteiramente explicado pela frase comumente repetida de que “Lula só há um”. O PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se, em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC), em um momento histórico preciso, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro, ainda não determinado. Uma vez criado o partido, alterou-se o peso relativo de cada um desses fatores. Sua própria existência tornou-se o elemento mais importante para que sobrevivesse e aumentasse sua área de

influência, não ficando mais restrito aos locais, onde fora inicialmente forte (KECK, 2010, p, 109).

A chegada do PT à condição de governo municipal relaciona-se com todas essas transformações em curso por que passava o País, não sendo essa uma exclusividade local; a capital paulista já havia passado pela experiência com a eleição de Luiza Erundina (1989-1992); e também na região do ABCD, em Porto Alegre, Ribeirão Preto (SP), só para citar algumas delas. Outrossim, não há aqui a intenção de demonstrar “o modo petista de governar”, como fez a autora Cunha (2002). Se assim o fizéssemos, estaríamos estabelecendo comparativamente todas as gestões do início da década de 1990 aos anos 2000. Demonstraremos apenas que, nas políticas voltadas para o setor da cultura, existem momentos de rupturas, mas também de continuidades e, por vezes, de difícil compreensão, já que os limites entre o binômio continuidades/rupturas são tênues, dificultados pela insuficiência de fontes minimamente sistematizadas durante os sucessivos governos locais. Importa, para os objetivos deste estudo, o contexto histórico em que tais políticas são formuladas e implementadas e suas imbricações em nível mais amplo de contextos econômicos e culturais.

Dentre as políticas públicas do período analisado, as que nos interessam são aquelas destinadas à organização do campo da cultura no Município. Para esse exercício de análise, há que se retroagir ao ano de 1998, quando o governo, através da Lei 5.071, de 16 de setembro de 1998, altera a estrutura de funcionamento da Fundação Municipal “Mário de Andrade”.

Outras fontes que embasam este estudo estão no PPA de 2002-2005 e em documentos sobre os principais eventos culturais realizados na cidade entre 2003 e 2004, sobretudo aqueles registrados na Agenda Cultural do Município e elaborados pela Fundação.

Ao se analisar tanto um período como outro, levar-se-á em consideração que cada contexto histórico tem suas especificidades; os sujeitos neles emergidos, na condição de sujeitos históricos, fazem parte de uma totalidade que estabelece conexões com as circunstâncias históricas. Assim é que procuraremos entender a práxis política em cada um desses momentos, em suas particularidades na formulação das políticas culturais no município de Franca.

2.3. Propostas para a cultura no governo do PT (2002-2005)

Ainda no segundo ano da gestão do primeiro mandato, o governo do Partido dos Trabalhadores alterou os dispositivos da Lei 2.460 de 26 de abril de 1977. O primeiro parágrafo da antiga Lei, que dizia: “Fica criada, no Departamento de Educação e Cultura, a Fundação Municipal ‘Mário de Andrade’, como órgão gestor da política de amparo e difusão da cultura em Franca”, a nova Lei, nº 5.071, de 16 de setembro de 1998, estabelece: “Fica criada, no

Município de Franca, a Fundação Municipal ‘Mário de Andrade’, órgão executor da política de amparo e difusão da cultura” (FRANCA, 1998).

O artigo segundo da antiga lei estipulava como finalidades da Fundação: “a) difundir e promover a arte em suas várias vertentes e manifestações; b) dirigir e manter o atual Núcleo do Movimento Mário de Andrade; c) outras manifestações culturais” (FRANCA, 1977).

Atentos aos novos tempos, o governo do Partido dos Trabalhadores suprimiu essas três principais finalidades para as quais o órgão fora instituído, atribuindo outras, mais abrangentes, pela Lei nº 5.071, de 16 de setembro de 1998:

Art. 2º. Compete à Fundação Municipal “Mário de Andrade”: I. Difundir e promover a arte em todas as suas expressões; II. Garantir à população o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura; III. Apoiar e incentivar as manifestações artístico-culturais da Comunidade; IV. Incentivar a livre manifestação cultural, com a criação, manutenção e abertura de espaços públicos que garantam a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas; V. Desenvolver programas culturais; VI. Promover a instalação e funcionamento de centros de cultura e de bibliotecas públicas; VII. Garantir o acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres e a preservação dos documentos, obras e demais registros de valor artístico, histórico ou científico; VIII. Promover a apresentação de peças teatrais e outras manifestações artísticas em praças e locais de concentração popular; IX. Manter núcleos artísticos, culturais e educacionais; X. Ministrando cursos em qualquer grau, inclusive os de formação e capacitação profissional; XI. Realizar ações de apoio técnico às diversas formas de manifestações culturais (FRANCA, 1998, on-line).

Se compararmos os conteúdos de ambas as leis, numa primeira impressão, verifica-se uma mudança substancial nas finalidades com que cada uma delas procurou estabelecer as diretrizes de uma declarada intervenção no campo cultural. Enquanto a Lei 2.460 de 26 de abril de 1977, que criou o órgão de fomento à cultura, diz textualmente a que veio, “difundir e promover a arte em suas várias vertentes e manifestações; dirigir e manter o atual Núcleo do Movimento Mário de Andrade; e outras manifestações culturais” (FRANCA, 1977, on-line), pouco depois da administração do Município, o governo do Partido dos Trabalhadores, por meio dos atores políticos, substituem as finalidades primeiras, propondo as diretrizes para uma política cultural futura, o que certamente implicaria uma tomada de decisão pouco observada nas gestões anteriores.

A organização do campo cultural está também inserida num processo mais amplo, que ultrapassa o local, envolvendo trocas entre os diversos agentes que circulam nesse meio (artistas, produtores e mesmo gestores culturais), assumindo, por vezes, visões nem sempre consensuais do que seria a boa política pública de cultura.

Uma das possibilidades aqui arroladas seria a ausência de organização desses agentes heterogêneos, onde se pode notar uma disputa pelos recursos, que são muitas vezes parcos e não possibilitam uma intervenção na cultura de modo a que as necessidades culturais de distintos atores, incluído os consumidores, sejam satisfatórias. Isso pode, inclusive, explicar a não sobrevivência do Conselho de Cultura instituído pela Lei 3.937, de 24 de abril de 1991, que, naquele momento, visava não só à proposição de uma política cultural para o Município, mas estava imbricado com o desmanche dos órgãos culturais na esfera federal pelo governo de Fernando Collor de Mello.

As alterações, embora tardias, dos dispositivos da Lei 2.460/1977, marco fundamental na trajetória do órgão de fomento à cultura realizada na gestão petista, expressam ainda o caráter difusionista da arte e da cultura, através de programas cuja disseminação se fará por meio da utilização racional dos equipamentos culturais instalados na cidade.

A instituição de um marco normativo para o campo da cultura genericamente expressa o caráter de apoio, difusão, direito e acesso à cultura. Muitas vezes, as intervenções sob o rótulo de políticas culturais ficam ao sabor dos acontecimentos futuros, que podem ter características mais participativas ou de políticas de gabinete em suas formulações. A criação do órgão para o fomento à cultura, em qualquer nível de governo, tem caráter provisório e pode também, nos contextos dos ciclos eleitorais, passar por processos de extinção, com a substituição ou a concentração das áreas de atuação do poder público, como, por exemplo, da Educação ou dos Desportos. A atual Fundação de Esporte, Arte e Cultura, órgão de fomento a essas áreas em Franca, é constituída de duas divisões: esportes e cultura, que compartilham dos recursos estabelecidos através no Plano Plurianual e das peças orçamentárias. Entretanto, observa-se maior visibilidade para os esportes amadores.

Nessas mudanças de nomenclatura dos órgãos públicos, em todos os níveis de governo, a cultura quase sempre permanece na retaguarda da reestruturação governamental.

Sobre o caráter provisório⁸ de órgãos culturais criados em circunstâncias históricas, o maior exemplo desse tipo de comportamento político ficou registrado, na esfera federal, durante o período do presidente Fernando Collor de Mello, que extinguiu não só o Ministério da Cultura, mas aqueles órgãos que dele faziam parte. A Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), órgão cultural importante, criado ainda em tempos de ditadura militar, estava no rol daquelas

⁸ O maior exemplo dessa instabilidade fica por conta da extinção do MinC durante a gestão do presidente Fernando Collor em 1990; e, mais recentemente, no governo Temer, que também tomou medida idêntica e só voltou atrás por pressão de setores artísticos e da sociedade.

instituições culturais ligadas ao MinC, que deixou de existir naquele governo, ainda que, logo a seguir, fosse recriado, como o próprio Ministério, no governo de Itamar Franco.

De qualquer maneira, ter um órgão cultural dentro da estrutura pública pode não representar que ele, junto com os atores sociais, venha a formular uma política cultural, mas sua simples existência possui um caráter de boas intenções e permite que um determinado governo possa estruturar melhor suas intervenções, além de reivindicar os recursos financeiros imprescindíveis no fomento desse campo.

Retomamos a abordagem acerca do mandato do governo do Partido dos Trabalhadores (2001-2004), numa tentativa de apreensão da política cultural através do discurso oficial; e aqui conta mais o pós-posse, já que não tivemos acesso ao Plano de Governo do Partido. Diante disso, através do Plano Plurianual 2002-2005 e do discurso ali registrado, procuraremos vislumbrar qual política cultural esse governo propôs para o Município; e, num segundo momento, observar o que ocorreu na prática durante os últimos dois anos dessa gestão.

2.4. O discurso governamental através do Plano Plurianual 2002-2005

No Plano Plurianual, Lei nº 5.576, de 31 de outubro de 2001, inciso segundo do Art. 3º, encontramos, similarmente a outros períodos de diferentes governos deste município, a seguinte descrição textual: “Constituem-se como prioridades para o quadriênio 2002/2005 as ações governamentais dirigidas aos serviços de educação, saúde, assistência social, habitação, infraestrutura urbana, saneamento básico, desenvolvimento econômico e geração de renda” (FRANCA, 2001, on-line - Grifo nosso).

O destaque acima, a ser observado destaca as áreas prioritárias que receberão a atenção da gestão pública num determinado período de quatro anos. Poder-se-ia pensar que a cultura seria incentivada a partir de ações com outras áreas, de maneira transversal, mas, nesse tipo de planejamento, o campo cultural é finalidade última, embora se especifique no discurso a intenção de atuar em várias frentes para o desenvolvimento cultural no Município.

Retornando ao PPA para o quadriênio 2002-2005, vamos encontrar no Anexo A, da Lei nº 5.576, de 31, de outubro de 2001, os Programas, Diretrizes, Objetivos e Metas desse texto. Apenas relacionaremos alguns eixos para discussão, de acordo com a própria estrutura do Plano. Esse item finaliza tal documento e dá a direção do trabalho da Fundação Municipal “Mário de Andrade” para o período, tendo destaque, entre os objetivos e metas, a instalação de um Centro Cultural.

O PPA 2002-2005 apontava doze diretrizes para o desenvolvimento da área cultural e para o trabalho da Fundação Municipal “Mário de Andrade”, projetando ações para os três

próximos anos da gestão e o primeiro ano do governo seguinte; no caso, 2005. Observamos que a primeira diretriz já havia integrado a agenda política desse governo, no período de 1997-2000, como um objetivo a ser perseguido: a instalação de um Centro Cultural no bairro da Estação.

A primeira diretriz para a cultura, e talvez a maior prioridade, era a ocupação do antigo prédio da Mogiana, no bairro da Estação, o qual seria transformado num centro cultural. É possível vislumbrar esta preocupação do governo na época, já que ela estava presente também no primeiro Plano Plurianual da gestão do PT entre 1997-2000.

A implantação de Casas de Cultura ou de Centros Culturais em cidades brasileiras e, mesmo em outros países, é algo que permeia o imaginário dos governos e gestores culturais. O exemplo da França espelha bem como, numa única casa, podem ser reunidas as mais diversas atividades artísticas, consolidando um modelo que ficou conhecido como política de democratização cultural. Até aí nada de novo, pois as grandes transformações no campo das políticas culturais ainda estão restritas à ação do poder público em garantir o acesso à maioria das pessoas, aos bens culturais produzidos numa determinada sociedade.

O objetivo da administração que constava no Plano Plurianual era bastante amplo do ponto de vista do planejamento: “Instalar Centro Cultural da Estação, em área da Cidade que facilitará e abrigará maior número de visitantes e usuários, proporcionando fácil acesso, maior eficiência e dinamismo na mensagem cultural, tornando-se um marco cultural” (FRANCA, 2001, on-line).

Da mesma forma, esse recinto deveria reunir várias atividades culturais, que iam desde oficinas, lugar para ensaios de grupos artísticos, além da reutilização do espaço para instalação de equipamentos culturais já existentes na cidade, como: a Pinacoteca, o Museu da Imagem e do Som e a ampliação da Sucursal da Biblioteca Municipal, já ali instalada (na antiga Estação da Mogiana) desde o início da década de 1990. Resumindo, tornar aquelas dependências um ambiente para se pensar, fazer e difundir cultura, facilitando o acesso da população.

É bom ressaltar que, nos Planos Plurianuais, o governo direciona para onde pretende investir, mas não diz como vai fazer, pois, mesmo numa política cultural, a participação de como, o quê e para quem pressupõe papel ativo de outros atores sociais: artistas, produtores, consumidores de cultura etc.

Na segunda diretriz do Plano, verificamos a proposta de “Implantar Núcleos de Oficinas de Artes e Cultura em outras regiões da cidade” (FRANCA, 2001, on-line). Essas oficinas incluíam as artes plásticas, música, dança, teatro e literatura, e seriam descentralizadas, por meio do aproveitamento de escolas e outros locais próximos de comunidades.

A terceira diretriz para a Fundação “Mário de Andrade” no PPA era “Implementar Atividades Culturais Populares” (FRANCA, 2001,on-line) estando essa diretriz vinculada ao objetivo:“Implementar atividades culturais populares em áreas da cidade que facilitem um maior número de visitantes e usuários, maior eficiência e dinamismo na produção e difusão da cultura” (FRANCA, 2001,on-line). Portanto, o objetivo, além da descentralização – como: museu itinerante, teatro de rua, cursos e concursos –, que facilitariam o desfrute e acesso pela população, era também valorizar as atividades populares e os artistas locais. Esse segundo efeito era perseguido com projetos como o “Arte na Fábrica”, “Viva o Bairro”, além das continuidades de outros projetos culturais que ocorrem em Franca desde a década de 1980, como o Projeto Cultural Águas de Março. Essa diretriz não só dialogava com o potencial da cidade, que pressupõe a participação na agenda política dos atores interessados no desenvolvimento do campo cultural, mas procurava também oferecer ações culturais segundo a percepção dos agentes envolvidos na gestão da área.

A quarta diretriz dizia respeito à modernização e ampliação das atividades por meio de aquisição de equipamentos e materiais permanentes pelas unidades culturais. Dentre as metas, duas merecem atenção: “Estabelecer parcerias com órgãos municipais, estaduais e internacionais em diversas áreas, para ampliar o acesso à cultura”; e a “capacitação de agentes e monitores culturais” (FRANCA, 2001, on-line). A primeira é característica das políticas culturais do século XXI, a inserção da cidade num cenário mais amplo, possibilitando que a troca de experiências faça emergir novos atores e novas culturas políticas.

Verifica-se, até aqui, que a preocupação do poder público consubstancia-se em ampliar o acesso do maior número possível de pessoas à produção artística da cidade, remetendo às ideias dos tempos da criação do Ministério dos Assuntos Culturais Francês e da política de democratização cultural do ministro André Malraux, através das famosas Casas de Cultura, cujo lema era: “tornar acessíveis às obras fundamentais da humanidade; e, em primeiro lugar, da França, ao maior número possível de franceses” (URFALINO, 2015 p. 17). Assim, um dos objetivos da gestão era difundir cultura pela Cidade, aumentando o acesso da população a ela.

Inserir a cidade em processos de internacionalização, através dos intercâmbios em diversas áreas e do desenvolvimento cultural, é um dos sinais deste início de século. Cidades cujo desenvolvimento pressupõe que a cultura atravessa todas as dimensões da vida em sociedade. Essa é uma das características destes novos tempos. Várias são as cidades, em muitos países e no Brasil, que têm adotado modelos de gestão transformadora, que melhora da qualidade de vida de seus cidadãos.

O que se pode apreender no nível do discurso é a pretensão do governo petista de inserir o Município num rol de cidades cujo desenvolvimento social abarca outras dimensões que não só a econômica, mas também aspectos que envolvem ações culturais. Os intercâmbios com outros centros urbanos trazem novas possibilidades para a Cidade, com a troca de experiências em áreas potencialmente desenvolvidas. Assim, a cultura pode ser um instrumento de inserção social, sobretudo na atualidade, em que ela é pensada e atua transversalmente com outras áreas, como saúde, educação, trabalho

Há, pois, uma conexão do discurso materializado no PPA com os acontecimentos que ocorrem lá fora, sendo o intercâmbio necessário aos objetivos de uma gestão atravessada por demandas de toda ordem, inclusive aquelas relacionadas ao mundo da cultura.

Vale trazer, para esta reflexão, o documento das propostas para a cultura no plano federal pelo Partido dos Trabalhadores, quando o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva apresentou um vasto programa de governo para o desenvolvimento da área cultural em todo o Brasil. Esse documento, intitulado de “A imaginação a serviço do Brasil”⁹, inspira-se em diversas experiências locais de governos do PT, as quais foram decisivas para a elaboração dos projetos aí contidos. E, ao comparar o PPA 2002-2005 com o texto “A imaginação a serviço do Brasil”, verificam-se as mesmas inspirações ideológicas. Diz o documento:

Escolhemos ouvir as diferentes experiências que vamos construindo nas administrações populares que governamos em todas as regiões do País, os grupos culturais e a reflexão dos estudiosos das questões da cultura, munidos de algumas convicções firmadas no Programa de Governo para 2002 da Coligação Lula Presidente, que defendemos para o Brasil. É necessário e urgente pôr abaixo os muros do *apartheid* social e cultural que fraturam a sociedade brasileira; reconhecer a cultura como um direito social básico, condição para o pleno exercício republicano e democrático; conjugar as políticas públicas de cultura em todas as suas linguagens – música, literatura, dança, artes visuais, arquitetura, teatro e cinema – com a ação cotidiana da rede escolar; afirmar as identidades étnico-culturais regionais como condição definidora da nossa identidade nacional; trabalhar políticas culturais de longo prazo, pois uma nação que se preza não entrega ao mercado a formação de sua juventude e a transmissão dos seus valores éticos ensinados e aprendidos ao longo da história (PARTIDOS DOS TRABALHADORES, 2002, p. 8).

Vale lembrar que a gestão do Partido dos Trabalhadores em Franca estava em seu segundo mandato e as políticas de fomento à cultura, em certa medida, não alcançaram, nos

⁹ Este documento foi elaborado e pela Coordenação do Programa de Governo Lula no ano de 2002.

dois últimos anos da administração, efeito maior, ainda que no plano do discurso houvesse o que se pode chamar de um “sopro renovador”¹⁰ para as políticas culturais locais.

A condição fiscal dos milhares de municípios brasileiros também é uma questão a ser considerada. No caso da cidade de Franca e das políticas culturais, as finanças dificultaram a concretização integral das ações contempladas nos discursos documentados.

Outra constatação fica por conta da própria ausência de organização dos atores que orbitam no campo da cultura. A extinção do Conselho Municipal de Cultura constitui um indicativo de que havia uma enorme dificuldade dos atores políticos e culturais da cidade de dialogarem entre si e formularem propostas que protegessem seus interesses, abarcando as diversas necessidades desse amplo campo. Assim, por não haver consenso, não se conseguia formular políticas culturais eficazes no cumprimento dos objetivos e metas a serem perseguidas.

Passemos agora a examinar as diretrizes quinta, oitava, nona, décima primeira e, por último, a décima segunda do Plano Plurianual para o quadriênio 2002-2005. Até aqui, o discurso político fez menção à constituição de novos espaços de difusão cultural, à formação e à capacitação em realizar intercâmbios culturais com outras cidades e com órgãos não governamentais, cujo tema estava relacionado ao desenvolvimento cultural.

Na quinta diretriz, é possível identificar semelhanças desta com o programa de governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República. Isso, porque o governo local buscava em experiências externas exemplos de investimentos na área, embora aqui, conforme descritivo, o foco estivesse na formação dos agentes culturais.

A oitava diretriz apontava para a modernização de unidades ou equipamentos culturais: “Dotar de atualidade o acervo e equipamentos das unidades culturais, diversificando seu conteúdo, atendendo às necessidades da população, considerando-os como centro de difusão cultural, buscando o usuário onde ele estiver, preservando a memória local” (FRANCA, 2001, on-line).

A nona diretriz dizia respeito à formação de grupos musicais com ênfase no lazer para as comunidades: “Dotar o Município de grupos musicais, com a finalidade de propiciar lazer à comunidade e estimular as crianças e jovens a se interessarem pelas músicas” (FRANCA, 2001, on-line).

A penúltima diretriz do Plano declara a intenção da gestão do PT de incentivar o resgate da cultura popular, por meio da realização de festas temáticas (FRANCA, 2001).

¹⁰ A expressão “sopro renovador” leva em consideração as origens do PT e do projeto político, cuja tônica é a eleição de temas como participação, inclusão social, sobretudo das classes sociais mais carentes.

E, por fim, a décima segunda diretriz apontava para a preservação da memória local, ou seja, para o patrimônio cultural em “toda a sua extensão”, embora não mencionasse a expressão cultura imaterial. Há referência também, à construção de um “catálogo dos edifícios tombados no município” e à recuperação de monumentos e obras do acervo público”. O incentivo do resgate da cultura popular estava relacionado às sobrevivências de manifestações da cultura tradicional, como as Folias de Reis, Congadas, a Cavalhada, capoeira, o Carnaval e outras demandas de gênero e etnias, por exemplo. Nessas categorias, o discurso do Plano Plurianual para 2002-2005, indicava a intenção da gestão petista de realizar eventos nessas áreas, como forma de incentivo cultural.

Observando o discurso oficial do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores contido no PPA 2002-2005, foi possível identificar as propostas para a área da cultura, conforme se constata por meio das diretrizes anteriormente citadas. No entanto, como houve eficácia das ações culturais entre os anos de 2003 e 2004, nos dois últimos anos desse governo, pode-se indagar quanto à sua abrangência e/ou efetividade, através de algumas agendas culturais (APÊNDICES A e B) produzidas pela Fundação Cultural “Mário de Andrade”.

Por outro lado, observa-se também que, no início do século XXI, o conceito de cultura operado, seja dentro de organizações multilaterais ou órgãos de municípios brasileiros, não estava mais restrito apenas às belas-artes: já se sentia nos modos de viver e fazer das distintas comunidades nas políticas culturais praticadas em algumas regiões do Brasil. Isso significou uma virada antropológica e tornou-se um incentivo para outras manifestações culturais aqui e acolá. Nesse sentido, o discurso oficial que consta nos PPAs e nas agendas culturais francanas podem nos ajudar a compreender se houve uma intenção da gestão petista de realizar ações culturais mais amplas, em um município que historicamente apresentou uma prática com baixo grau de inovação no campo da cultura. Frisamos ainda que nosso objetivo principal não é a avaliação dos projetos culturais da gestão, mas verificar se houve espaço efetivo no governo petista para que um conceito mais antropológico de cultura se concretizasse.

Ainda que, no período aqui apreciado, houvesse um discurso de investimento na cultura, o qual valorizava a diversidade cultural, esse não apresentou resultados condizentes com o anunciado, o que pode ser observado nas programações da cidade. Um breve olhar sobre as agendas culturais revela a matriz do conceito de cultura operado pela gestão da época. Essa utilizou e dinamizou os equipamentos existentes em Franca, contemplando prioritariamente, em suas ações, as modalidades pertencentes às belas-artes, em detrimento manifestações de viés antropológico. E, mesmo assim, as ações do poder público restringiram-se às políticas de difusão cultural.

A dimensão da cultura no sentido sociológico, a cultura do circuito organizado, (BOTELHO, 2001), sempre foi e ainda permanece na preferência da gestão pública, bastando, para isso, o uso sistemático dos equipamentos culturais existentes no Município e a adesão de artistas ou instituições para realizarem as ações culturais.

Também se constatou que as necessidades culturais – seja dos distintos agentes socioculturais, artistas, seja dos consumidores (público) – permaneceram aquém das possibilidades. Nesse sentido, destacamos o relato recente do vice-prefeito¹¹ da gestão petista (1997-2004) em um evento realizado sob o título “Ciclo de palestras: A esquerda em Franca”, organizado pelo diretor do Laboratório das Artes em Franca. Nesse encontro, o ex-vice explanou sobre as experiências do Partido com o Orçamento Participativo, a situação da gestão, as políticas públicas produzidas na época.

Os Orçamentos Participativos são espaços privilegiados criados pelos governos de cunho progressista em alguns municípios brasileiros deste a década de 1990. Sua proposta é promover a discussão com a comunidade e direcionar investimentos públicos para as áreas indicadas pela população. Depois de passadas quase duas décadas, fica difícil a identificação da participação dos atores culturais, de sua representatividade e abrangência nessas reuniões. Esse intervalo de tempo impossibilita aventar qual política cultural desejavam, assim como os recursos disponíveis naquele momento.

O referido relato ajuda-nos a reconstruir aquele contexto histórico. Segundo ele, o comparecimento às reuniões do Orçamento Participativo foi pouco expressivo, já que estiveram presentes principalmente os líderes dos Centros Comunitários. É possível vislumbrar também um número limitado dos representantes do campo cultural que atuavam nessa área, que teriam participado dessas reuniões e desse processo de planejamento.

2.5 As Agendas Culturais na gestão do PT

Para ilustrar a administração do Partido dos Trabalhadores na gestão da cultura do município de Franca, utilizaram-se as agendas culturais de parte do período (de 2003 e 2004). Elas oferecem uma ideia de como se deram as intervenções nesse campo, envolvendo artistas e grupos de várias modalidades de cultura: da Cidade e até de outras regiões.

¹¹ O vice-prefeito Cassiano Pimentel expôs durante o “Ciclo de Palestras A esquerda em Franca” (realizada no Laboratório das Artes de Franca, no dia 09/08/2018), as dificuldades de se produzir políticas públicas local naquele contexto de reforma do Estado brasileiro, de orientação de cunho neoliberal em quase todas as dimensões da gestão pública, e que essas dificuldades foram enfrentadas durante os oito de anos pela administração petista, a exemplo de crise fiscal, desemprego estrutural, capacidade diálogos com as elites locais, além da incipiente experiência de governos de esquerda. O professor, arquiteto, escritor e diretor do Laboratório das Artes Mauro Ferreira foi colaborador na gestão do PT em Franca entre 1997-2004 se ocupando da pasta do Planejamento Urbano.

As agendas culturais não se prestaram apenas à divulgação das atividades da Fundação “Mário de Andrade”; mas também fazem parte dessas publicações eventos promovidos pelo âmbito privado e circuitos comerciais de nomes consagrados no meio teatral. Além disso, as agendas permitiram identificar o tipo de ações culturais então praticadas.

Sem entrar no mérito dos conteúdos das atividades culturais constantes das agendas, fica claro que, no período assinalado, houveram poucas alterações nas formas de intervenção pública, com relação aos períodos anteriores. Isso significou que foi uma política de uso de equipamentos culturais voltada à difusão de modalidades de Artes Plásticas, Teatro, Música, Dança, exibição de filmes para faixas etárias diferenciadas etc. Algumas dessas atividades foram articuladas também com áreas afins, como a educação, por exemplo, ou através de parcerias com outras entidades, como o Serviço Social da Indústria (SESI) de Franca ou o SESC de Ribeirão Preto.

A descentralização das atividades artísticas, culturais e de lazer ocorreram nas praças do centro da Cidade e no Parque de Exposições de Franca. Como exemplos de ações realizadas, podemos citar as Manhãs de Lazer, oferecidas a toda a comunidade, e a feira de artesanato. Foram observados ainda outros eventos tradicionais da Cidade, como: eventos cívicos, como o que faz referência à semana do soldado constitucionalista, e festas das comunidades religiosas.

Das agendas culturais do Município referentes aos meses de abril, julho e agosto de 2003 e a abril, junho, agosto e novembro de 2004, constam as atividades realizadas nos diversos equipamentos culturais tradicionais públicos e em outros locais; por exemplo, nas comunidades.

2.6. Política cultural dos governos do PSDB (2005-2016): FEAC e o Bolsa Cultura

As gestões municipais dos anos de 2005 a 2012 foram marcadas pelo retorno de alguns principais atores políticos que já haviam administrado a cidade na década de 1980. As ações que se seguiram no campo da cultura foram uma combinação da continuidade de modelos de intervenções passadas com algumas inovações, especialmente a partir do ano de 2010, já no segundo mandato de governo.

Enfatizamos que, desde o segundo mandato do PT, os grupos oposicionistas, que viriam a assumir a Prefeitura de Franca, a partir de 2005, iniciaram uma campanha sistemática para desconstruir a imagem do antigo e permanente “rival”. Como um exemplo concreto, podemos citar que, no início dos anos 2000, a Cidade estava envolta em campanhas publicitárias, onde o que mais se via era a frase: “PT, nunca mais”. O trabalho de prejudicar a imagem do adversário não é uma novidade, sobretudo quando falamos de duas propostas governamentais tão distintas, ao menos, no plano do discurso. Essa desconstrução foi, e ainda é, uma combinação de vários

fatores políticos, que escondem uma multiplicidade de interesses, a começar pelo plano macropolítico, mas que reverbera também nas dimensões das micropolíticas partidárias, selando tal quadro de preferências a cada ciclo eleitoral. As legendas de partidos acolhem, muitas vezes, atores políticos, que não fincam raízes identitárias, com as quais esses, volta e meia, surgem na tentativa de capturar a preferência de eleitores e, conseqüentemente, elegerem-se ou eleger grupos de apoio.

O embate entre esses dois projetos políticos consolida-se também em gestões distintas; e, na forma de condução da coisa pública, repercute na vida do cidadão. Essas divergências e controvérsias se polarizaram na cena política, desde a década de 1990, sendo enquadradas e explicadas por Paes de Paula (2005) por meio dos opostos: a Gestão Gerencial e a Gestão Societal¹².

A Autora analisa ambos os modelos, desde as origens: projeto político, dimensões estruturais enfatizadas em cada gestão, organização administrativa do aparelho do Estado, abertura das instituições políticas à participação social e, por último, a abordagem de cada gestão (PAES DE PAULA, 2005).

No nosso trabalho, o mais importante, a partir de agora, é perceber como algumas mudanças ocorridas nessas gestões (2005-2016) repercutiram no campo da cultura. A primeira medida do governo local para essa área fora extinguir o antigo órgão de fomento à cultura, FMMA, e criara Fundação de Esporte, Arte e Cultura (FEAC), por meio da Lei nº 6.334, de 07 de março de 2005.

Toda vez que os governos, em seus diferentes níveis, instituem algum órgão novo da administração direta ou indireta, espera-se que ele tenha independência e autonomia (de recursos) para responder aos objetivos para os quais foi criado. Com a Fundação Municipal “Mário de Andrade” não era diferente. Na sua origem, ela estava submetida ao antigo Departamento de Educação e Cultura, principal Departamento da época, responsável pela área da educação e dependente de verbas para a sua atuação no fomento à arte e à cultura. Entretanto, temos que assinalar que a autonomia preconizada, na prática ela não ocorreu em vários momentos.

Retroagindo ao início da década de 1990, observamos a repercussão de alguns atores locais, através de pequenas notas de um dos jornais da cidade. Foi possível notar o quanto essa

¹² Ver estudo de Ana Paula Paes de Paula intitulado “Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão societal”, no qual a Autora expõe esses modelos de gestão no plano federal brasileiro a partir da década de 1990.

fundação deixou de atingir as finalidades para as quais foi criada, embora continuasse a existir como um órgão da administração. Recuperamos o descontentamento, ante a ausência de uma política cultural à época com a seguinte notícia, intitulada de “Cultura abandonada”:

Enquanto os vereadores vetam a lei de incentivo à cultura francana, os artistas estão cada vez mais num beco sem saída com esta crise econômica.

Uma jovem dupla sertaneja de Franca tem percorrido as ruas da cidade, de porta em porta, pedindo uma ajuda monetária para a prensagem de seu primeiro disco. Os cantores alegam que este é o último recurso de que dispõem, pois já procuraram os departamentos culturais e não receberam nenhum recurso ou incentivo. Se o Município tivesse seus órgãos de cultura funcionando, poderia estudar os projetos dos artistas locais e, após selecioná-los, cooperar para que fossem executados. Se existisse alguma vontade de se incentivar a cultura [...] (JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, 1991, p. 9).

Em alguns momentos, no decorrer da mesma década, a atuação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” passou despercebida, preferindo o gestor da cultura divulgar em jornais locais que tal evento cultural foi realizado pela Coordenadoria de Cultura, ligada à Secretaria de Educação do município de Franca. Durante a administração do Partido dos Trabalhadores, a Fundação Municipal “Mário de Andrade”, como órgão gestor da cultura no Município, recebeu maior atenção, alcançando, dentro da estrutura de governo, algum status, justificando e resignificando inclusive o nome de seu patrono, o escritor modernista Mário de Andrade.

Ressaltamos que, para o período entre 2005-2016, a análise da gestão da cultura será realizada em conjunto, pois compreendemos que, nos doze anos seguintes às administrações do PSDB, conformou-se uma linha de continuidade da gestão cultural, como um modo local de incentivar a cultura. A novidade se apresentou, sobretudo, a partir do ano de 2010. Nas eleições de 2012, Alexandre Ferreira, o novo pretendente ao cargo de chefe do Executivo, foi eleito em decorrência do capital político do seu antecessor, o prefeito “Bom para a Cidade”¹³.

O ponto de partida de nossa análise tem como referência o ano de 2005, com a criação da Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC). O novo órgão tinha as seguintes finalidades:

Art. 1º. Fica criada, no Município de Franca, a Fundação Esporte, Arte e Cultura – FEAC, destinada à execução, promoção, incentivo e difusão das políticas relacionadas com as atividades sócio-culturais, esportivas, de divulgação institucional do Município, execução de atividades, serviços

¹³ Essa figura simbólica do prefeito “bom para a Cidade” ficou gravada no imaginário de uma parcela da população, sendo amplamente difundida, inclusive por meios tradicionais de comunicação, fazendo parte também da estratégia de desconstrução da imagem dos adversários políticos.

gráficos e outras que vierem a ser atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo. (FRANCA, 2005, on-line).

No artigo 2º, inciso III, entre outras atribuições do novo órgão, consta: “[...] estimular e promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festejos, eventos populares e todas as demais atividades vinculadas ao desenvolvimento sociocultural do Município” (FRANCA, 2005a, on-line). Assim, as atividades realizadas pela FEAC são definidas por lei de iniciativa do prefeito e, além de essa fundação executar, promover e incentivar a “difusão das políticas relacionadas com as atividades socioculturais, esportivas”, está entre suas atribuições tornar públicas suas realizações no campo da cultura e dos esportes. Outrossim, a norma em questão estabelece que o órgão deve atuar em serviços gráficos e outros, atribuídos pelo chefe do Executivo, denotando forte relação entre poder e cultura, centralizado no principal agente político da administração pública.

Uma observação quanto à extinção da FMMA e à criação de um novo órgão é que a “Fundação de Esporte, Arte e Cultura”, como o próprio nome evidencia, responsabilizava-se pela gestão tanto dos esportes amadores, como das atividades socioculturais, conforme se observa no art. 1º. da Lei, 6.334/2005; portanto, tornava-se um órgão com dupla finalidade.

É importante destacar que, durante o início dessa nova administração local, o Ministério da Cultura estabeleceu um convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de incluir um Suplemento de Cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)¹⁴. Como consta no próprio Suplemento de Cultura, o objetivo era colher informações sobre diversidade cultural dos 5.564 municípios brasileiros pelo “olhar do gestor público municipal”, revelando um pouco sobre o modo como lidavam com o desenvolvimento da cultural em sua localidade (IBGE, 2007). A realização da MUNIC em Franca ocorreu entre o final do ano de 2005 e o início de 2006 e os dados dessa pesquisa, disponíveis no portal do IBGE, corroboraram para as perspectivas de nossa análise, no que diz respeito às intervenções culturais postas em prática na cidade.

A primeira questão se referia à existência de um órgão gestor da cultura e dos desdobramentos daí decorrentes: capacidades de infraestrutura e recursos humanos para a administração da área. A metodologia adotada pelo Suplemento da Cultura nessa pesquisa, do IBGE, traz a seguinte definição:

¹⁴ O IBGE realiza a MUNIC desde o ano de 1999, mas a inserção de questões que analisam os aspectos culturais é relativamente recente.

O órgão gestor do setor cultural em nível municipal tem como responsabilidade, em princípio e idealmente, formular e implementar uma política a partir da realidade do Município, não apenas em termos de sua vida cultural, mas também levando em consideração a sua realidade socioeconômica. Além de se estribar nas características do Município, esta política deve, como qualquer outra política pública, estabelecer prioridades e metas em curto, médio e longo prazos, determinar recursos humanos e materiais necessários e prever mecanismos de avaliação de resultados. Do ponto de vista das demandas específicas do setor cultural, estas implicam, dependendo da complexidade do universo cultural do município, na criação de instituições de formação e aperfeiçoamento, na criação de circuitos específicos de produção, na criação de espaços de circulação e de difusão cultural, na implementação de programas ou projetos de estímulo, na criação de órgãos ou mecanismos de financiamento para os produtores e, ainda, na criação de legislações de proteção e de incentivo. Tem-se então um leque que, sem exaurir o tema, passa por questões que abrangem a infra-estrutura, a formação – tanto de artistas quanto de gestores – o estímulo à criação, a difusão e circulação, e a preservação do patrimônio cultural em todas suas dimensões (IBGE, 2007, n.p.).

Outro quesito que compôs o questionário da pesquisa tratava da existência de uma política municipal de cultura. Como a resposta do informante foi a da inexistência dessa política, todas as demais questões relacionadas foram desconsideradas e enquadradas como “não aplicáveis” pelo pesquisador do IBGE.

Um esclarecimento, no entanto, faz-se necessário. Observando o glossário nas considerações gerais do documento Suplemento da Cultura, o conceito de política municipal de cultura operado naquela pesquisa era:

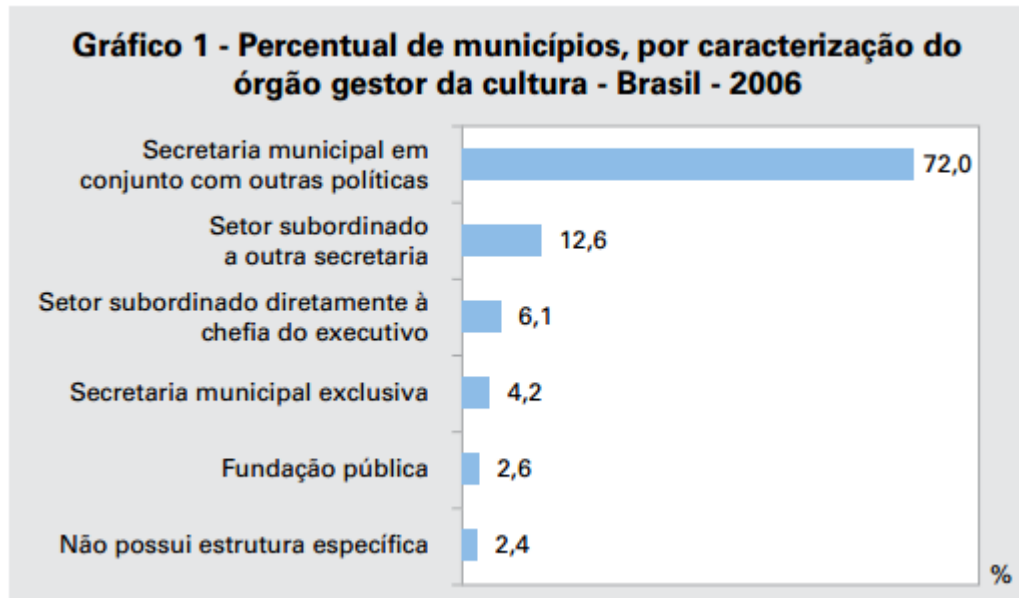
A ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população por meio de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não para alguns segmentos da sociedade (IBGE, 2007, n.p.).

Esta noção baseia-se na definição de políticas culturais da UNESCO do fim da década de 1960: “as práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado” (UNESCO, 1969, p. 4 apud REIS, 2011, p. 2).

O primeiro item dos questionamentos da pesquisa do IBGE indica a existência do órgão gestor da cultura na cidade de Franca, que estava, à época, subordinado a outra secretaria (IBGE, 2006). Todavia, como é de conhecimento público, a Fundação de Esporte, Arte e Cultura, já nasceu com relativa autonomia em relação a outros órgãos governamentais.

Numa síntese do quadro geral dos municípios brasileiros, a pesquisa mostra como estava, naquela época, estruturada a administração da cultura, segundo a declaração dos

gestores locais, fosse na condição de um órgão exclusivo para a cultura, fosse em outras condições conforme o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, 2006 apud IBGE, 2007, n.p.

O município de Franca, no ano de 2005, estava entre os 2,6% de municípios que possuíam órgão de gestão cultural caracterizado como Fundação. Em outro quesito sobre a existência de Fundações Municipais de Cultura, o IBGE faz o seguinte esclarecimento:

A pesquisa identificou a existência de Fundações Municipais de Cultura que não tinham a função de órgão gestor em 2,4% dos municípios. Cabe lembrar que, em 2,6% do total dos municípios, as Fundações Municipais de Cultura tinham a função de órgão gestor da cultura (IBGE, 2007,n.p.).

Embora a pesquisa da MUNIC não tenha considerado a Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC) como tendo autonomia administrativa, em nossa pesquisa empírica não encontramos fonte alguma que dissesse que ela estava, naquele momento, submetida a outro órgão.

Mas o importante aqui é demonstrar que, com a criação da FEAC, pelo menos até o início do ano de 2010, não houve mudanças substanciais no tocante ao desenvolvimento cultural do Município que envolvesse a participação do poder público local. O apoio do órgão gestor da cultura se deu como nos governos anteriores: na promoção de diversos eventos culturais, sobretudo daqueles já enraizados, presentes no calendário das atividades culturais e no

incentivo de projetos de baixo custo. Como exemplos concretos citamos o projeto cultural “Águas de Março”, criado no início da década de 1980 no âmbito da Federação de Teatro Amador da Cidade e reproduzido por várias gestões. O evento reúne, em duas semanas, várias manifestações artísticas apresentadas no palco do Teatro Municipal e em alguns outros poucos locais; outros eventos que revelam um pouco das características do modo de intervenção pública são: o tradicional Encontro de Coral, de Dança, eventos ligados a literatura, tal como a Semana do Escritor Francano (englobado recentemente pela Feira do Livro), as Cavalhadas, o Carnaval de Rua, os Salões de Artes Plásticas e outros.

No período entre 2004 e 2005 o governo federal, com o então Ministro Gilberto Gil, realizou diversos avanços: em 2004 instituiu o Programa Cultura Viva, com a formação de vários Pontos de Cultura que alcançaram diversos municípios brasileiros; através da Emenda Constitucional nº 48/2005, inseriu-se, no artigo 215, o parágrafo 3º, que previa a criação do Plano Nacional de Cultura, cuja construção efetiva contou com a participação de diversos atores socioculturais; simultaneamente, ocorria uma consulta de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, que permitiria que as políticas culturais ocorressem em sintonia, nas três esferas de governo.

O programa Cultura Viva, que visava ao fomento à cultura, só chegou em Franca entre 2009 e 2012, já quase no final do ciclo administrativo do PSDB. As propostas para os Pontos de Cultura em Franca partiram de três organizações: a Federação de Teatro Amador do Nordeste Paulista, o Instituto Práxis e a entidade realizadora das “Cavalhadas”¹⁵, evento tradicional na cidade. A essa altura, os convênios já envolviam a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, na condição de gestora do Programa.

Como ou porque o governo local não se articulou com as políticas culturais federais, será melhor entendido no capítulo três, em que são analisadas as falas dos atores culturais locais, incluindo as falas do gestor à época. Algumas das especificidades de que falamos poderão oferecer explicações sobre o modo como um governo opta ou não por articular suas ações no plano da cultura às de outros níveis governamentais.

¹⁵ “A Cavalhada” é um folguedo campeiro, de origem européia e que, trazida para o Brasil, sofreu várias reinterpretações. A história gira em torno da luta entre “Mouros” e “Cristãos”, aparecendo vários personagens do império visigótico e carolíngio como Carlos Magno, Rolando, Oliveiros, Ferrabrás, Sultão de Constantinopla. Floripes, a princesa moura, tem origem num “auto” (teatro) português. Os dois partidos – cristãos e mouros – travam simuladas guerrilhas e escaramuças acompanhadas de provas de equitação, eco das batalhas medievais. Texto explicativo de: Marina de Andrade Marconi e Dirceu Continentino Jacintho, impresso em folder de uma das edições do evento em 1989.

Ainda que os governos municipais ou estaduais não fossem chamados como co-participantes do Programa “Cultura Viva” no primeiro momento de sua institucionalização, os territórios são, por excelência, locais onde se encontra a diversidade cultural brasileira. Em Franca, apenas três entidades se candidataram a proponentes dos editais do “Cultura Viva”. Isso leva a considerar o desinteresse da gestão pública local, naquele momento, em capacitar potenciais proponentes a tal programa.

A principal mudança na gestão da cultura local está relacionada com a instituição da Bolsa Cultura, no ano de 2010. A Lei no. 7.430, 23 de julho de 2010 atribuiu à FEAC estabelecer convênios com proponentes de projetos culturais, pessoas físicas e jurídicas, que não visassem a fins lucrativos. No ano de 2014, já na seguinte gestão da mesma legenda e seguindo uma linha de continuidade, a concessão da Bolsa Cultura é transformada no Programa de Incentivo à Arte e à Cultura, criado pela Lei nº 8.050, de 22 de abril de 2014.

Observa-se que essa mudança de rumo pelo poder público está relacionada a outras experiências de incentivar projetos culturais por meio de editais abertos a proponentes, adotados ora por instituições públicas ora por iniciativa privada. Pode-se ainda argumentar que o montante de recursos destinados a esse novo formato local de fomento era, do ponto de vista orçamentário, insignificante, já que a verba ficava pulverizada para vários grupos, artistas ou entidades selecionadas por uma comissão indicada pelos dirigentes do Departamento de Cultura. O parágrafo único do artigo primeiro da referida lei estabelece que a concessão da Bolsa Cultura estaria limitada à existência dos recursos financeiros e orçamentários (FRANCA, 2005b).

Ao tempo em que o poder público local toma a decisão de mudar a forma de fomentar a cultura, em projetos específicos, ele o faz a partir de decisões de gabinete, sem nenhuma conexão com os demais agentes interessados, o que leva alguns atores se situam em locais estratégicos, com capacidade de barganha para defenderem seus interesses, em detrimento dos de outros (que ocupam lugar periférico nessas decisões), formatando as políticas culturais de acordo com os interesses próprios. O modelo de fomento à cultura, embora importante para o desenvolvimento da área, foi introduzido de cima para baixo, sem estabelecer articulações com áreas afins, cujas necessidades não convergem com a visão do Poder Executivo ou dos gestores culturais. Os editais de seleção de projetos culturais cumprem uma função, mas nem sempre atendem às diversas demandas dos agentes que exercem práticas culturais, os quais veem sua participação restringida no processo. Processo este que pulveriza os recursos já minguados entre alguns poucos selecionados.

Na gestão do período de 2013-2014, o modelo de incentivo à cultura entra numa outra fase com a reformulação da “Bolsa Cultura” pela Lei 8.050, de 22 de abril de 2014, a qual institui também o Programa de Incentivo à Arte e à Cultura no Município de Franca (FRANCA, 2014). Essa lei substitui a anterior, a Lei nº 7.430/2010, sendo uma espécie de sobreposição a ela, pois descreve as áreas artísticas e culturais que se podem candidatar ao incentivo público, tais como: Artes Cênicas (Teatro e Circo), Música, Canto, Dança, Artes Visuais (Artes Plásticas, Gráficas e Fotografia), Literatura, Arte Popular, Tradição, Artesanato e Manutenções Culturais e Artísticas (FRANCA, 2014). Além do incentivo financeiro aos artistas e grupos, permite também estabelecer convênios com as entidades locais, desde que desenvolvam atividades de cunho cultural em Franca.

O que chama a atenção desta última versão da Lei do Programa de Incentivo à Cultura “Bolsa Cultura”, é seu caráter cívico e de divulgação institucional do Município ao regular o incentivo financeiro aos proponentes de projetos culturais. No art. 5º, entre as exigências às pessoas físicas, estabelece que essas devem estar quites com o serviço militar, para homens, e com a justiça eleitoral. O art. 9º, que trata das obrigações das entidades conveniadas, estabelece a obrigatoriedade de inserir as logomarcas da Prefeitura e da FEAC no vestuário, conforme a seguinte descrição: “[...] As logomarcas da Prefeitura e FEAC deverão estar expostas da seguinte forma: na parte da frente, ao lado direito, a logomarca da Administração Municipal e, ao lado esquerdo, a logomarca da FEAC” (FRANCA, 2014, on-line). As exigências que a Lei 8.050/2014 impõe aos proponentes de projetos culturais de um lado segrega os indivíduos (artistas, agentes culturais locais) que, por fatores diversos, não estão em conformidade com a justiça eleitoral ou, quando do sexo masculino, estão pendentes com o Serviço Militar. Não deveria haver, em tese, a obrigatoriedade de as diversas manifestações artísticas e culturais vestirem a camisa desta ou daquela gestão pública, mesmo sob o patrocínio governamental.

Os recursos financeiros para o desenvolvimento cultural em Franca, sob concessão da Bolsa Cultura, segundo notícia do Jornal de Franca (2015) referente ao programa de incentivo à cultura para o ano de 2016, prometia investir até 700 mil reais. O anúncio dava conta de que os valores seriam da ordem de 300 mil aos diversos projetos para pessoas físicas; e da de 400 mil distribuídos entre os projetos de pessoas jurídicas. Conforme (APÊNDICE C) dos projetos selecionados, não se sabe se todos conseguiram cumprir com o Plano de Trabalho de acordo com o regulamento do Programa de Incentivo à Arte e à Cultura.

De acordo com o relatório de Prestação de Contas Públicas 2013-2016, da Divisão de Cultura da FEAC (FEAC, 2016, p. 117), a reformulação do Programa teve como objetivo atender um número maior de projetos culturais. Segundo o relatório houve um aumento de

recursos financeiros de 30% em relação ao investido na gestão anterior. Sobre o programa de incentivo à cultura, o documento sintetiza que:

O Bolsa Cultura é um programa que oferece subsídios a grupos que tiveram seus projetos aprovados por uma comissão formada por profissionais técnicos do segmento de arte e cultura. O principal objetivo do Bolsa Cultura é incentivar os artistas e grupos e fomentar a cultura na Cidade.

O projeto foi idealizado e pensado para atender aos artistas do Município e reformulado nesta gestão para que pudesse atender às cotas financeiras e abraçar diversos tipos de projetos. Com isso, a pretensão é incentivar também as organizações sociais e o artista individual ou pequenos grupos a realizarem seus próprios projetos.

Para participar, o artista local deverá enviar dois envelopes, de acordo com o edital e regulamento. Um envelope contendo toda a parte documental; e, no outro, o projeto. Cada interessado poderá inscrever apenas um projeto e os valores serão subdivididos entre pessoas físicas e jurídicas, onde foram criadas cotas de valores para a pessoa física. Nesta gestão este projeto teve um aumento de recursos de quase 500%, chegando ao montante de 700 mil reais. O intuito com isso é não limitar o projeto ao valor, pegando, por exemplo, as solicitações recebidas durante o ano, pois não dá para equiparar valores de projetos, já que alguns proponentes necessitam de gravação de CD e outros, de realização de eventos (FEAC, 2016, p. 117).

O “Bolsa Cultura”, em tese, ampliava o fomento às atividades artísticas e culturais desenvolvidas pelos proponentes que submetessem seus projetos à FEAC. Reitera-se que a eficácia desta política deve ser vista com alguma cautela, o que pode ser pensado por dois pontos de vista: o primeiro, em relação ao alcance da diversidade cultural presente no território municipal; o segundo, em relação à forma como ocorreu sua construção, uma vez que a política não contou com a participação da sociedade e dos seus diversos agentes socioculturais. Tal programa de Incentivo à Arte e à Cultura foi, no entanto, considerado a política cultural do Município, ao menos, na visão do gestor da cultura durante o período de 2013-2016.

Na pesquisa MUNIC, “Perfil dos Municípios Brasileiros de 2014”, no “Suplemento da Cultura”, publicado pelo IBGE, a questão da existência ou não de uma política cultural no Município foi novamente dirigida ao gestor da cultura na cidade de Franca. Dessa vez, a resposta foi afirmativa, segundo o Portal IBGE, no item 4, Política Cultural (IBGE, 2014).

Sobre a afirmação da existência de uma política municipal de cultura nos municípios brasileiros, quando a resposta a esta questão é positiva, Calabre (2014) argumenta que

O suplemento nos revela, por exemplo, ainda que de maneira indireta, a matriz autoritária e a visão unidirecional que formavam a concepção que parte significativa dos gestores municipais possuía sobre políticas culturais, no momento em que foi a campo. Havia no suplemento uma questão específica sobre a existência, ou não, de políticas culturais locais para a qual 57,9% dos municípios responderam positivamente. Entretanto, quando se percorre alguns

dos outros itens da pesquisa, tais como o da existência de leis, conselhos, fundos, ações, etc., verifica-se que os índices apresentados são extremamente baixos, fato que leva aos pesquisadores e estudiosos perguntarem-se sobre qual será o conceito de políticas culturais com o qual tais gestores municipais dialogaram efetivamente (CALABRE, 2014, p. 147).

Na pesquisa do IBGE, 2014, Suplemento de Cultura, novamente a questão da existência da política cultural no município de Franca, foi posta dentre as demais que integraram o questionário levado a campo. Desta vez houve segundo o IBGE, houve a afirmação do representante da administração pública local da existência desta política. Porém existe uma complexidade quanto ao conceito de política cultural em relação aos seus objetivos que devem ser levados em consideração como por exemplo: a) tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; b) ampliar o grau de participação social nos projetos culturais; c) dinamizar as atividades do município; d) integrar a cultura ao desenvolvimento local; e) preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural; f) descentralizar a produção local; g) garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; h) democratizar a gestão cultural. (IBGE, 2014). Apenas A, C e E foram admitidas como componentes básicos desta política. Na pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2014, evidencia o quanto a concepção de política de cultural é ainda tratada de maneira tradicional no município de Franca, o que dificulta o pleno desenvolvimento da cultura em suas várias dimensões, o que vale dizer que na ausência de outras vozes no processo decisório das políticas públicas de cultura, a democracia plena não se realiza, sobretudo quando os canais de participação não existem, como no caso de um Conselho Municipal de Cultura de caráter paritário.

Mesmo ao dispor de outros mecanismos de fomento à cultura no Município, com a inserção da “Bolsa Cultura”, o governo local pulveriza uma parte dos dispêndios com projetos culturais, mas segue numa linha de ação já bastante conhecida da atuação pública nesse campo, conforme mostrou a pesquisa realizada pelo IBGE, Suplemento de Cultura, no ano de 2014, sobre a questão da política municipal de cultura.

CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA CULTURAL NA PERSPECTIVA DOS AGENTES POLÍTICOS E CULTURAIS

No capítulo precedente, abordamos as intervenções culturais em perspectiva histórica. Passemos agora à apreensão dos significados da política em questão, pela perspectiva dos atores políticos e sociais – ex-gestores, artistas e produtores – do Município, considerando suas “necessidades culturais”, utilizando o termo de Canclini (1987).

Por meio das declarações desses atores, capturamos a essência do discurso político, as articulações num nível mais amplo do universo da cultura e as contradições entre aquilo que é dito e documentado. Para compreender as concepções dos sujeitos da pesquisa, trouxemos para a reflexão: algumas categorias analíticas que nortearam o delineamento do estudo desde o início; questionamentos que serviram para balizar as nossas reflexões quanto ao objeto; e considerações acerca das especificidades da ação pública para o campo da cultura, que variam de acordo com o contexto sócio-histórico e com os agentes públicos ou privados envolvidos.

Embora o foco de nossa pesquisa se concentre principalmente a partir da década de 1990, iniciaremos este terceiro capítulo reconstruindo o contexto das políticas culturais francanas, a começar do final da década de 1970. Isso, porque é nesse momento que ocorre a criação da Fundação Municipal “Mario de Andrade”, que, como vimos, possuía um número bastante reduzido de diretrizes. Para isso, entrevistamos o gestor cocriador desse órgão. Suas falas permitiram compreender melhor como os movimentos socioculturais daquele momento definiram o modo de intervenção do poder local na área da cultura. É importante reconhecermos que, no decorrer dos tempos, outros atores não estatais foram atuantes e interferiram no formato das políticas culturais; é o caso do teatro, cujas raízes remontam de décadas passadas e permanecem até os dias de hoje.

3.1. A criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” em Franca

Para entendermos a ação do poder público em Franca, buscamos subsídios em fontes da imprensa local que nos forneceram informações sobre a origem dos órgãos de fomento à cultura. Determinadas modalidades surgem e criam raízes, atravessam décadas e permanecem, como é o caso do Teatro, Coral e Artes Plásticas. Na cidade de Franca, há manifestações tradicionais – Congadas, Folias de Reis e outras – que, no caso brasileiro, remontam a épocas ainda mais distantes. É este o sentido histórico que procuramos saber: onde, quando e para que se deu a institucionalização da Fundação Municipal “Mário de Andrade” que atuou, por quase três décadas, na condição de um órgão dentro da estrutura pública das sucessivas administrações do poder local.

Ao nos depararmos com o fenômeno da atuação do poder público nessa esfera, notamos que ela pode caracterizar: tanto uma política pública de cultura que, transversalmente, articula outros processos de vivências múltiplas, numa sociedade cada vez mais diversa, quanto uma série de intervenções pontuais destinadas a resolver problemas de situações peculiares que, via de regra, são mais comumente percebidos, na atualidade.

Para tanto, mesmo reconhecendo o primeiro período aqui tratado como sendo ainda de forma exploratória quanto à concepção de políticas culturais, nas entrevistas com os ex-gestores nós procuramos explorar categorias que, desde o início, nortearam a pesquisa: o conceito de política cultural numa dada gestão pública de cultura; as demandas de grupos e/ou artistas; agentes culturais; avaliação das gestões; e, por último, a organização da cultura no âmbito do poder público.

Ressaltamos que os atores sociais, por nós entrevistados, são aqui considerados como sujeitos inseridos em contextos políticos e culturais não estáticos; transformam-se, assim, em indivíduos envolvidos na dinâmica do devir histórico.

Segundo a fala do ex-gestor (EG1), na época da criação da FMMA existia, um movimento artístico em algumas cidades do Estado de São Paulo, denominado de “Movimento Mário de Andrade”. Em Franca esse movimento se organizou informalmente em duas modalidades: Orquestra e Coral.

Em Franca existia o núcleo Movimento Mário de Andrade, também sem nenhuma organização institucional etc. Eram pessoas dedicadas, que gostavam disso e tinham um maestro que regia uma Orquestra de Câmara e várias pessoas, inclusive professores de música etc., que faziam parte de um Coral. Mas isso estava se esfacelando; por quê? Porque o Programa do Governo do Estado estava se encerrando (EG1, entrevista concedida em 28/12/2016).

Portanto, a institucionalização do órgão cultural municipal, estava relacionada ao final de um projeto, com a coparticipação da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, cujo ciclo já dava sinais de seu encerramento. A criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” não surge no vácuo: sugere, antes de tudo, a necessidade de recursos orçamentários e interesses para continuar fomentando expressões culturais da cidade. Se o ato de criação desse órgão ligava diretamente as necessidades dos atores culturais envolvidos no Movimento Orquestra e Coral, esses viram, naquele momento, a retirada do apoio por parte do Estado de São Paulo. Assim, tal ação teria justificado, por parte do poder público municipal, instituir, dentro de seu aparato institucional, esse órgão de intervenção.

Se a decisão de criar uma fundação cultural em Franca se deu em decorrência do afastamento de um dos atores (a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo), no co-apoio ao Movimento Mário de Andrade, ela tornou notória a principal finalidade, ao dizer a que veio: absorver estas manifestações artísticas, Orquestra e Coral, consideradas como artes “eruditas”, entre outras.

Neste sentido, a fala do EG1 possibilita entender melhor esse acontecimento, que envolvia os atores políticos e culturais na institucionalização da área cultural em Franca, e que depois teria outros desdobramentos, com as diversas manifestações de arte e cultura.

Então, o contrato do governo do Estado com o maestro estava se encerrando, estava encerrando ou tinha se encerrado em 31 de dezembro, não me lembro exatamente a data. E havia uma vontade, um desejo de que isso continuasse. Então, uma das soluções que nós encontramos, porque não se pensava, na época, de maneira mais séria, [era] passar isso diretamente para o poder público porque ficaria amarrado em uma série de burocracias etc. Então, a ideia foi criar uma Fundação que absorvesse o movimento Mário de Andrade, mas que não fosse criada só para isso. Que ela viesse para ser o órgão de fomento e o órgão executor de uma política pública de incentivo à cultura, mas no sentido de que a produção cultural ficasse realmente no âmbito da sociedade, dos grupos artísticos de todas as áreas etc. E não, exclusivamente dependente da vontade ou do desejo de um ou outro dirigente do poder público. A ideia da Fundação era essa (EG1, entrevista concedida em 28/12/2016).

Conforme este depoimento, a criação da Fundação Municipal Mário de Andrade estava adstrita às circunstâncias históricas e aos atores que orbitavam em determinada modalidade artística naquele momento, mas, ao mesmo tempo, articulada com um projeto cultural do governo do Estado de São Paulo que, conforme o ex-gestor, “tinha interesse em Orquestras e Coral” (EG1). É prudente mencionar, para fins de esclarecimento, o art. 2º da Lei nº 2.460/1977, para o qual a finalidade do órgão fora criada: “dirigir e manter o atual Núcleo do Movimento ‘Mário de Andrade’”, embora se reconhecesse também a existência de outras formas de arte que deviam ser fomentadas.

Passadas mais de quatro décadas do surgimento do Movimento Mário de Andrade, não sabemos, por falta de fontes, como se deu a formulação desse projeto de tão ampla abrangência, quais os atores participantes, o que esses pensavam e o que foi posto em prática no Estado. Sabemos, entretanto, que o nome do projeto foi uma homenagem ao escritor modernista, considerado também o primeiro gestor cultural no Brasil, tendo, inclusive, colaborado com o ministro Gustavo Capanema, durante o governo Vargas, no Ministério da Educação e Saúde entre 1934 a 1945. Entre outras coisas, Mário de Andrade foi um dos responsáveis pela

construção do projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o órgão de preservação da memória nacional, hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O conceito de política cultural adotado na gestão de Mário de Andrade era bastante amplo, antecipando a evolução da acepção de cultura no âmbito das agências internacionais, como a elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na Conferência sobre Políticas Culturais no México, em 1982: “[...] conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2002, p. 2). O projeto cultural de Mário de Andrade perpassava as artes eruditas, reconhecia a institucionalidade de outras formas culturais (populares, a ameríndia, o folclore, entre outras), distribuídas pelo extenso território brasileiro. No entanto, faltou na concepção do Movimento Mário de Andrade um diálogo mais profícuo com o pensamento desse intelectual, sobre o que seria uma política pública de cultura, na concepção do escritor modernista, o qual passou pelo Departamento Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo pelos idos anos de 1934.

Nesse processo de entendimento sobre criação da FMMA também foi necessário compreender o pensamento do ex-gestor das áreas da educação e da cultura, sob dois aspectos fundamentais para a época: primeiro, se havia uma demanda por parte dos atores para a criação da Fundação ou algo congênere; segundo, se havia uma noção de cultura cuja finalidade tal órgão viesse a cumprir.

Sobre a primeira indagação temos na fala do ex-gestor (EG1) a seguinte argumentação:

Não havia nenhuma reivindicação em criar esse órgão. Havia a percepção de que vários movimentos culturais etc, precisavam ter não só um apoio, mas que pudessem ter algo mais institucionalizado para servir a essas manifestações culturais. Mas eles próprios não tinham essa demanda de se criar um órgão, porque existia anteriormente o Departamento de Educação e Cultura e a parte de Cultura era a parte quase que só institucional: a Biblioteca, a Pinacoteca etc, né. Agora, o restante era uma coisa assim, muito solta, era um pouco lá no Conselho de Turismo, não havia um... então, a ideia de se fazer isso foi do Governo Maurício Sandoval Ribeiro (EG1, entrevista concedida em 28/12/2016).

Além das bibliotecas públicas, uma das políticas culturais mais antigas no Brasil, necessárias à formação de leitores e à pesquisa, o Município reconheceu, há décadas, o valor

das artes plásticas. Dessa forma, realizou algumas ações de fomento e disponibilizou locais para exposição das obras de arte produzidas, sobretudo por artistas francanos.

Em relação à segunda indagação, se havia um sentido de cultura para além daquelas necessidades observadas de fomento a um movimento específico, o ex-gestor sintetiza os objetivos para a criação da FMMA,

Na verdade, a Fundação Municipal “Mário de Andrade” que nós criamos surgiu para uma dupla finalidade. Primeiro, não por ordem de prioridade, mas de didática, digamos assim, primeiro para absorver o Movimento Mário de Andrade: o núcleo de Franca do Movimento Mário de Andrade. O Movimento Mário de Andrade era um movimento criado pelo Governo do Estado de São Paulo e [...] algumas manifestações em que o Estado tinha interesse eram orquestras e corais. Nalguns lugares eram Orquestras, em outros lugares era Coral etc. Em Franca existia o núcleo Movimento Mário de Andrade, também sem nenhuma organização institucional etc. Eram pessoas dedicadas, que gostavam disso e tinham um maestro que regia uma Orquestra de Câmara e várias pessoas, inclusive professores de música etc., que faziam parte de um Coral. Mas isso estava se esfacelando; por quê? Porque o Programa do Governo do Estado estava se encerrando. Então, o contrato do governo do Estado com o maestro estava se encerrando, estava encerrando ou tinha se encerrado em 31 de dezembro, não me lembro exatamente a data. E havia uma vontade, um desejo de que isso continuasse. Então, uma das soluções que nós encontramos, porque não se pensava, na época, de maneira mais séria, [era] passar isso diretamente para o poder público porque ficaria amarrado em uma série de burocracias etc. Então, a ideia foi criar uma Fundação que absorvesse o movimento Mário de Andrade, mas que não fosse criada só para isso. Que ela viesse para ser o órgão de fomento e o órgão executor de uma política pública de incentivo à cultura, mas no sentido de que a produção cultural ficasse realmente no âmbito da sociedade, dos grupos artísticos de todas as áreas etc. E não, exclusivamente dependente da vontade ou do desejo de um ou outro dirigente do poder público. A ideia da Fundação era essa (EG1, entrevista concedida em 28/12/2016).

A ideia de política cultural da época estava circunscrita pelo que foi definido na Lei nº 2.460/1977, a qual estabelecia finalidades bastante restritas, não definindo diretrizes, objetivos ou metas pactuadas com a sociedade, ainda que, naquele momento, esse termo englobasse uns poucos representantes da mesma. Dessa forma, as funções expressas no corpo dessa lei pouco garantiam o cumprimento da política cultural e o papel da FMMA se resumia, de modo geral, ao apoio a um evento aqui e outro ali, de acordo com necessidades pontuais dos segmentos de cultura na Cidade.

Neste período da criação da FMMA, embora reconhecendo que havia demanda (consciente ou não) de outros atores culturais que exigissem uma ação mais consistente por parte do poder público, mais tarde, artistas e agentes culturais de distintas áreas foram gradualmente absorvidos pela gestão materializada na atuação do novo órgão. Já o alcance a

essas demandas, com uma atuação mais eficaz e/ou eficiente do órgão de gestão da cultura, pode e deve ser relativizado pela ausência de uma política com objetivos e metas especificadas nos documentos oficiais do período.

Quanto à organização do campo da cultura, indagamos ao ex-gestor do período de 1977 a 1982 sobre qual seria o papel ocupado pelo poder público local nessa tarefa. A fala do ex-gestor foi a seguinte:

[...] no meu modo de perceber isso, até é papel do poder público dar sustentação para essas manifestações, estimular o aparecimento delas. E mais: não só [estimular] numa linha ou discriminando produções, porque são mais populares ou menos; acho que em todas, [a] função do Estado é essa. Mas não deve ser Estado açambarcador da cultura que vai dirigir e dizer “isso pode” e “isso aqui não pode” etc. Não. É uma ideia que eu acho que está superada e devemos continuar ainda promovendo isso (EG1, entrevista concedida em 28/12/2016).

O entrevistado expôs qual papel deve exercer o Estado no caso da cultura: dar sustentação às manifestações culturais, de cunho popular ou não, reconhecendo não ser mais admissível que esse mesmo Estado devesse ser o produtor de cultura, ideia hoje superada. Tal situação remeteria aos tempos de regimes ditatoriais no Brasil, em que havia a censura aos conteúdos contrários à ideologia vigente.

Continuando, lembrou o ex-gestor que a intenção de se criar uma fundação municipal de cultura era possibilitar a captação de recursos de outros entes: “[...] a gente chegou a receber alguma coisa do governo do Estado” (EG1). O que chama a atenção nesta afirmação é que ela nos permite notar o desenvolvimento da autonomia de um órgão da cultura: inicialmente se instituiu uma fundação municipal, um simples órgão ligado à Secretaria de Educação, e, num segundo momento, esse órgão ganhou autonomia, inclusive financeira. Somam-se a isso, as condições políticas e econômicas em que se encontravam os municípios brasileiros antes da abertura democrática e da promulgação da Constituição de 1988. Esta dotou os demais entes federativos de autonomia política e deu condições de estabelecerem suas próprias políticas fiscais.

Quando instituída, a ideia de captar recursos de outros órgãos governamentais para a Fundação Municipal “Mário de Andrade” faz sentido, na fala do ex-gestor: “[...] uma das soluções que nós encontramos, porque não se pensava, na época, de maneira mais séria, [era] passar isso diretamente para o poder público porque ficaria amarrado em uma série de burocracias” (EG1, entrevista concedida em 28/12/2017).

Portanto, mesmo que, no final da década de 1970, o poder público francano já passasse a reconhecer a necessidade de criar mecanismos de fomento à cultura, não havia ainda concordância dos agentes políticos locais em se instituir uma política cultural para a Cidade, cujo conceito e abrangência pudessem envolver diferentes atores socioculturais na sua formulação. Houve, decerto, através do órgão de gestão da cultura, o amparo a outras manifestações de artes, sendo fomentadas a partir de pequenas demandas de grupos.

Para finalizar este assunto, cuja intenção era recuperar o processo de criação da Fundação Municipal “Mário de Andrade” como um caminho que foi aberto para a intervenção no campo da cultura no município de Franca, reiteramos que essa iniciativa do poder público esteve circunscrita ao movimento artístico então existente no Estado de São Paulo. No ano de 1977, na fase final do programa cultural, Franca encampou um de seus núcleos, com participação do Estado e da Prefeitura. Todavia, ao estabelecer diretrizes para a atuação do órgão de fomento à cultura, a medida ficou muito aquém das necessidades dos grupos culturais, invisíveis aos olhos do poder público. Essa invisibilidade de outros grupos não se dava necessariamente pelo fato de o poder público os considerar inferiores em suas formas de expressão, mas em virtude de a relação histórica entre Estado e sociedade restringir o conceito de cultura, principalmente, às artes eruditas.

A Fundação Municipal “Mário Andrade” teve vida institucional durante quase trinta anos, ligada a gabinetes de prefeitos ou a estruturas da Secretaria de Educação do Município. Não obtivemos documentos oficiais que citassem seu desmembramento durante este tempo: se ele ocorreu, se voltou a pertencer à chefia do gabinete do prefeito ou ficou atrelada a outros órgãos de governo.

Sua extinção, no início de 2005, pelo governo que assumiu a prefeitura, implicou na mudança de rumo do incentivo à cultura no Município, pois criou em seu lugar outra Fundação Municipal, incluindo também o fomento aos esportes amadores, cujos resultados em jogos abertos do interior, em anos anteriores, capitalizaram e justificaram sua criação. Poderíamos indagar se não seria razoável separar o esporte da cultura, com o estabelecimento de órgãos públicos diferenciados, que requerem tratamentos específicos. A resposta sugere que, havendo duas divisões, Esporte e Cultura, dentro do organograma institucional, existe a separação de atribuições para que uma não afete a outra. Esta é uma possível e considerável alternativa, mas outra também pode de ser aventada: qual destas dimensões traz melhor visibilidade à gestão do Município? Pela nossa experiência, não há dúvidas de que, quanto maior o investimento nos esportes, melhor a avaliação de uma gestão municipal. A cultura, ao que parece, permanece a reboque de outras políticas também importantes.

Portanto, eis outro momento da percepção sobre as políticas culturais no município de Franca. A ideia de ouvir os atores sociais que ocuparam lugar de destaque na gestão da cultura na Cidade teve como objetivo incluir todos aqueles que se fizeram presentes nas gestões aqui analisadas.

No ano de 2004 tivemos a volta do grupo que havia protagonizado o cenário político da prefeitura de Franca no início de 1980. Mais precisamente no ano de 1982, formou-se a coligação “Por Amor a Franca”, estabelecida entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no executivo, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O prefeito do PSDB¹⁶, eleito em 2004, foi reeleito em 2008, permanecendo no cargo até 2012. A lógica daquela eleição e reeleição ficou, sob o imaginário popular, bem difundida na Cidade entre simpatizantes e partidários do “ele é bom pra cidade”. Contextualizamos essa fala com as abordagens sobre política acerca dos governos fortes, trazendo a citação de Serafim (2012, p.122), “o governo é forte para quem?”

Foi na gestão do segundo mandato do PSDB, que se instituiu o programa Bolsa Cultura, já analisado no capítulo precedente. Vale dizer que o que está em jogo é a visão do gestor da cultura numa das divisões da Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC), no período de 2005 a 2012.

Na entrevista, procuramos explorar: a própria noção de cultura, que vai dimensionar a concepção das políticas públicas formuladas e implementadas; as demandas de outros agentes; as rupturas no início de um novo ciclo de gestão, assim como sua autoavaliação.

As reflexões acima elencadas foram consideradas a partir da Lei nº 6.334, de 07 de março de 2005, que cria a FEAC e revoga a Lei 2.460/1977, que havia criado a FMMA; e da Lei nº 7.430, de 23 de julho de 2010 que criou o programa Bolsa Cultura no município de Franca.

Na cidade de Franca, guardadas as particularidades locais, a articulação com o governo do Estado de São Paulo foi e continua sendo relevante, ao menos quanto às formas de intervenção no campo cultural, inclusive com o desenvolvimento de ações conjuntas. Essa forma de atuação, como vimos, remete ao fim da década de 1970 e permanece até o momento atual. A aproximação geográfica ou ideológica tem influenciado e determinado a maneira de governos locais realizarem algum tipo de intervenção do campo da cultura. É sob este novo arranjo institucional, realizado pela gestão 2005-2012, quando da criação da FEAC, que nos

¹⁶ Sidney Franco da Rocha, foi o prefeito eleito em Franca na eleição municipal de 2004 pela legenda do PSDB 2004.

procuramos ater, investigando como se deu a atuação do órgão no campo da cultura na visão do seu então ex-gestor.

A área cultural possui uma dinâmica bem peculiar, inclusive com o surgimento de novos atores, os quais passam, no decorrer do tempo, praticamente imperceptíveis ao poder público, tanto no que tange a suas demandas quanto a suas necessidades culturais. Nossa preocupação inicia-se na entrevista seguinte, procurando saber, num primeiro momento, se houve, no entender do responsável pelo órgão, uma ruptura em relação às ações que o governo anterior vinha realizando; e no segundo, qual o conceito de cultura que a sua gestão teria adotado.

Segundo a fala do ex-gestor,

Então, com a criação da FEAC, ela deu continuidade principalmente a uma série de atividades culturais que já existiam por outros partidos, por outros governos que administravam (administraram); nós simplesmente demos continuidade alguns projetos que eram de cunho popular a que a comunidade não tinha acesso. Então a gente deu seguimento; depois os outros que vieram também caminharam pra esse sentido. É claro que tem alguns defeitos, cada um pensa de uma forma, mas caminhou, foi crescente. Desde a época em que comecei a mexer com teatro, foi em 73, e conhecendo a história desde 64, independente de partido ou ideologia política cultural, todos contribuíram pro crescimento do movimento de todas as entidades de nossa cidade (EG2, entrevista concedida em: 12/03/2017).

Vemos que o *modus operandi* do atual órgão cultural, a FEAC, instituído no ano de 2005, deveria, em tese, operar nos moldes da gestão anterior e nos objetivos do antigo órgão de gestão cultural, a Fundação Municipal “Mário de Andrade”. No entanto, o objetivo da FEAC, conforme aponta o ex-gestor, seria, num primeiro instante, dar continuidade às “atividades culturais que já existiam”, fossem de cunho popular ou erudito. Mas agora, conforme a Lei 6.334, de 07 de março de 2005, implantou-se dupla finalidade: gerir a área cultural e também o esporte amador. Teve como propósito, até a segunda metade dos anos 2000, a manutenção do calendário de atividades já existentes, que incluía a manutenção dos salões de artes plásticas e o projeto cultural “Águas de Março”, além dos encontros de Corais, já tradicionais na vida da sociedade francana.

Mesmo sabendo que não há no município de Franca uma política cultural formalizada, entendemos que a partir da decisão de se instituir um novo órgão, sob a configuração de uma Fundação para os esportes e a cultura, e, que este órgão atuaria de alguma forma junto aos diversos setores culturais da cidade, quisemos inferir ‘que conceito de cultura’ estaria por traz das linhas de ações deste órgão.

De acordo com este ex-gestor,

O objetivo da Fundação era amparar as atividades de cultura e esportes na nossa cidade de Franca, principalmente dos setores mais carentes; é claro que nós tínhamos atividades elitizadas, sem nenhuma dúvida. Mas o objetivo era popularizar as Artes, para todos os segmentos, tanto que a Fundação... ela cuidava do Esporte e Cultura. Não do esporte profissional: esporte amador. A mesma coisa acontecia com as atividades de cultura dos grupos de diversas categorias: nós tentávamos então dar continuidade ao trabalho deles, oportunidades para eles continuarem com o trabalho deles. E, portanto, foram criadas em nosso período a Bolsa Cultura e a Bolsa Atleta, pra ampliar, dar oportunidade pra que as pessoas que mexessem com teatro e esporte dessem continuidade às suas atividades. Demos oportunidade a essas pessoas, a esses grupos que mexiam com atividades de arte (EG2, entrevista concedida em: 12/03/2017).

Nesta fala do ex-gestor, os objetivos da FEAC, fica claro mais uma vez o discurso antigo local, de popularização das artes. Cultura é arte e a arte deve ser disseminada a um público, consumidor de variadas modalidades artísticas; é apoiar a continuidade do trabalho de grupos artísticos e culturais que já existem.

Observamos que não há, na atuação do poder público local, por meio dos arranjos institucionais, grande variação na forma fomentar a cultura. Tem sido recorrente nos objetivos amparar as atividades culturais já existentes, cuja forma de intervenção é simples manutenção do calendário cultural onde estão inseridas. É a velha fórmula de atuar no campo da cultura, mas quase sempre caracterizada como Política Evento¹⁷.

Como gerar os recursos públicos para os investimentos na área cultural era outra preocupação, pois, além do orçamento que era atribuído à FEAC, ela também podia estabelecer convênios para a captação de mais recursos. Se havia recursos próprios ou captados para fomentar as diversas modalidades culturais, o gestor nos informa que:

É bom lembrar que a entidade tinha duas divisões e vamos falar de cultura. Mas só tem oportunidade quem eu disse há pouco tempo: só houve as oportunidades das pessoas que se organizaram, primeira coisa tinha de estar esse grupo organizado. Número de pessoas, atividades, exigiam-se; eu não estou de posse aqui da Lei Bolsa Cultura; mas exigia algumas qualificações.

¹⁷De acordo com o Dicionário de Políticas Culturais o conceito de política evento serve “para designar o exato oposto de uma política cultural: designa um conjunto de programas isolados – que não configuram um sistema, não se liga necessariamente a programas anteriores nem lançam pontes necessárias para programas futuros – constituídos por eventos soltos, uns em relação aos outros. São exemplos de uma política de eventos a organização ou o apoio a shows musicais, mostras de teatro ou cinema, realização isolada de filmes ou concertos. Um concerto isolado, caracterizado pela execução de peças a que os espectadores assistem como num espetáculo comercial convencional, caracteriza uma política de eventos; [...]. A política de eventos tem sido criticada por seu caráter alegadamente imediatista (ação que se encerra em si mesma, sem deixar resíduos) e, eventualmente, oportunista (serve ocasionalmente para promover políticos, partidos, beneficiar artistas, etc.). E fácil de ser posta em prática, bastando que existam recursos econômicos”. Teixeira Coelho (1997). Dicionário Crítico de Política Cultural.

Essas qualificações, também da questão burocrática, fizeram o entendimento das pessoas crescer. Porque administração não é simplesmente jogar dinheiro, tá? Tem que ter alguns critérios, normas pra você aqui receber o dinheiro. (EG2, entrevista concedida em: 12/03/2017).

Nesse momento, o ex-gestor já estava fazendo referência à linha de atuação do segundo mandato, entre 2009-2012, quando foi lançado, em 2010, o Programa Bolsa Cultura, que previa fomentar as artes e cultura no Município a partir de editais para pessoa física ou jurídica. É a primeira vez que um governo municipal lança um programa de incentivo à cultura sob forma de editais. Portanto, fazia referência às regras e critérios burocráticos que essa lei estabelecia.

Outro entendimento a respeito da formulação de uma política cultural na contemporaneidade diz respeito às novas demandas por parte de uma multiplicidade de agentes, que, a cada novo ciclo da administração pública, veem a possibilidade de influir nas decisões e ver atendidas as suas necessidades. Por isso trabalhamos também com a perspectiva de que essas demandas existem, e não só as manifestações culturais já amplamente reconhecidas por agentes políticos e por setores da sociedade, pressupondo outras formas de expressão que historicamente ficam ausentes da ação governamental. Sobre esta perspectiva tivemos como resposta do ex-gestor:

Sempre existiu em todo movimento; não só em Franca, não. Em todos os segmentos, vamos chamar assim. Existe aquele pessoal que participa ou pessoas ou grupos que participam dos eventos do Município, outros já não participam. E sempre existiram os movimentos; em Franca também não é diferente. Então, você abre lá um edital para uma atividade qualquer, você nota que alguns grupos que você já conhecia não participavam por ser prefeitura. Quer dizer, esse entendimento até hoje é ruim, tá? Nós temos segmentos que, só porque a prefeitura participa... Não consigo entender essa, esse distanciamento que eles têm, porque é uma oportunidade, porque é público. E isso predomina nos dias de hoje, e nós estamos em março de 2017 e ainda existe. “Nós; não quero participar, coisa da prefeitura”. Claro que eles têm uma atividade interessante: participar das atividades culturais, é a prefeitura que vai se destacando, mas é de cada grupo que tem a desculpa: que é mais fechado, não participa. Eu não vou citar aqui porque fica ruim. Mas nós temos hoje grupos que não participam de nenhuma atividade pública. E isso não é demérito nenhum pro grupo, mas eles preferem ficar isolados a terem participação com órgão público municipal (EG2, entrevista concedida em: 12/03/2017).

Diante do anteriormente exposto, é característica a maneira como o poder público municipal realiza intervenções no universo cultural; uma espécie de calendário é seguida ao longo do ano, a partir daquelas atividades culturais já existentes: algumas, já enraizadas na cidade, como é o exemplo do Salão de Abril (Artes Plásticas) e do “Águas de Março”. Essa

atuação é característica da Política Evento, comum no Brasil. Em Franca, outros eventos também estão presentes no referido calendário, com ou sem a participação do poder público. A Festa da Expoagro, onde há a apresentação de vários shows de caráter popular, o encontro do Hallel, como evento de cunho religioso, e ainda aqueles realizados pela comunidade ítalo-brasileira, como a Festa da Achirópita. Já outros grandes eventos ligados, principalmente, às artes cênicas, como o Festival de Monólogos, os Festivais e Mostras de Teatro e o Teatro Estudantil, saíram do calendário cultural.

Quanto à questão da participação de pessoas e grupos nas atividades organizadas pela FEAC, aprofundar-nos-emos melhor na sessão seguinte, quando analisarmos a fala de alguns artistas e agentes culturais. O fato de que grupos artísticos prefiram trabalhar com alguma independência não é de todo incongruente, uma vez que tentam fugir da burocracia exigida num edital público.

A realização de entrevistas com os atores políticos e sociais, após deixarem a função pública, propicia um momento de reflexão e também de avaliação do próprio desempenho durante o ciclo de sua administração.

Na entrevista com esse ex-gestor, o pesquisador perguntou se ele poderia fazer uma auto avaliação de sua gestão. Num primeiro momento, ele lembra que nós, entrevistador e entrevistado, temos uma história em comum como agentes culturais e históricos no campo do teatro. Portanto, um e outro somos coautores da história do teatro em Franca. Ele se referia ao Teatro de Bolso Orlando Dompiéri, anexo ao Teatro Municipal, local onde foi realizada a entrevista. O entrevistado admite que, desde o período em que foi gestor público cultural, o teatro francano vem passando por uma crise de produção e de formação de público: “[...] depois houve, vamos chamar de, uma decadência, falando, por exemplo, de teatro, da produção de teatro. Caiu muito o número dos grupos da cidade etc. e tal” (EG2. Entrevista concedida em 12/03/2017).

Mas, no que tange à avaliação da gestão no período de 2005–2012, o ex-gestor assim se referiu:

Então, eu ainda classifico a minha administração como contemporânea, posso dizer assim, certo? Ela foi de preocupação com a continuidade dos grupos, isso eu não recordo não estou com a Lei aqui agora, você já me mostrou ela. Mas o objetivo era de continuidade do trabalho, abri um leque de todas as atividades, tá certo? pra isso ser fomentado, ter continuidade. Então, eu acho, eu classifico assim: uma administração pensando no amanhã, tá? Quando eu falo assim, pensando no futuro de amanhã, o futuro já é hoje, porque hoje [se] está fazendo, amanhã vai acontecer ainda. Então eu vejo como ela foi, de evolução para as atividades da Arte da Cidade (EG2. Entrevista concedida em 12/03/2017).

No relato do ex-gestor fica muito evidente qual a linha de ação do governo para o campo cultural. Trata-se de uma ação de continuidade, diferenciando-se muito pouco de outras administrações públicas do passado local. O que pode ser considerado como inovação para o período fica por conta da instituição do programa “Bolsa Cultura” no ano de 2010, com a abertura de editais para o fomento. Pode-se afirmar que, a partir desse momento, o governo municipal sinalizou uma nova forma de intervir na cultura através da FEAC, ainda que o alcance dessa ação pudesse ser problematizado.

Reiteramos também que, para esse período, o governo do PSDB teria, em tese, bons motivos para articular suas políticas culturais, não só com o governo estadual da mesma legenda, mas com as ações do governo federal. Nas primeiras ações do Ministro Gilberto Gil, o Plano Nacional de Cultura estava sendo plenamente discutido com a sociedade brasileira, concomitantemente à construção do Sistema Nacional de Cultura, por meio de consultas aos Estados e Municípios, para viabilizar a adesão deles ao sistema. Entretanto, Franca não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura. Neste sentido, a próxima resposta do gestor é bastante esclarecedora.

Indagamos a ele com qual esfera de governo a administração municipal teria articulado as políticas voltadas para o desenvolvimento cultural no Município e obtivemos a seguinte resposta:

Oitenta por cento, com o governo Estadual e já vou detalhar para você; e federal, um pouco. Isso aí, é claro, vinculado a partidos etc. [...]; eu acho que deveria ser assim, dessa forma. Só muda o comandante, mas toda a estrutura são os funcionários que fazem andar. Sabe, não [se] pode estar acompanhando, às vezes; o grande comandante dessa questão de facilidades da[s] leis. Muito bem, veja o que acontece no Estado de São Paulo; o objetivo nosso era... Franca é nossa capital de calçados; hoje, da lingerie etc. Também [pode] ser da cultura, não conseguiu isso por falta de produção. Mas os grupos mais conceituados de Coral, mais de Coral, os pintores, nós conseguimos fazer esses intercâmbios através do governo do Estado. Ir pra outras cidades, levar o (cita o nome do entrevistador) lá, que é um grande pintor e participava da exposição. Isso, pra projetar tanto o nome da Cidade: “o (novamente o entrevistador) é de Franca”. Conseguimos avançar nisso também. É claro que, pela posição geográfica da nossa região, nós tínhamos participação no lado de Minas, não só no lado de São Paulo. Falamos aí [de] Claraval, Ibiraci, tá? Cássia... Essas pequenas cidades onde reuni grupos, falamos de artes plásticas. Também fazemos intercâmbio de lá para cá. Mas nós tínhamos uma afinidade muito grande nos projetos voltados para as atividades da cidade com o governo do Estado, o que é mais fácil, inclusive, a cobrança. Se pega ônibus aqui, você tá lá em São Paulo. [...] essa classificação que eu vou te falar hoje, ela caiu, tá? Vamos falar em parceria com governo do Estado, que é a Virada Cultural Paulista; já teve início em outras cidades e nós, opa, entendemos como funcionava aquilo e tal. Existe, dentro da lei que estabelece as diretrizes

do evento desse porte, uma série de exigências: olha organização, não muda de local. (EG2. Entrevista concedida em 12/03/2017).

Das informações acima que relacionam os campos de atuação na área da cultura entre os dois governos, há programas culturais desenvolvidos no âmbito do governo do Estado de São Paulo que acabam por atingir a grande maioria dos municípios paulistas, como o “Mapa Cultural Paulista”, a Virada Cultural, que é realizada uma vez ao ano, e o projeto Ademar Guerra, que, no passado recente, serviu de formação e capacitação aos diversos agentes locais da área de artes cênicas. Estes são exemplos das articulações que o governo municipal fez com o governo do Estado. No entanto, outras modalidades de artes se sobressaem nesse nível de articulação: como já mencionamos, Artes Plásticas e Canto-Coral, por corresponderem às artes de classificação erudita.

Quanto à adesão ao Sistema Nacional de Cultura como forma de estruturar melhor uma política pública setorial, durante essas duas gestões, não fica claro o interesse do Município pelas ações federais, preferindo-se articulá-las àquelas desenvolvidas pelo governo do Estado.

Para que o campo da cultura seja organizado, em qualquer território onde ela se manifeste, não deve ficar restrita apenas à produção e difusão de bens culturais relacionados às belas artes, como é comumente reconhecida a cultura. Hoje, esse conteúdo é considerado muito estreito; e existe uma tendência das políticas culturais a reconhecerem também como seu objeto de intervenção os modos de ser, fazer e viver (que é o conceito antropológico de cultura) presentes no dia-a-dia do povo, no cotidiano da maioria dos cidadãos. Este campo requer a presença e a participação de diversos atores socioculturais e consenso com o poder público. Devido a essa multiplicidade de significados que a noção de cultura pode conter e a atenção que eles exigem, indagamos ao ex-gestor qual seria a sua reflexão sobre o papel que deve exercer o poder público.

Veja, eu volto a repetir, claro, que existem dois segmentos de artistas da Cidade, vamos generalizar: todo tipo de atividade. Vai sempre existir artista que não quer fazer com o Município. Então isso não tem problema, o Município, por sua vez, no jeito de eu pensar e ser, já tá trabalhando hoje, já tá envolvido na ética do trabalho, estamos vendo os espetáculos sendo produzidos, tá? Eu acho que ele [o Município] ainda é pequeno em dar oportunidades. Poderia ser muito maior. [...] hoje, por exemplo, no domingo, nós não temos nenhuma atividade no teatro de bolso Orlando Dompiéri; [...] Eu estou dizendo que a oportunidade do Município é muito pequena. “Ah! Vocês fizeram monte de coisas”. Mas é muito pouco, a atividade é constante. Como é que você aproxima o trabalhador, tá certo, de uma atividade diferente? Como é que você traz ele no Teatro para ver um espetáculo, traz ele pra ver espetáculo infantil de um filho? É sábado e domingo. Então, não acontece isso. Então, as oportunidades para a massa, para o povo, ela é... têm que ser

ampliadas. Tem que ser teatro municipal, lá no Leporace, em vários locais da cidade. Aí você vai estar aproximando e fomentando, vamos chamar isso aí, dando oportunidade, isso fica (palmas) muito a desejar nos dias de hoje, tá? [...] Há uma luta aí de vários movimentos de teatro; de teatro, não: de movimentos culturais do Estado de São Paulo para aumentar aí o índice, vamos chamar assim, no orçamento. Ainda é muito pequenininho. Mas Reginaldo tem a Saúde que é prioritária; ô, João, tá perfeito! A Educação... tudo beleza, mas todos têm seu destino definido (EG 2, entrevista concedida em 12/03/2017).

Da fala do ex-gestor fica claro, primeiro, que há na sua percepção uma divisão dos agentes culturais: os que querem e, aqueles que preferem ficar distantes do modo como o poder público realiza intervenções na cultura. É como se, para haver uma ação pública satisfatória no campo cultural, estivesse condicionada a um alinhamento de todos os atores que interagem nesse universo. Por outro lado, também percebemos que há uma clara evidência de avaliar a atual gestão municipal, cuja vigência vai de 2017-2020: “hoje, por exemplo, no domingo, nós não temos nenhuma atividade no teatro de bolso Orlando Dompiéri” (EG2, entrevista concedida em 12/03/2017).

Nessa fala há também a opinião de que as atividades culturais devem ser ampliadas para a população, no Teatro Municipal e em bairros periféricos da Cidade; e a consciência da necessidade de um aumento no orçamento para a cultura, ainda pouco satisfatório. Há, nesse argumento, a percepção de que os governos, de modo geral, priorizam em suas políticas outras áreas; a da saúde, por exemplo.

Uma observação a ser feita e que permeia esta fala se refere à expressão “Movimentos”: de Teatro, Coral, outras atividades artísticas, como se eles representassem movimentos aleatórios ou instáveis. Por outro lado, não há qualquer menção a outros “movimentos” culturais. E o que isso representa para o nosso objeto de estudo, as políticas culturais no município de Franca? Ora, historicamente, os sucessivos governos municipais reconhecem a existência desses movimentos, preferencialmente e restritamente ligados às artes. É a percepção da cultura enquanto arte, não há outra menção à manifestações culturais, à exceção do Carnaval de rua, enquadrado na modalidade de cultura popular.

Entendemos que contingenciais são as intervenções nesse campo por parte do poder público, instituído a cada quatro anos através dos processos eleitorais. O discurso de popularização das belas-artes como cultura é comum às sucessivas gestões e, segundo eles, é esta a forma da arte indo ao encontro do povo.

Para que haja alguma forma de intervenção na cultura, segundo a fala do ex-gestor, deveriam existir movimentos artísticos; e eles, sabemos, existem fragmentados,

compartimentados em espécies de guetos: do teatro, da música, da literatura, de grupos de dança, *hip hop*, cultura tradicional etc. Para cada um deles, há uma proposta de fomento em forma de eventos esporádicos, podendo desaparecer. A organização da cultura em determinado período depende da existência de movimentos culturais segmentados. A ação do poder público está condicionada a essa existência, pouco preocupada com os aspectos formativos. Movimentos culturais não surgem do nada, do vazio: emergem em algum contexto sociocultural, permitem-se fazer conexão com o mundo à sua volta, sua sobrevivência depende do diálogo com as diversas instâncias; sobretudo, como poder público, cuja finalidade é integrá-los a algo maior e abrangente, como numa verdadeira política pública de cultura, deixando para trás apenas o rótulo de movimento. Nota-se que não há o avanço de um, sem que haja o do outro. É preciso que o movimento das artes em geral exista, para que o órgão de cultura possa agir sobre ele, fomentando-o e oferecendo-lhe as oportunidades.

3.2. Políticas culturais sob a perspectiva dos agentes culturais

Analisaremos agora a fala de alguns agentes culturais (artistas), considerados aqui como sujeitos históricos. Eles esclarecem pontos sobre: suas práticas; seus modos de organização; suas opiniões e sugestões sobre os arranjos, as formas de gerenciamento e ações das políticas culturais que ocorrem na Cidade, sejam elas de iniciativa municipal ou estadual. Nos trechos aqui contidos, das entrevistas, eles serão identificados como Atores Culturais (AC) 1, 2, 3 e 4, respectivamente.

Começamos com o AC1, falando sobre a modalidade da cultura que ele representa:

Eu represento a Cultura Hip Hop. Quando a gente fala de Cultura Hip Hop, a gente fala de, é parte dos elementos, né? Você tem lá o Hip Hop, ele é composto de DJ, breaking (que é a dança), MC (que é o mestre de cerimônia ou o cara que vai cantar o Rap ou fazer uma poesia, que eles chamam de ritmo e poesia); a gente tem o grafite, que é a arte que a galera faz em muros aí; e tem o conhecimento. Eu acho que, de 90 pra cá, a Cultura começou a se preocupar com conhecimento, que é muito importante. Então é isso, isso se torna a Cultura Hip Hop, composta por discotecagem, música, dança e artes visuais (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

Vemos que a cultura *Hip Hop* é bastante complexa, pois envolve elementos artísticos e culturais que estão inter-relacionados. Trata-se de uma ação coletiva em que esses fazeres se complementam e a que uma política cultural orgânica, formulada em qualquer território, deve atender. A atenção à integração entre a diversidade desses elementos pode não ocorrer.

Sobre o tempo de atuação nessa manifestação cultural, o AC1 argumenta:

Então, a Cultura Hip Hop, pode-se dizer que, eu tô inserido nela desde 1995, mas o grupo que eu faço parte, ele existe desde 1997; este ano a gente completa 20 anos. Mas a gente, entendendo e estudando essa cultura que já existe há mais de 40 anos, pode dizer que são as nossas famílias, né? A gente somos oriundos da periferia, a maioria nasceu na periferia, então já tem essa vertente já tem anos. Nas épocas dos anos 80 existiam as chamadas discotecas, o Soul, os originais Funk, festa dançante...; acredito que essa cultura já faz parte da gente desde o berço. Mas assim, ativamente mesmo, é após 1995 (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

Como outras manifestações culturais populares, a transmissão dos elementos constituintes do *Hip Hop* é passada oralmente por parentes e amigos. Há toda uma tradição, ainda que recente (de quarenta anos, segundo o AC1), que é parte de processos sociais e transnacionais. Vemos que o *Hip Hop* tem apelo por questões sociais e de lutas de resistência em sociedades capitalistas, onde há claramente uma divisão entre as classes sociais.

O AC2, representante de outra manifestação cultural, informou-nos: “A Congada, por exemplo: a gente viaja o ano inteiro, comecei a Congada em 1984; a partir daí, a gente a mantém até hoje. E a Folia de Reis, eu canto folia de reis; comecei com 17 anos e faz 60 que canto folia de reis”. (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017)

Já a agente cultural 3 nos disse: “Eu represento a modalidade da Companhia “Três Reis Santos” e Congada Três Colinas de Franca. É minha mãe que começou em 1982 e em 2002 ela faleceu. E eu passei a seguir a tradição da Companhia e Congada e tô até hoje” (AC3, entrevista concedida em 08/02/2018).

Com relação às formas de organização dos grupos tradicionais de cultura, ao menos dois dos pesquisados, os agentes culturais AC2 e AC3, possuem opiniões bastante similares, o que talvez seja explicado por suas semelhanças sociais: são pessoas de comunidades mais humildes, nas quais a atuação profissional, em sua maioria, é o trabalho manual; são operários. Outros são aposentados, mas o grau de solidariedade entre eles é muito significativo para que estas manifestações ocorram. Esses agentes falaram um pouco de como se dá a organização de seus respectivos grupos:

É um pouco difícil. Primeiramente, o financeiro: a gente tem muita dificuldade pra manter o grupo. Porquê? Começando pelo financeiro: tem que comprar material, tem que comprar violão, tem que comprar viola, comprar caixa, comprar couro, reformá, fretá ônibus e comprar encordoamento pra instrumentos. Infelizmente a dificuldade maior nossa é o transporte. A gente não tem quase ajuda de ninguém, a gente sacrifica nosso grupo. O nosso grupo é quase tudo assalariado. Mas a gente tá lutando e caminhando. Tem muita cidade que dá uma ajuda pra gente. Olímpia sempre ajuda, Batatais sempre

ajuda, Santo Antônio da Alegria sempre ajuda (AC 2, entrevista concedida em 27/01/2017).

[...] As viagens funciona assim: nós fretamos o ônibus e cada um paga o seu, com X. Cada um contribui com sua passagem para fazer as apresentações no Estado de São Paulo e no Estado de Minas Gerais. [...] nós não temos recurso financeiro, nem do município [...] (AC3, entrevista concedida em 08/02/2018).

Assim como na fala do AC1, fica evidente, nos relatos dos AC2 e AC3, a existência de um processo de exclusão histórico e social. Essas modalidades culturais têm, na sua constituição, situações relacionadas com a formação sociocultural brasileira; e sua sobrevivência, até o momento, está confinada ou reduzida, da transmissão oral. Dentro dessas categorias culturais, as políticas públicas deveriam: considerar os meios e os arranjos necessários para que se organizassem, levando em conta as suas crenças; respeitar o calendário anual no qual estão inseridas, bem como preocupar-se em garantir e construir novas formas, para que os mestres pudessem passar às novas gerações a sua cultura ou legado; do contrário, corre-se o risco de incorrer no seu desaparecimento.

Ainda em relação às dificuldades financeiras, quando perguntado sobre a natureza das ajudas que recebem de outras cidades e a faixa etária dos membros do grupo, o AC2 responde:

Ajuda com óleo, ajuda com dinheiro. É o óleo para o ônibus. Difícil manter nosso grupo: é o financeiro primeiro. Segundo: a dificuldade é para cantor. Uns morre, outros largam, a juventude não vem e é difícil para a gente manter; [...] então não é fácil manter, eu sozinho. Eu sou tesoureiro do grupo, sou capitão do Reis e do Congo, eu que organizo, eu que frete ônibus, eu que faço tudo, eu que rendo, reformo os materiais da congada, caixas, daí por diante.[...] E o grupo nosso, por exemplo: eu tenho 77 anos, outros têm 75, 76, o mínimo de idade é um garoto que tem 5 anos. Mas a média é tudo terceira idade pra frente, de homens e mulheres (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017).

Já a AC4 está inserida na dimensão sociológica de cultura e graus de especialização, conforme a definição de Botelho (2001), quando diferencia a concepção entre cultura antropológica e sociológica. Podemos então afirmar que aquelas manifestações em que estão inseridos os ACs 1,2 e 3 correspondem à acepção no sentido antropológico, a qual exige uma política cultural diferenciada e articulada com outras estruturas de governo.

A agente cultural supracitada fala de que maneira o seu grupo faz para se manter vivo:

Seguinte: nós, embora a gente pode se dizer, assim, que somos profissionais, né?, individualmente... A gente nunca conseguiu, realmente. Digo assim, a gente faz um teatro, diria que, vocacional. Seria isso, mais ou menos. Se junta pra fazer teatro, a gente não espera que aquilo tenha um retorno financeiro. Aquilo que este nosso trabalho traz é uma coisa muito mais de vida, no sentido

de a gente estar melhor com gente mesmo. A gente continua sendo artista, porque isso é muito importante. Então a sobrevivência, eu acho que ela... mais que sobrevivência, a vivência artística. É claro que isso significa que a gente precisa de alguma forma [de auxílio], porque, quando você vai produzir, precisa de material, você precisa de dinheiro de alguma forma, sempre tem isso, né? E como que a gente tem feito; porque vai fazer 18 anos este ano. A gente tem algumas coisas que são meio básicas: 1 – participar de Carnaval. Então a gente é terceirizado de Carnaval. O que o Carnaval paga normalmente? Ele paga os gastos com a Entidade, porque, como a gente é uma entidade sem fins lucrativos, a gente tem que pagar contador e algumas coisas básicas aí. Então, esse dinheiro que entra todo Carnaval, normalmente ele é voltado para isso. E eventualmente a gente vende os espetáculos. Não é uma coisa assim, que a gente vive de vender espetáculos, não é. Por exemplo: Águas de Março, se a gente tem um espetáculo, a gente oferece esse para prefeitura, a prefeitura compra. E, de vez em quando, a gente recebe alguma encomenda de alguma coisa, tipo teatro empresa que a gente faz de vez em quando. É tudo assim, meio que um quebra cabeça, né? [...] a gente se cotiza entre a gente e nós dividimos gastos. O curso livre, cada um de nós que é do grupo tem uma taxa que a gente paga: vinte e cinco reais (R\$25,00) por mês, né? Quer dizer, é um valor pequeno, mas que dá pra cobrir, assim, os gastos imediatos. Que mais? O curso livre, ele também colabora com vinte reais por mês cada aluno, também assim, é uma coisa simbólica. E que mais? De vez em quando a gente consegue também edital; de Bolsa Cultura a gente tivemos um edital. Esses editais aí que tá são só para espetáculos, né? Até hoje não conseguimos, não; tivemos um ano que teve, era curso livre e espetáculo. Então também ganhou dinheiro por isso. Tinha uma época que a gente fazia muito pedágio, a gente ia pra rua todo mês. Nossa! Teve muito tempo que a gente fez pedágio, era todo mês. Era muito trabalho, entendeu? Era trabalho, então era uma estratégia realmente de sobrevivência. É assim, já vendemos pizza! Já. É um conjunto de ações que a gente faz, mas, como a gente não espera o dinheiro que a gente ganha, [o dinheiro] é revertido para Entidade ou pro espaço que a gente tá (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

Pode-se afirmar que essa modalidade cultural corresponde a um circuito organizado (BOTELHO, 2001), pois a AC4 afirma que há uma série de ações estratégicas para a manutenção do grupo e das atividades que realiza. Ao ser terceirizado, o grupo assume um compromisso de prestação de serviços às escolas de samba da Cidade. Para isso, seus componentes precisam fazer pedágio nos cruzamentos de ruas, com objetivo de arrecadar fundos; vendem pizzas e até colaboram individualmente com valores; e assim o grupo se mantém. Essa labuta é uma condição para a sobrevivência do grupo. Contudo, ainda é possível serem selecionados em algum edital.

A questão seguinte, norteadora da pesquisa, diz respeito ao tipo de apoio financeiro (que existe ou inexistente) aos grupos ou às pessoas por nós aqui entrevistadas. O AC1 assim se pronunciou:

Então, hoje, não só a cultura Hip Hop, como outras também, a gente fica ligado muito em editais, né? Então, tem alguns editais que acontecem em

algumas cidades, existem esses editais municipais [...]. Tem o edital, hoje, que é do governo do Estado, que se chama PROAC. Então, lá tem a modalidade Hip Hop, que abrange alguns projetos ligados a elementos, é muito importante entender quando abre lá o projeto; ele abre, esse projeto é aprovado pra que aquele evento faça a cultura Hip Hop mesmo. Não adianta o cara mandar um projeto só de música: ele não vai ser contemplado, ele tem que trabalhar com os alicerces da cultura Hip Hop, os elementos da cultura Hip Hop. Então a gente tem o PROAC, tem esfera estadual, né? E tem também aí alguns projetos; aí é particulares: instituições, igual sai da Oi, alguns projetos, igual tem o do SESI, o SESC [...]. Isso eu tô falando do Hip Hop, eu estou falando da gente. A gente, até hoje, conseguimos participar de um projeto municipal, que é chamado Bolsa Cultura, e o projeto que é chamado PROAC, projeto estadual (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

Já o AC 2 afirma:

Hoje, esse ano, por exemplo, de 2016, eu fui contemplado pela Cultura. Eu fiz um projeto e, graças a Deus, o projeto foi contemplado, eu estive lá em São Paulo e assinei o contrato. A Cultura beneficiou a nós com 40 mil reais em duas parcelas. A primeira parcela já foi depositada em novembro, não me lembro que dia de novembro, graças a Deus. A próxima vai ser depositada. Geralmente, a gente vive pelos nossos bolsos, o nosso custo. Ajuda, muito pouco! Como eu comentei agora há pouco, a cidade de Olímpia, que eu comentei de Santo Antônio da Alegria, de Batatais e outras mais [ajudam]. Mas é custeado por nós mesmos (AG2, entrevista concedida em 27/01/2017).

A AC3 responde, por sua vez: “Não, nós não temos recurso financeiro, nem do município; do município, não!” (AC3, entrevista concedida em 08/02/2018).

O Programa de Ação Cultural do governo do Estado de São Paulo (PROAC¹⁸) tem fundos destinados à cultura ou através de doações de contribuinte de ICMS. Entre os grupos aí pesquisados, percebe-se que alguns estão se capacitando na elaboração de projetos culturais, tornando-se proponentes, nos editais de fomento à cultura, enquanto que, na esfera local de governo, alguns grupos são contemplados pelo Bolsa Cultura, a exemplo do AC1.

Sobre a questão dos recursos financeiros, a AC4 tem a seguinte opinião: “Quando a gente consegue um edital, tem algum apoio nesse sentido” (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

Perguntamos à AC4: de onde vem esse apoio?

Do Bolsa Cultura sempre tem vindo da prefeitura, né? O Bolsa Cultura tem sido o [...], mas às vezes a gente não entra e às vezes a gente nem manda.

¹⁸O Programa de Ação cultural foi Instituído pela Lei nº 12. 269, de 20 de fevereiro de 2006 durante o governo Geraldo Alckmin.

Porque isso também é uma coisa [...], o ano passado a gente não mandou. A gente achou que a gente não tinha nada pra..., a gente não queria montar alguma coisa, não queria reapresentar o Hamlet Máquina. A gente tava aqui em reforma. A gente falou: “não tem perna para tudo”. Então a gente às vezes nem manda, né? (AC4, entrevista concedida 10/02/2017).

Quando nos referimos a uma determinada política cultural, a pergunta feita aos ACs é: se os governos federais, estaduais e municipais poderiam auxiliar os grupos com algum tipo de apoio. Obtivemos como resposta do AC1:

[...] falando em apoio, é como eu te disse: a gente vai fazer 20 anos; então, vinte anos que mantemos a tradição e cultura Hip Hop viva, fazendo nossas atividades, multiplicando com ensinamentos... é, a gente preocupa com a cultura Hip Hop; eu me preocupo muito com a educação, principalmente hoje, da criança. Nos tempos de hoje não tá fácil. Então, se for vê, nisso que eu acabei de citar aqui, em vinte anos, a gente teve três anos que a gente foi contemplado em um projeto para realizar uma atividade. Então a gente não teve assim um apoio, que seria muito bom pra cultura Hip Hop. Um exemplo: hoje a gente representa a Casa Hip Hop. Até recentemente a gente foi contemplado aí; contemplado, não; a gente teve o... como eu posso dizer, o aceiteamento da utilidade pública; conseguimos a Utilidade Pública nesse final de ano agora. Então, para gente já foi bom, mas seria melhor se a gente tivesse a Casa, o espaço do Hip Hop pra que, aí sim, a gente teria esse determinado apoio pra que a gente multiplicasse mais essa Cultura, trabalhasse mais na área da educação (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

Sobre esta questão, o AC2 responde afirmativamente, mas, quando se refere ao apoio do governo municipal, ele responde: “Mínimo, muito pouco, mas é custeado do nosso bolso” (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017). E, quando indagado de como deveria ser a política cultural em Franca, ele fala:

Eu acho que deveriam dar mais atenção para nós, que tem nossos grupos, promover alguma festa. Quando nós vai lá fora, nós é bem acolhido. Nós pergunta aqui pra esse prefeito: porque ele não faz? Deveria dar mais atenção, marcar reunião com a gente, procurava, por exemplo, a FEAC [...]. Marcava reunião; porque... o que nós estávamos fazendo, o que nós precisa. Então eu acho que nós fica meio esquecido, precisa dar mais atenção pra nós (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017).

Mais importante do que os recursos financeiros, na promoção e fomento à manifestação da cultura popular, neste caso, a fala do AC2 revela um sentimento de o quanto são esquecidos pelos responsáveis da gestão da cultura do Município. A atenção e valorização que desejam esses atores, muitas vezes não está condicionada à concessão de verbas públicas para a realização de suas práticas culturais. Querem, sobretudo, o reconhecimento, enquanto

participantes do processo cultural, enquanto cidadãos locais, que buscam afirmar suas identidades, condição, essa última, de fundamental importância, que asseguraria preservar suas práticas culturais.

Para responder a essa questão, a AC3 se mostrou indecisa, num primeiro momento, mas ajudada com o seguinte recurso de arguição: pensando nas dificuldades de vocês! Isso a permitiu que ela respondesse à questão:

Eu acho assim: que eles deveriam pensar mais na nossa tradição, né? tradição, cultura popular é das Companhia de Reis, das Congadas da cidade de Franca, que nós somos nove grupos”. [...] Duas Companhias de Congada e sete Companhias de Reis. É... o recurso para nós é difícil. Então eu acho que o governo municipal deveria auxiliar, mais as Companhias de Reis, como principalmente em viagem; é nas coisas que nós temos mais dificuldades é viagem, pra fazer representação em outras cidades (AC3, entrevista concedida em 08/02/2018).

Lembramos que, no art. 1º da Lei que criou a Fundação Esporte, Arte e Cultura, entre as suas finalidades, está prevista a divulgação institucional do município de Franca, o que, por si só, já seria o suficiente para que não só existisse uma política cultural, mas também para que grupos de cultura tradicional pudessem efetivamente e inclusivamente virem a ser atores dessa política pública, assim como outros, pois os ciclos e suas dinâmicas de atuação não estão circunscritos apenas aos eventos de cunho religioso e de socialização no interior da Cidade, mas é sobretudo devido às características dessas manifestações culturais, que elas se movem constantemente, estabelecendo intercâmbios, cujas fronteiras ultrapassam a região de onde provêm.

Por sua vez, o AC4 afirma:

[...] Eu acho que sim, nós temos um trabalho que eu acho que esse é o grande “X” da questão, né? A captação de recursos ainda é muito centrada em evento. Em evento, produção, entendeu? [...] Por exemplo: se manda um projeto pra Bolsa Cultura, ele precisa ser um projeto de espetáculo, entendeu? Eu não posso mandar um projeto falando, não; eu quero um projeto pra poder manter minhas atividades sem uma obrigatoriedade de ter que ter um espetáculo, como já fiz um ano. [...] Mas isso não cabe, porque nós somos grupo de teatro e educação, o nosso forte é dar aula. A aula é formação da pessoa através do teatro. Eu acho que, por exemplo, se a gente tivesse um jeito de manter as atividades do que a gente faz, inclusive a gente poderia nos profissionalizar. [...] Mas a gente seria muito melhor é, se nossa força criativa, nossa força produtiva, sabe? Se a gente tivesse alguma verba de contínua... continua, entendeu?, pra manter as atividades que a gente faz bem, sabe? Curso Livre. Mas que não tivesse, depois, obrigatoriedade de ir lá e apresentar um

espetáculo que não cabe dentro do Curso Livre (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

Sob esse aspecto, materializado na fala da AC4, seria necessário recuperar o que diz a Lei nº 8.050 de 22 de abril de 2014, que foi reformulada em relação à primeira versão, instituída no ano de 2010. O programa Bolsa Cultura descreve, no seu parágrafo 1º, o incentivo à Arte e à Cultura para projetos culturais que se encaixam na seguinte descrição: Artes Cênicas (Teatro e Circo); Música, Canto e Dança, Artes Visuais (Artes Plásticas, Gráficas e Fotografias); Literatura; Arte Popular; Tradição, Artesanato e manifestações culturais e artísticas (FRANCA, 2014).

Há ainda a previsão de serem aceitas outras modalidades de arte e cultura, submetidas à avaliação de uma comissão.

Por fim, fizemos uma derradeira pergunta a esses agentes, no sentido de avaliarem essa “política cultural”, estabelecida pelo alto escalão dos governos no município de Franca, aferindo, assim, a percepção desses atores sobre o exercício diário da gestão cultural local, que não ficou restrita apenas ao último ano de mais um ciclo administrativo, encerrado em 2016.

AC1 o avaliou da seguinte maneira:

A política do Município, creio que é boa. Boa entre os agentes culturais. Têm pessoas fazendo a cultura, mantendo a cultura viva, né?; pessoas de responsabilidade, alguns sobrevivendo da cultura. De uma forma ou de outra: fora da cidade ou não. Agora, perante o poder público, ela é muito ruim (AC 1, entrevista concedida em 31/01/2017).

Esta percepção do AC1, mesmo que conscientemente não esteja colocada sob alguns dos aspectos teóricos de uma política cultural, remete logo de imediato, às perspectivas de dois autores Nestor Garcia Canclini (1987) e Teixeira Coelho (1997), que afirmam que, operativamente, uma política cultural envolve outros atores: instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários

O reconhecimento do AC1, de que atores sociais distintos estão envolvidos na política cultural, com ou sem a participação do poder público, é um indício de que, para além de seus projetos individuais, eles se articulam com os seus pares no campo da cultura. E suas pretensões não se restringem a meros eventos que ‘pipocam’ ali ou acolá, mas, possivelmente, sinalizam mudanças substanciais na cultura, dentro do território aqui estudado, assim como, também, fica o anseio de muitos desses agentes culturais, apurado na pesquisa empírica: a reativação de um Conselho Municipal de Cultura.

Segundo o AC1,

Ela é muito ruim, porque eles têm a melhor arma na mão, a melhor arma na mão, hoje, pra dar uma força pra educação, pra dar uma força em várias áreas públicas, mas não valoriza. Igual quando fala do esporte em Franca: ele é pouco valorizado, nos últimos anos. A cultura, já há muitos anos, é desvalorizada na cidade. Mas eu creio que os movimentos ainda sobrevivem, né?, eles sobrevivem forte, e digo: sobrevivem de cultura, aí. Ela sobrevive firme na luta, mas eu creio que o poder público ele é ruim, ele é ruim, ele é fraco. Eu digo, porque nós tivemos é oito anos de Sidney Rocha. Governo Sidney Rocha, que não foi construído nada. Você vai entrevistar várias pessoas, aí elas vão falar: eu participei de um projeto com meu movimento. Isso eles podem dizer, mas se a gente for falar cultura popular no geral, não foi construído nada. Agora, podemos falar dos dois últimos anos do Alexandre, a coisa começou a andar. Franca começou a ter um caminho assim, em relação à política cultural de verdade. Ou seja: conseguiu aí Congada, Capoeira, Hip Hop, Teatro, Circo... E, nesse tipo modelo, Literatura mesmo, Sarau, Poesias. Todo mundo caminhando junto; então, a cidade começou a ter um rumo. Eu creio que, para trás disso, pode ter assim contrato, né? Ah! Eu vou lá e contrato, exemplo que ano aconteceu com o Hip Hop. Mas, por exemplo, eu vou lá e contrato teatro para trabalhar seis meses, depois esqueço o teatro por quatro anos. Acho que não teve política alguma assim, forte; foi construída, nos dois últimos anos? Eu acredito que foram construídas (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

A AC2 avalia a política cultural da seguinte forma:

Até hoje, fraca. prefeito que tá aí, o prefeito que nos conhece bem, espero que agora, na Cultura, daqui pra frente a gente vai ser beneficiado. Eu agradeço ao esforço de procurar a gente aqui, o interesse que você tem, porque só assim a gente vai conseguir chegar lá. Porque nós estávamos muito esquecido, então tem que ter alguém igual a você pra lembrar o trabalho e o sacrifício que a gente passa, porque eu gostaria que você acompanhasse nós pra você vê como é difícil você manter um grupo e eu tenho dois. Mas, então eu acho que daqui em frente com a ajuda de vocês a gente vai chegar lá (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017).

As colocações da a AC3, por sua vez, são:

[...] Péssima. Não tô falando deste governo, porque este está começando. Do outro foi péssimo. Péssimo. Pa ranós das Companhia de Reis e Congada, nós não conseguimos recurso nenhum, nenhum, nenhum. Nem pra condução, nem pra roupa, nem pra instrumentos que nós usa, porque nós tem instrumento. Não conseguimos nada. [...] aí, essas reformas que acontecem têm que sair do nosso bolso (AC3, entrevista concedida em 08/02/2018).

O depoimento da AC4 ressoa diferentemente dos agentes retro citados. Há uma razão bastante plausível para isso: sua condição de artista está circunscrita a um circuito

especializado. Ou seja, trata-se de uma área singular para as ações de intervenção pública, um reconhecimento que vem do período varguista, aperfeiçoado e aprofundado nos períodos dos governos militares.

Antes que a agente cultural fizesse uma avaliação da política do Município, mais precisamente, quando se referia ao projeto “Águas de Março”, que, ao “vender” seu produto à FEAC, indiretamente recebe recursos da prefeitura de Franca. E diz: “isso é complicado porque, assim, você vai chegar na parte de falar sobre a política pública [...]. Eu não acredito que a gente tenha uma política pública em Franca” (AC4, entrevista concedida em 10/08/2017).

Na percepção de uma política cultural, num sentido mais moderno, a AC4 é enfática:

Lógico!E nós não temos. Bolsa Cultura, para mim, se você falar que tem Bolsa, não significa que você tem uma política, entendeu? O Bolsa poderia ser uma ferramenta dessa política, mas a gente não tem nada, é o que eu acho. Porque é tudo “ao Deus dará”, porque, se a gente começar da base, primeiro entender o que é cultura, quanto ao nosso imaginário, aquilo que a gente ..., quer dizer, o jeito francano de, vamos dizer assim, de ser cordial...Mas ele sempre mantém uma distância, é razoavelmente assim, meio como se fosse estranho. Ele não tem essa coisa de chegar, igual ao carioca: ah, chega, abraça, beija e fala não sei o quê... e fala muito. É diferente, Franca funciona muito em planos, né?, você percebe, né?, aquela coisa, por exemplo: a galera do teatro é do teatro, a galera da dança é da dança. Mas o pessoal da dança e do teatro não tá nem aí, se a gente vai se relacionar com o pessoal da música; nem o mundo da música com a dança e nem a gente com a literatura. (AC4, entrevista concedida em 10/08/2017).

Segundo a AC4, o programa Bolsa Cultura, um dos modelos atuais de fomentar a cultura, não pode ser considerado uma política cultural. Para ela, cultura é mais que arte, é tudo o que o ser humano produz. Ao mesmo tempo, afirma que as categorias de artes, na Cidade, pouco se relacionam, confirmando a fragmentação em simples movimentos, de que já falamos anteriormente: movimentos artísticos de teatro, de dança, de literatura, etc.

Essa mesma agente cultural, em sua fala, remete para a questão da territorialização da cultura, passando também pelo tema cultura e desenvolvimento, hoje bastante recorrente na formulação de dessas políticas, no Brasil e em outros países. A política cultural não deve desconsiderar as características dos territórios; e isso só se consegue com pesquisas para posteriores ações, que podem e devem envolver o poder público em parceria com a sociedade. Assim se refletem essas possibilidades de ações, relacionando-as com o modelo de investimento público colocado em prática pela administração municipal atual e seus atuais gestores.

É isso. Então é assim que a gente funciona. Então, vamos pensar. Então, cultura é todo esse tecido, ela é um tecido. Ela é uma trama complexa ali, né? Tá, ela vai se formando, mas a instância pública ela tem como interferir, se ela

tiver uma política, certo?! Ou seja: eu quero que, por exemplo, as coisas, é... as manifestações de arte, de conhecimento, de sei lá ... de meio ambiente, de tudo, cheguem num determinado bairro porque ali vai ter ... porque Cultura tem haver a ver com desenvolvimento, né? [...]. Vai começar a florescer. Então precisa ter uma política de ações concretas. Fala: não, nós vamos agir assim, assim e assim, esses são os objetivos. A gente não tem isso, as coisas vão acontecendo “ao deus dará” e simplesmente “ao deus dará”, aí vem o Bolsa Cultura! Que pega aquele montante [...] Não dá nem um milhão, né?, aí eu dou um pouquinho para você, um pouquinho pra [...] você ali, pouquinho [...]. Um pouquinho pra você. Aí fica um monte sem pouquinho nenhum. E cada um vai lá e faz a sua coisa que acha que tem que fazer. Mas o conjunto disso, toda essa verba não tem um direcionamento. O direcionamento é: cada um faz seu pouquinho e... como é que isso tudo reverbera e reverte num Desenvolvimento ou numa modificação de como as coisa acontecem? [...] Entendeu? Simplesmente as pessoas vão lá, fazem e pegam. [...] O Carnaval mesmo, quantos anos eu trabalho com o Carnaval e não se avançou nada! Dez anos que eu vejo o mesmo modus operandi ruim. As pessoas não são capazes de se juntar pra, por exemplo, se todo mundo fazer uma compra coletiva, as coisas vão sair mais barato; ou se, de repente, a prefeitura poderia dar sessenta por cento no final do ano e trinta por cento, quarenta por cento ou setenta [...] no começo do ano. Faltam quinze dias, o dinheiro saiu; [...] como você faz um Carnaval de qualidade [...]? Sabe? Que valor tem isso? Simplesmente, pegar o dinheiro daqui, colocar pra ali, o dinheiro vai pro ralo [...]. E no ano seguinte as Escolas não têm onde colocar o carro. Todo ano ele é serrado [...]. Que quantidade de absurdo de dinheiro gasta à toa (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

A AC4 relaciona a cultura com os processos de desenvolvimento, que não são só econômicos; tem consciência de que uma política cultural deve ser também pautada no território, ou seja, no seu desenvolvimento enquanto lócus privilegiado pela ação do poder público, como acrescentamos aqui; em conjunto com as comunidades, empresas privadas, bem como pela participação dos atores, peças importantes na eficácia dessas políticas. Ao mesmo tempo, entende-se também que, nas diretrizes do programa Bolsa Cultura, por exemplo, os recursos financeiros destinados aos projetos culturais são utilizados de maneira pulverizada, como aquele “pouquinho” distribuído aos mais proponentes selecionados quando da divulgação dos editais.

Sob o olhar da AC4, essa tece algumas críticas quanto à ausência de planejamento das escolas de samba representadas nos principais atores envolvidos com o Carnaval de rua de Franca. Sua crítica não parte do vazio, mas da percepção de quem também, há alguns anos, participa dessa festa popular, prestando serviços de confecção de cenários e alegorias, sabendo que essa manifestação de cultura depende, ano a ano, de incentivos públicos para acontecer nos quatro dias de folia.

Ela se posiciona sobre o que nós chamamos de política cultural no município de Franca, aqui entendida como um conjunto de intervenções realizadas pelo poder público nesse campo, com a participação ou não dos outros atores socioculturais.

Cadê um direcionamento? Não existe direcionamento, isso não existe: direcionamento nenhum nem nada, nem nada pro teatro, [...] nem pra manifestações culturais. Falta capacitação: primeiro, dos Gestores [...]. Porque eu já penso, por exemplo, em questão de território de cultura. Eu imagino, por exemplo, que um Bolsa Cultura, ele precisaria é fazer o desenvolvimento de um território. Porque eu imagino isso, entendeu? Porque você não pode pensar “cultura e desenvolvimento”; é junto. Pra mim, desenvolvimento é cultura, educação é cultura, esporte é cultura [...], assistência social e cultura. Teria que ser centrado na cultura. [...] Então, a primeira coisa que deveria acontecer era um gestor profissional. [...] Agora a gente está começando a ver aí a galera se juntar. Ah, tá! Precisamos de um Conselho de Cultura, porque estão começando a perceber que sozinhos, né?... porque também tem, nessa cultura que a gente vive no mundo do capital, tem essa coisa do *self made man*, onde cada um tem que ir lá se virar por si e se fazer. E agora, parece que agora, no século XXI, as pessoas estão entendendo que não vai, não dá mais certo isso. Se a gente não se juntar não tem caminho. Se não se juntar, não [tem] caminho possível, nenhum. Agora tá começando a ter essa coisa, e isso tudo faz parte de uma política cultural. E como uma cidade de mais de trezentos mil habitantes não tem um Conselho de Políticas Culturais? (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

Na percepção da AC4, uma política cultural deveria promover uma integração entre as partes interessadas na formulação dessa política; e as interfaces com as dimensões, como bem pontuou, na educação e outras áreas em que atua o poder público, todas constituem o alvo das políticas públicas. E ainda, essa agente evoca novamente a dimensão do território, nas políticas culturais:

Sabe como a gente desenvolve esses territórios? [...] porque hoje a gente fala em Economia Criativa. Como separa cultura de economia criativa, por exemplo? Isso tudo precisa de política, isso tudo a pessoa precisa ter visão de futuro, porque, senão, vou ficar só no passado. [...] Não posso avaliar o que não existe. Se não existe, como eu vou avaliar? Pra mim, Bolsa Cultura não é política cultural, pra mim é uma ação. (AC4, entrevista concedida em 10/02/2017).

Ao avaliar o programa Bolsa Cultura, a percepção da AC4 é que essa não pode ser considerada uma política cultural: é apenas mais uma ação no fomento à cultura. Há, portanto, a necessidade de outras ações públicas para a atuação nesse campo, envolvendo também a dimensão da economia da cultura e da economia criativa. O desafio agora é o de como inserir essa e as demais dimensões da cultura numa discussão mais ampla e que não fique refém das

visões reducionistas de cultura, baseadas, quase sempre, em modelos obsoletos, de atuação do poder público local.

3.3. À guisa de conclusões desta seção

Não é fácil delimitar o campo de atuação do poder público, no que tange a suas formas de realizar intervenção no campo cultural. Historicamente, esse ator exerceu forte influência na criação de espaços de preservação e difusão de bens simbólicos: primeiro, com políticas de proteção ao patrimônio nacional artístico e cultural, materializada, por exemplo, na criação do SPHAN, na era Vargas; seguiram-se outras ações com forte atenção e presença do Estado, as quais se dirigiram para o Rádio, o Cinema, o Livro, a Educação, o Teatro e outras áreas, que se desenvolveram a partir das transformações em curso naquele contexto histórico.

Durante o regime militar, muitas dessas áreas passaram por aquilo que Sérgio Miceli (1984) chamou de fortalecimento cultural, contraditoriamente à ideologia vigente do governo. Até mesmo uma Política Nacional de Cultura foi estabelecida em meados da década de 1970. É verdade, também, que a cultura brasileira dos tempos de Getúlio Vargas e a dos militares estava sob rígido controle desses governos, censurando outras vertentes culturais contrárias às suas ideias.

As ações culturais do poder público local, ao que sugere a pesquisa, estiveram sempre ao sabor dos acontecimentos, dentro e fora das fronteiras do Município. Na maioria das vezes, as arrumações são entre os distintos agentes políticos e os que transitam pelo universo cultural, combinando um jeito específico na produção e difusão da cultura e articulando suas ações nesse campo, com aquelas procedentes da esfera de governo do Estado de São Paulo. Há nisso também um caráter de parcerias, que, se bem articulado entre os entes federativos, pode render vantagens duradouras e com graus de grande eficácia para as políticas culturais. A não adesão ao Sistema Nacional de Cultura travou a possibilidade do Município vir a ter uma sólida política cultural, pactuada com o governo federal, que, nesse caso, seria uma realidade plausível. Entretanto, essa seria apenas uma das possibilidades dos tempos atuais.

Atualmente é fato que os agentes culturais, das mais distintas modalidades, têm sido alvo dos programas de incentivo à cultura do governo do Estado de São Paulo através do PROAC. São, portanto, proponentes potenciais, em uma ou outra categoria de cultura: alguns líderes dos seus grupos se capacitam para a elaboração de projetos; e outros contratam pessoas para fazê-los. Sobre o alcance e a capilaridade dessa política falaram sucessivamente os ACs1, 2 e 3:

A gente foi contemplada em terceira pessoa? 2012, no PROAC, até foi a primeira ajuda que a Cultura Hip Hop teve; assim, acho que, de 2000 pra cá, foi essa a primeira de um poder público. Então, esse projeto, PROAC, em 2012, foi contemplado; depois tivemos PROAC contemplado em... acho que, em 2014 e 2015” (AC1, entrevista concedida em 31/01/2017).

O AC2 relata também que teve seus projetos aceitos pelo mesmo programa do governo do Estado: “Já consegui, 2011 para 2012, de 2013 para 2014, 2015 para 2016. Fui contemplado três vezes” (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017). AC3 já havia declarado ter sido contemplado por tal Programa.

A novidade, nessa política cultural em que alguns dos grupos culturais de Franca, representados, sobretudo, pelos seus agentes culturais AC2 e AC3, fica por conta da contratação de uma pessoa especializada em elaborar projetos culturais, com potencial de proponentes que atendam aos editais. Ao menos, foi o que ocorreu em relação ao PROAC. Isso coloca em cena mais um ator nessa modalidade de política cultural, a do realizador de projetos e/ou captador de recursos. A lei Rouanet já havia incluído a figura do captador de recursos na modalidade de renúncia fiscal, além do Marketing, às empresas doadoras dos recursos. Na fala do AC2, está materializada a participação desse novo agente na política cultural:

Eu paguei para bater o projeto. Eu paguei. Tive que pagar: ficou em quase sete mil reais. Eu não tenho computador e não sei mexer, então você tem que pagar uma pessoa preparada para fazer. Fazer o curso, pra fazer o projeto e acompanhar. Eu pago as notas. As notas eu passo para a pessoa enviar pra Cultura. A gente combinou. Já combinei com essa pessoa, ela fez o projeto pra mim, paguei o projeto. Agora eu paguei o projeto pra ela acompanhar, pra enviar todos os papéis, toda documentação pra ir pro Estado da Cultura. (AC2, entrevista concedida em 27/01/2017).

A presença do agente que elabora o projeto cultural, do captador de recursos disponíveis em lei e acompanha a prestação de contas, conduziu à criação de mais um nicho de trabalho no já difícil e emaranhado modelo de políticas de incentivo cultural. Mas essa realidade é cada vez mais comum a alguns grupos de cultura que não dispõem de tempo ou conhecimento para realizar os seus próprios projetos e submetê-los aos diferentes editais.

3.4. Uma proposta de intervenção para as futuras políticas públicas de cultura

Do exposto até aqui e considerando o processo histórico de formulação das políticas culturais em Franca apresenta alguns gargalos, assim como ocorre em muitos outros municípios brasileiros. Na relação Estado e cultura, é comum e recorrente que as essas políticas sejam fruto de ações verticalizadas, não agregando as reais necessidades culturais dos diferentes atores, das

comunidades culturais e de seus públicos. Tais ações são visualizadas na política de eventos (COELHO, 1997), sendo as políticas de fomento por meio de editais, a exemplo do Bolsa Cultura, uma variação dentro desse gênero maior.

Dito isso, durante o processo de construção deste trabalho, foram descobertos diversos autores, especialistas e pesquisas sobre o sistema cultura e os requisitos para o desenvolvimento das políticas culturais em seus diversos níveis. As pesquisas, dispersas em diversas áreas do conhecimento, vêm formando o estado da arte das políticas culturais. Dessa forma, utilizando-se de muitas dessas referências, que fizemos a reflexão sobre a ação do Estado ao produzir as políticas em foco.

Complementarmente, a pesquisa de campo, junto aos agentes culturais e de ex-gestores culturais no Município, possibilitou o aprofundamento sobre a realidade da local. Percebeu-se assim práticas e ações que, por vezes, eram verticalizadas dentro das instituições públicas da cultura. Ao revisitar as noções de cultura e confrontá-las, nota-se, sobretudo nos fazedores de política, o entendimento de cultura limitado as linguagens artísticas, que, por sua vez, refletem também na política de cultura local.

E é sobre essa constatação teórica, observada também empiricamente, que se propõe aos atuais e futuros gestores culturais dos municípios brasileiros, sobretudo os de Franca, a construção de uma agenda pública de discussão. Tal agenda deve contemplar, entre outras coisas, um debate sobre Cultura e Política, a exemplo da atuação da UNESCO. Essa, por sua vez, promove diversos estudos sobre cultura e políticas, os quais subsidiam suas Conferências e Declarações realizadas em várias partes do mundo. Os encontros e acordos propostos por essa organização são o maior indicativo da relevância da cultura para todos os povos, na resolução de conflitos e na procura pela paz mundial (VIEIRA, 2009). Neste sentido, Pitombo aponta que

Sem sombra de dúvida, a Unesco é a referência exemplar da atuação dos organismos multilaterais na área cultural, uma vez que ela foi criada justamente com o propósito de se constituir uma agência especializada das Nações Unidas para o trato de questões relativas à cultura, à educação e à ciência. [...] as relações culturais internacionais estiveram norteadas, sobretudo, por um sentido mais circunscrito do conceito de cultura que privilegia o campo da produção restrita, como diria Pierre Bourdieu. Ou seja, aquele que mobiliza idéia de cultura de elite ou alta cultura (VIEIRA, 2009, p.45).

Propomos as atuais e futuras administrações públicas algumas das premissas que são essências para as políticas culturais em municípios brasileiros. A mais importante premissa é a releitura de conceitos de participação, democracia, cidadania, sociedade civil e o direito à cultura. A participação ampla das comunidades culturais na formulação das políticas culturais,

constitui-se uma porta aberta ao exercício da democracia cidadã. Ao mesmo tempo, favorece o surgimento de outra dimensão também fundamental: uma nova cultura política capaz de transpor práticas historicamente arraigadas de poder, permitindo a formulação políticas culturais verdadeiramente democráticas e participativas.

Outrossim, aos atuais e futuros prefeitos, sugere-se a inclusão em seus programas de governo de uma ampla agenda de discussão sobre as políticas culturais, a qual deve envolver diversos setores da sociedade. Essas discussões, que poderiam ocorrer antes ou logo no início das gestões, serviriam para construir diagnósticos que levem em conta as necessidades da comunidade cultural e da comunidade geral. A identificação dessas necessidades deve levar em conta aspectos teóricos do sistema cultural, tais como: formação, produção, circulação, difusão e fruição de bens culturais. Esse conjunto de ações é de fundamental importância, para não repetir o receituário já pronto, que privilegia apenas os produtos culturais elitizados, tratando os beneficiários apenas como consumidores das artes consagradas pré-estabelecidas.

A missão principal dos diversos agentes políticos e culturais é a reincorporação na agenda pública do debate sobre a política cultural. Essa deve ser vista como um direito de todos os cidadãos e o debate deve resgatar os conceitos de democracia, cidadania e participação dos atores sociais e de sua importância na formulação de políticas públicas de cultura.

Devem-se ainda serem tomadas algumas providências para que se construa os alicerces de uma verdadeira política de democratização cultural. Entre tais ações destacam-se: a) a realização de amplo debate com os representantes da sociedade envolvendo os atores públicos e privados que se envolvem nas ações culturais; b) formação de gestores culturais para atuarem junto aos órgãos públicos, privados e nas comunidades (bairros periféricos); c) a realização periódica de seminários e conferências local para debater qual a política cultural desejada; d) avaliação da política cultural em curso para corrigir distorções e ampliar novas ações, aumentando assim a sua capilaridade de demandas existentes; e) ampliação dos canais de participação, como é o caso dos Conselho Municipal de Cultura para a formulação de políticas públicas; f) inserir as culturas populares existentes no território no debate das políticas culturais; g) a elaboração de um Plano Municipal de Cultura, prevendo as ações da política cultural a médio ou longo prazo. Sem a existência de um Plano de Cultura, não há a garantia de continuidade de ações já estabelecidas anteriormente ou da construção de novas diretrizes construídas por meio da participação da sociedade. A política pública de cultura deve, mesmo no nível municipal, ser planejada para além dos ciclos eleitorais.

Outra questão que não deve ficar ausente na política cultural diz respeito a formação de público. Dentro do sistema cultural, esse aspecto não pode passar despercebido dos agentes

formuladores das políticas culturais. A proposta é que deva se introduzir a prática da mediação cultural na política de cultura. O papel do mediador cultural seria o de estabelecer uma ponte entre a arte ou qualquer expressão cultural, entre o que está sendo oferecido à fruição de bens culturais e aos que dele vão fruir (COELHO, 1997, p. 247). O mediador cultural é um personagem de grande relevância para a formação de público.

Por último, é salutar que a gestão da cultura, seja pública ou privada, avance no sentido de combinar os paradigmas da democracia cultural com o da democratização cultural. O primeiro consiste em garantir a oferta de espaços e equipamentos culturais ao maior número possível de consumidores. O segundo, por sua vez, consiste em oferecer o direito das comunidades de decidir qual política cultural querem, rompendo assim com práticas verticalizadas e descentralizando-as.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta Dissertação de Mestrado, algumas considerações do pesquisador se fazem necessárias. Analisou-se as políticas para dinamizar a cultura no município de Franca, as quais foram limitadas e pautadas, muitas vezes, por uma visão unidirecional dos gestores públicos do campo em questão. Buscou-se, neste estudo: identificar, em momentos distintos da história da cidade, a forma de ação dos governos, por meio da análise dos discursos contidos em mídias variadas, dos arranjos institucionais, das parcerias com outros órgãos governamentais para inserir a cultura na agenda pública.

No segundo capítulo, buscou-se compreender as ações e o discurso governamental por meio da análise da legislação: a Lei nº 2.460/77, fundou a FMMA; a Lei nº 6.334/2005 foi responsável pela extinção da FMMA e deu origem ao novo órgão de gestão da cultura no Município, a FEAC; a Lei nº 7.430/2010, instituiu a Bolsa Cultura e; a Lei nº 8.050/2014, aprofundou esse programa de incentivo a projetos culturais. Esse conjunto de normas e outras declarações e ações do poder público municipal foram, ao longo dos anos, traduzidos em modelos de intervenção no campo da cultura, seja criando órgãos ou instituindo instrumentos de fomento à cultura. Todavia, todas essas ações, juntamente à tentativa de instituir o Conselho Municipal de Cultura, através de Lei nº 3.937, de 24 de abril de 1991 e que, atualmente, está em fase de reestruturação, apresentaram diversos gargalos.

A Fundação Municipal "Mário de Andrade" tinha os seus recursos atrelados aos do Departamento de Educação e Cultura, dependendo de dotações orçamentárias para fomentar as artes e a cultura. Como afirmado por EG1, no final da década de 1970 não houve reivindicação de artistas e de agentes culturais para que o poder público institísse um órgão de apoio à cultura em Franca. Entretanto, a percepção do poder público de criar a Fundação Municipal "Mário de Andrade" foi decisiva ao encampar o Movimento Mario de Andrade de orquestra e coral, o qual perdia o seu principal financiador, o governo do Estado de São Paulo. Garantiu-se assim a subsistência do Movimento. Pode-se indagar que a existência de tal movimento artístico, considerado no rol das artes eruditas, em detrimento de outras manifestações culturais existentes em Franca, como a Congada e a Folia de Reis, não tenha sido determinante na criação do primeiro órgão de cultura do município. Nesse sentido, viu-se, posteriormente, que esse órgão dispendeu atenção a outros seguimentos artísticos que precisavam ser fomentados, como, por exemplo, os festivais de música de MPB e os eventos de teatro amador, embora se possa questionar a abrangência e a capilaridade das ações da Fundação.

Nas décadas seguintes, a FMMA ora executou programas e projetos culturais em conjunto com os seguimentos de cultura da cidade, ora exerceu atividades acessórias, inclusive a de uma gráfica. É possível, ainda, que alguns gestores da cultura não tenham utilizado da estrutura da Fundação, criada com a finalidade de promover a cultura em suas diversas vertentes.

O apoio às diversas modalidades culturais, embora estivesse associado à ação da FMMA, contou, em muitos momentos, com o suporte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Essa última abrigou na sua estrutura departamentos para o desenvolvimento dos esportes amadores da cidade. A importância da Secretaria em questão pode ser notada na gestão de 1993-1996, quanto a pasta tornou pública a necessidade de implementar uma “nova política cultural”. Essa “nova política cultural” buscou incrementar ações nos equipamentos culturais localizados na área central da cidade, seguida do estabelecimento de convênios com a Oficina Regional Cultural localizada na vizinha cidade de Ribeirão Preto/SP. O estabelecimento do convênio com a Oficina Cultural Regional deveu-se, em parte, pela busca de recursos orçamentários. No entanto, não se deve esquecer, que, no início da década de 1990, não se sabia bem quais eram as condições fiscais do município. Essa nova política cultural, segundo a versão dominante a época, restringiu as arrumações frequentes no município do uso dos equipamentos culturais, objetivando difundir a produção cultural diversificada, local e regional. Outras ações culturais da época foram a Biblioteca Ambulante, algumas produções do Teatro de Rua e alguns cursos específicos, essas levadas a algumas regiões da cidade. Observou-se, no entanto, que na política de apoio à cultura, sobressaíram aquelas modalidades ligadas às artes “eruditas”, como por exemplo, as Artes Plásticas, o Teatro, a Dança, Literatura entre outras.

Na esfera federal, embora já estivesse em plena vigência da Lei Rouanet, sabe-se quais são os eventos artísticos e culturais que alcançam os seus benefícios. Um exemplo recente foi a autorização por parte do Ministério da Cultura para que uma produtora captasse o valor de 28,6 milhões para a remontagem do Espetáculo “O Fantasma da Ópera”. Esse é o maior valor já autorizado pelo MinC através da Lei Rouanet (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Mas o que mais chama a atenção foi que esse montante foi revisto pelos produtores entre a primeira proposta, cujo valor era de R\$ 9,7 milhões. O aumento exorbitante se deveu também a mudança na regra dos valores dos projetos culturais, que de 10 milhões passou para 60 milhões. O custo total dessa remontagem de o “O Fantasma da Ópera”, que inicialmente era de R\$ 28,6 milhões, passou para nada mais nada menos do que 45,3 milhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Tal registro demonstra, primeiro, que o mercado ainda continua sendo um ator soberano na política de incentivo fiscal no Brasil. Um espetáculo dessa envergadura e para um público

já pré-definido, tem grande apelo junto aos empresários, os quais associam suas marcas a obra que será apresentada, preferencialmente, em grandes centros urbanos. Segundo que, todo este valor feito pela renúncia fiscal, é um dinheiro público.

Durante a gestão petista, que possuía características mais progressistas, a FMMA recebe maior atenção ocorrendo, ocorrendo a sua reformulação por meio da Lei 5.071 de 16 de setembro de 1998, a qual substituiu e alterou a Lei 2.460/1977. A partir desse momento, a FMMA ficou vinculada ao gabinete do prefeito, adquiriu o status de um órgão de fomento à cultura, o que, até então, não dispunha. As propostas para a cultura, analisadas a partir do documento do Plano Plurianual de 2002-2005, foram de atuar em diferentes frentes. Reconhecia-se o incentivo as artes, mas também as culturas tradicionais, que historicamente ficavam a margem da intervenção governamental. Embora no Plano Plurianual ficasse claro a questão do direito a cultura por parte do cidadão, a questão da diversidade cultural, não foi citada nesse documento, embora se previsse uma ação mais abrangente. Propôs-se a criação de um centro cultural, no qual aconteceriam vários projetos culturais e de outros espaços para serem realizados atividades próximas as comunidades distantes dos equipamentos culturais. A exibição de uma variedade de filmes foi um exemplo prático de ação. No campo do lazer, o Café com Música foi uma estratégia que se utilizou de um equipamento com grande capacidade de público e que se localizava em uma região que facilitava o acesso da população de baixa renda.

Desde a sua recriação, a FMMA reconheceu o calendário das atividades culturais que já ocorriam na cidade em anos anteriores. Na medida do possível, essas continuaram a acontecer com o apoio do órgão. Nesse período organizou-se o Conselho Municipal de Cultura e realizou-se a Conferência Municipal de Cultura. Essa conferência foi realizada em outubro de 2003, o que leva a crer que, em 2004, através de mecanismos obrigatórios do governo federal, a cidade passaria a formular uma política de cultura, o que não foi conseguido com o final da gestão do PT. Ressalta-se, porém que o discurso do governo para a área da cultura foi de abrangência, embora quando se percorre a programação das agendas culturais, sobressaíram as modalidades de artes no sentido estrito. A diversidade cultural, um discurso já amplamente discutido para as políticas culturais, não pode ser levada a cabo pela gestão municipal da época. Outrossim, não foi possível articular e aprofundar as ações municipais com as do governo federal petista, sobretudo na constituição de uma política municipal de cultura e da adesão ao Programa Cultura Viva, uma vez que a gestão municipal estava no fim.

A gestão iniciada em 2005, cujos atores políticos eram os mesmo que estiveram à frente da administração pública na década de 1980, possibilitou o retorno da percepção do campo da

cultura as modalidades artísticas já fixadas na cidade. A política cultural para difusão e fruição orientou-se para essas artes, cujo público é também bastante restrito. Por meio da Lei 6.334/2005, a Fundação Municipal "Mário de Andrade" foi extinta e em seu lugar criou-se a Fundação Esporte, Arte e Cultura. Esse órgão deveria atuar em duas frentes, esportes amadores e cultura. Observou-se, porém, que o governo deu maior visibilidade às primeiras, as quais, via de regra, possibilita aos agentes políticos locais a aquisição de um considerável ganho de capital político junto s comunidade local.

Conforme a fala do EG2, concepção da política cultural entre 2005-2012, foi de continuidade, apoiando projetos culturais que já ocorriam, entre eles os projetos "Águas de Março", Encontro de Corais e outros contidos no calendário oficial da cidade. Nesse mesmo ano, já na segunda gestão do governo PSDB, foi criada a Bolsa Cultura, a qual seria gerida pela FEAC, para apoiar os artistas locais. Os grupos e artistas, pessoas físicas ou jurídicas deviam submeter-se a editais elaborados pela FEAC. Por isso, se viram obrigados a capacitarem-se na elaboração de projetos culturais para que as exigências legais fossem cumpridas e tivessem acesso aos recursos públicos. Os selecionados receberiam uma bolsa, porém não foi descoberto qual valor era destinado aos proponentes. A Bolsa Cultura teve continuidade no governo seguinte, o qual se elegeu graças ao capital político de seu antecessor. o político "bom pra cidade". Por outro lado, os festivais de teatro, uma arte que conseguiu um lugar de destaque na nas décadas anteriores em Franca, vive um momento de baixa produção e a formação para essa área restringe-se aos cursos oferecidos pelo SENAC/Franca.

Ficou bastante claro que a gestão municipal desse período preferiu articular suas ações no campo da cultura com o governo do Estado de São Paulo. Isso se deveu pela proximidade física e ideológica da cidade de Franca com a capital paulista, podendo ser notado, por exemplo, na aderência do município a projetos estaduais como o Mapa Cultural Paulista, Projeto Ademar Guerra e a Virada Cultural Paulista. Concomitantemente, verificou-se um distanciamento do programa Cultura Viva, do governo federal. Identifica-se assim uma polarização partidária entre PT e PSDB que influencia na política cultural de Franca.

Com o final das duas gestões, 2005-2012, o então ex-prefeito fez o seu sucessor para 2013-2016. O Programa Bolsa Cultura recebeu um aumento dos seus recursos, inclusive realizados por entidades sociais do município. Por outro lado, surgiram críticas sobre a forma como se pulverizavam os recursos, "um pouquinho aqui, um pouquinho ali". Em 2014, o Bolsa Cultura foi reformulado, passando a ter um caráter de Programa de Incentivo à Cultura, tendo um orçamento na ordem de R\$ 700.000,00, dos quais R\$ 300.000,00 eram destinados a artistas ou grupos proponentes de projetos (como pessoas físicas ou jurídicas) aos editais de fomento

da FEAC. O restante, R\$400.000, ficava disponível às organizações ou entidades com propostas de desenvolvimento de projetos de cunho cultural.

O Bolsa Cultura, como mecanismo de fomento a cultura, de modo similar ao Bolsa Atleta, objetiva também a divulgação institucional do município de Franca. Os esportes, pela própria dinâmica, alcançam mais facilmente as comunidades locais e, por isso, oferecem mais visibilidade à FEAC e trazem maior ganho político aos seus idealizadores. Já as modalidades artísticas e culturais ficam restritas aos locais fixos de apresentação ou exposição. Contudo, mesmo com os novos arranjos e com a manutenção do calendário cultural, a atuação do poder público não criou condições mínimas para incluir representantes das demais expressões no processo de formulação de uma política municipal.

Historicamente, as culturas populares não são alvos das políticas públicas, sendo destinada apenas alguma atenção pontual a essas. Nesse sentido, pode-se citar, como exemplo a segunda “Festa do Mineiro”, a qual aconteceu no Parque Fernando Costa em 2018, durante a gestão do governo do DEM no município. O citado evento foi criado por lei no ano de 1989, mas não entrou na agenda das gestões que se seguiram até o ano de 2016. Não se pode dizer então que, para a cultura popular francana, exista alguma política pública nos moldes mais modernos. Sofrem, assim, de constante descontinuidades, uma vez que não são pensadas nas várias etapas de um sistema cultural: formação, produção e difusão da cultura, por exemplo. A cultura popular fica torna-se alvo de uma relação pouco profissional e mais próxima de práticas clientelistas entre agentes públicos e artistas populares. A fala dos agentes culturais é bastante significativa para compreendermos a não inserção da cultura nas agendas dos governos. Muitos deles manifestaram-se sentir-se excluídos desse processo, que vem de cima para baixo, sem que existam oportunidades reais de expressarem sua voz.

Atualmente, observam-se artistas e agentes culturais da cidade propondo a reorganização do Conselho Municipal de Cultura. Esse espaço participativo é de fundamental importância para construção de uma agenda de discussão que inclua representantes das diversas expressões culturais do município e permita a elaboração de uma política baseada no debate e no consenso, garantindo, assim, os direitos culturais da sociedade. Para que tal empreita seja bem-sucedida é importante a colaboração dos dois poderes, Executivo e Legislativo, na conformação do Conselho de Cultura.

Outra questão que incide diretamente nas políticas públicas culturais nos municípios é que a cultura continua ainda sendo vista quase como um ornamento dentro dos espaços da administração pública. Portanto, não lhe é dada a devida atenção, servindo apenas como um apêndice final nos planejamentos de gestão. Essa realidade é evidenciada através das Leis de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), cuja previsão de recursos para a função cultura, é com um montante mínimo possível.

Em matéria vinculada por um jornal da cidade de Ribeirão Preto, constatou-se que no ano de 2017, os 34 municípios desta região, em sua grande maioria, gastaram menos de um por cento de seus orçamentos com a rubrica cultura (PAVINI, 2018). Observa-se um grupo de pequenos municípios geograficamente próximos ao grande centro urbano de Ribeirão Preto, com realidades fiscais distintas entre si. Mas, dentre estes municípios, Monte Alto se destaca pelo montante do seu orçamento destinado a cultura, cerca de 2,7%, enquanto a maior cidade da região, teria destinado apenas 0,5% no mesmo período (PAVINI, 2018). Esse é um indicativo do quanto a cultura ainda está distante das preocupações das gestões públicas, seja no entendimento do que é “cultura”, seja no que diz respeito ao seu papel dentro do desenvolvimento da sociedade, seja pela quase completa ausência do reconhecimento dos direitos culturais. Por isso, permanece a reboque de outras políticas públicas, recebendo um baixíssimo grau de investimentos.

Por fim, ressalta-se que, umas das dificuldades logo encontradas para a produção dessa pesquisa, foi o acesso as fontes documentais sob a guarda do Arquivo Público do de Franca e dos documentos em posse do órgão de gestão da cultura. Em relação ao primeiro, são escassas, por vezes ausentes, as informações sistematizadas referentes as ações do poder público na área da cultura. Já a FEAC, criou obstáculos que dificultaram o acesso aos documentos sobre as políticas culturais da atualidade. A ausência de uma tradição de preservação da memória francana necessita, urgentemente, ser reinventada, uma vez que a cultura permeia todas as dimensões da vida de uma sociedade. Sem preservação dessa memória não é possível identificar a história, as práticas culturais, os costumes de um povo e da cidade, a qual se aproxima dos 200 anos de emancipação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Evan; São Paulo, FAPESP, 2011.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)**. 2013. 194 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes, 2013.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda et al. **Organização e produção da cultural**. Salvador, EDUFBA, FACO/CULT, 2005.

_____. Políticas Culturais no Brasil: identidades e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. 1ª ed. EDUFA, Salvador, v. 1, p. 37-60, 2007.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990)**. 2004. 285 f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. Capítulo 1 – Apontamentos sobre as peregrinações históricas do conceito de “cultura”. In: **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural - Temas, problemas y oportunidades**. UNTREF VIRTUAL, 2006. Disponível em:
<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwifpO63mKfdAhWChZAKHf21A20QFjABegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fpoliticaseindustriasculturales.files.wordpress.com%2F2017%2F04%2Fnivc3b3n-bolc3a1n-cap-ii.pdf&usq=AOvVaw1EBaa7gR2FfpOEshhE7yVS>> . Acessado em: 06 de set. de 2018.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In: **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n. 2, 2001, p. 28. Disponível:
<<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/Isaura.pdf>>. Acesso: 04 de out. de 2018.

_____. A política cultural e o plano das idéias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFA, 2007, p 109-132. Disponível em:
<www.repositorio.ufba.br:8080/ri/.../ufba/.../Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 03 de out. de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). 16ª. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015. (Ciências Sociais da Educação).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 de out. de 1988. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 de jul. de 2018

_____. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de ago. de 2000, Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 02 de out. de 2018.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, DF, 03 de dez. de 2010a. Seção 1, p. 19. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 02 de out. de 2010.

BRASIL. MINC. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais.** 2ª ed. Brasília, Ministério da Cultura/ Câmara dos Deputados – Comissão de Educação e Cultura, 2011, 102 p. Disponível em: <www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2018.

BRASIL. MINC. SAI. **Proposta de estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília, Ministério da Cultura, Secretaria de Articulação Institucional, 11 de ago de 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/54739483-Proposta-de-estruturacao-institucionalizacao-e-implementacao-do-sistema-nacional-de-cultura.html>>. Acesso em: 02 de out. de 2018.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Políticas culturais no Brasil.** 1ª ed. EDUFA, Salvador, v. 1, p. 87-107, 2007.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. In: **Rev. Inst. Estud. Bras.** no.58, São Paulo, jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100008>. Acesso em: 17 de set. de 2018.

CANCLINI, Néstor Garcia. Introducción. Políticas Culturales y crises de desarrollo: um balance latino-americano. In: CANCLINIE, Néstor Garcia et. al. **Políticas culturales em América Latina.** Editorial Grijalbo, México, 1987, 217 p.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artística Nacional**, n. 23, 1994, p. 95-115. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1996, 268 p.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo, Edusp, 1997.

_____. **Definiciones en transición.** CLACSO, Buenos Aires, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a cultura. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abril, 1984.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p.179-192, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, jan./apr., 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

_____. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación**, Buenos Aires, año 1, n. 1, p. 53-76, jun., 2008. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)

_____. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo, Iluminuras, 1997.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru, EDUSC, 1999.

CUNHA, Gabriela Cavalcante. **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP.** 2002. 171 f. Dissertação de mestrado pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Ciência Política, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052005-101736/pt-br.php>>. Acesso em: 04 de out. de 2018.

DYE, T.R. **Policy Analysis: what governments do, whu they do it, and what difference it makes.** Tuscaloosa: Unversity of Alabama Press, 1984.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr, 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_EvelinaDagnino.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2019.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de Política Pública. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, nº 2, Apr./June, 2001, p. 66-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200010>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** 2ª e d., São Paulo, Editora UNESP, 2011, 208 p.

FEAC. **Prestação de contas pública. Divisão de cultura da FEAC – Fundação de Esporte, Arte e Cultura: Gestão 2013-2016.** Franca, FEAC, 2016, 177 p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: Seminário Internacional de Políticas culturais, edição 2010, 2010, Rio de Janeiro. **Políticas culturais: teoria e práxis (on-line).** Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2010, 14 p. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2010/09/23/comunicacoes-individuais-artigos-em-pdf/>>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

FERREIRA, Luzia Aparecida. Políticas Públicas para a Cultura na Cidade de São Paulo: A Secretaria Municipal de Cultura – Teoria e Prática. Tese de Doutorado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo/ECA-USP. São Paulo, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. MinC aprova valor histórico de 28,6 mi para “O Fantasma da Ópera”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29, jul. 2018, artes cênicas (on-line). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/07/minc-aprova-valor-historico-de-r-286-mi-para-o-fantasma-da-opera.shtml>>. Acesso em: 29 de jul. de 2018.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista.** São Paulo, Editora UNESP, 2004.

FRANCA. **Lei n. 2. 460, de 26 de abril de 1977.** Cria, no Departamento de Educação e Cultura, a Fundação Municipal "Mário de Andrade" e dá outras providências. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-2460-de-26-de-abril-de-1977>>. Acesso em: 02 de out. de 2018.

_____. **Lei n. 3.937, de 24 de abril de 1991.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, nos termos do Artigo 278 da Lei Orgânica do Município e dá outras providências. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-3937-de-24-de-abril-de-1991>>. Acessado em: 13 de set. de 2018.

_____. **Lei n. 4.932, de 03 de novembro de 1997.** Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Franca, para o período de 1998/2001. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-4932-de-03-de-novembro-de-1997>>. Acesso em: 04 de out. de 2018.

_____. **Lei n. 5.071, de 16 de setembro de 1998.** Altera dispositivos da Lei nº 2.460, de 26 de abril de 1977, que cria, no Departamento de Educação e Cultura, a Fundação Municipal "Mário de Andrade" e dá outras providências. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-5071-de-16-de-setembro-de-1998>>. Acesso em: 03 de out. de 2018.

_____. **Lei n. 5.576, de 31 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2002/2005 e dá outras providências. Franca, Câmara Municipal de Franca, 2001. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-5576-de-31-de-outubro-de-2001>>. Acesso em: 28 de set. de 2017.

_____. **Lei n. 6.334 de 07 de março de 2005.** Dispõe sobre a criação da Fundação Esporte, Arte e Cultura – FEAC e revoga as Leis nº 2.460/77 e 5.071/98 extinguindo a Fundação Municipal “Mário de Andrade”, e dá outras providências. 2005a. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-6334-de-07-de-marco-de-2005>>. Acesso em: 06 de out. de 2017.

_____. **Lei n. 6.420 de 26 de setembro de 2005.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2006/2009 e dá outras providências. 2005b. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-6420-de-26-de-setembro-de-2005>>. Acesso em: 28 de set. de 2017.

_____. **Projeto de Lei n. ____/2009.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013 e dá outras providências. 2009a. Disponível: <[http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2010-2013/prop/01%20Projeto%20de%20Lei%20PPA%202010.2013%20-%20Msg.%20087%20\(texto\).pdf](http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2010-2013/prop/01%20Projeto%20de%20Lei%20PPA%202010.2013%20-%20Msg.%20087%20(texto).pdf)>. Acesso em 28/09/2017

_____. **Lei n. 7.284, de 08 de setembro de 2009.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013 e dá outras providências. 2009b. Disponível em: <https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao?field_data_promulgacao_lei_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=2009&field_tipo_lei_value=All&field_numero_lei_value=7284&field_texto_lei_value=>>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

_____. **Lei nº 7.430, de 23 de julho de 2010.** Dispõe sobre a concessão da “Bolsa Cultura” no Município de Franca, altera as Leis Orçamentárias, e dá outras disposições. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-no-7430-de-23-de-julho-de-2010>>. Acessado em: 06/10/2017.

_____. **Lei n. 8.050, de 11 de abril de 2014.** Dispõe sobre o Programa de Incentivo a Arte e à Cultura no Município de Franca e autoriza a FEAC - Fundação Esporte Arte e Cultura a firmar convênios e conceder auxílio financeiro para financiar projetos artísticos e culturais no Município de Franca. Disponível: <https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao?field_data_promulgacao_lei_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=2014&field_tipo_lei_value=All&field_numero_lei_value=8050&field_texto_lei_value=>>. Acesso em: 04 de out. de 2018.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **A memória de migrantes mineiros em uma cidade industrial (Franca 1960-1980)**. 1996. 153 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2008, 323 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, Mar/Abr, 1995, p. 57-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

GRUPO DE TRABALHO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. **Sistema Nacional de Cultura: estruturação, institucionalização e implementação do SNC**. Brasília, MINC/ Conselho Nacional de Política Cultural/ Secretaria de Articulação Institucional – SAI, dez.,

2011, 108 p. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/busca?p_p_auth=jAjZK8NL&p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1022551&_101_type=content&_101_groupId=10907&_101_urlTitle=estruturacao-institucionalizacao-e-implementacao-do-snc&redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fbusca%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_entryClassName%3D%26_3_modifiedto%3D%26_3_groupId%3D0%26_3_modifiedselection%3D0%26_3_keywords%3DEstrutura%252C%2520Institucionaliza%25C3%25A7%25C3%25A3o%2B%26_3_documentsSearchContainerPrimaryKeys%3D%26_3_cur%3D1%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_format%3D%26_3_modifiedfrom%3D%26_3_formDate%3D1538443532852%26_3_modified%3D>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

GUERREIRO, João. Política cultural e inserção social? In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (Org.) **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília, Ipea, 2011.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura. 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2007, p. 268. (Suplemento de Cultura da Munic). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-sec/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/suplemento-de-cultura-da-munic-2006-128683/10913>. Acesso em: 04 de out. de 2018.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura. 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015, p. 102. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm>. Acessado em: 13 de set. de 2018.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento**. ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira(Org.). Brasília, IPHAN, 2017. (Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais).

KECK, ME. **PT –A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 366 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

LASSWELL, H. D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland, EUA: Meridian Books, 1958.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas culturais na Bahia: gestões de Paulo Souto (2003-2009) e Jacques Wagner (2007-2009)**. 2011. 237 f. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18155/1/dissertação%20Hanayana.pdf>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

LOPES, Juliana. A Ação Criô: uma proposta política nacional. In: BARBOSA, Frederico, CALABRE, Lia (Orgs.). **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília,

Ipea, 2011. p. 139-154. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10199>.
Acesso em: 02 de out. de 2018.

LOURDES, Maria Aparecida. **O Movimento Teatral Francano**. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras). Universidade de Franca, Franca, 1991.

MEDEIROS, Anny Karine de. **Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva**. 2013. 158 f. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10653>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70) e Teoria e prática cultural oficial no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984 .

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. Ed. São Paulo, Hucitec, 2007.

NETO, José de Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade cultural**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

_____. Diversidade cultural e cosmopolitismo. In: **Lua Nova**, n. 47, São Paulo, 1999. p. 73-91.

_____. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. In: **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 36-49, 2005. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol45-num1-2005/administracao-publica-brasileira-entre-gerencialismo-gestao-social>>. Acessado em: 13 de set. de 2018.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002, 26 p. Disponível em:
<<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>>. Acesso em: 04 de out. de 2018.

PAVINI, Cristiano. Região metropolitana gasta apenas 0,65% com a área da cultura. **A Cidade On** (on-line), Ribeirão Preto, 14, set. 2018. Disponível em:
<<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1369097,regiao+metropolitana+gasta+apenas+0+65+com+a+area+de+cultura.aspx>>. Acesso em: 29 de jul. de 2018.

PASCHOALICK, Jonas. **O Sistema Nacional de Cultura: aspectos contraditórios entre institucionalização e participação no setor cultura de Ribeirão Preto**. 2017. 181 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais– Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2017. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150873>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

RAMOS, Marcelo Maciel. **Ética grega e cristianismo na cultura jurídica do Ocidente**. 2007. 116 f. Mestrado em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. 2007

REIS, Paula Felix. **Políticas culturais no governo Lula: análise do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura**. Dissertação de mestrado. 2008. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10812>>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

_____. Estado e políticas culturais. In: **II Seminário Internacional Políticas Culturais**, 2011, Rio de Janeiro, p. 19. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13412245-Estado-e-politicas-culturais.html>>. Acessado em 13 de set. de 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador, Editora da UFBA - EDUFBA, 2007a, p. 139-158.

_____. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Alexandre Barbalho. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, Editora da UFBA - EDUFBA, 2007b, p. 11-36.

_____. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador, EDUFBA, p. 9-24, 2010.

_____. **Políticas Culturais na Bahia Contemporânea**. 1ª ed., Salvador, EDUFBA, 2014, 248 p. (Coleção Cult).

_____. Políticas Culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas Culturais no governo Dilma**. 1ed. Salvador, EDUFBA, 2015, v. 1, p. 11-31.

SANTOS, Eduardo Gomor. Formulação de políticas culturais: as Leis de incentivo à e o Programa Cultura Viva. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília, Ipea, 2011, p. 155-178.

SARCOVAS, Yacoff. Cultura: O incentivo fiscal no Brasil. In: **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, nº 62, abril/maio, 2005. Disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-o-incentivo-fiscal-no-brasil>>. Acesso em: 14 de jul. de 2018.

SERAFIM, Milena Pavan. **Agricultura Familiar: uma “Análise Política” das Políticas e Instituições**. 2011. 280 f. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências para Obtenção do título de Doutor em Política Científica e Tecnologia. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2011.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

SOUZA, Celina “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (on-line)**, v. 18, nº. 51, fev., 2003, pp 15-20. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 de set. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 30 de set. de 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1977.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas, 1998.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. UNESCO, Brasília, 1998. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acessado em: 26 de jul. de 2018.

_____. **Cultural policy: a preliminar study**. UNESCO, Paris, 1969. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 19 de set. de 2018.

_____. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**: Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores. Brasília, UNESCO, Ministério das Relações Exteriores, 2006. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2018.

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo, Edições SESC, São Paulo, 2015.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Salvador, 2009. 303 fl : II. Tese de doutorado pela Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

APÊNDICE A – AGENDA CULTURA DO MÊS DE AGOSTO DE 2003

“Estação Pic Pan Pum” – Teatro Popular do SESI – peça de teatro cujo tema aborda a “importância do respeito e amizade” em linguagem circence – gratuito
Oficina de dança de salão – FCMA
Mostra de Arte da Juventude/2002 – exposição SESC de Ribeirão Preto – MIS
Oficina de pátima – FCMA
Oficina de Arte-Educação – leitura da imagem de obras de artistas francanos – dirigidas aos coordenadores de escolas da pré-escolas – Pinacoteca
“Hora do Conto “ atividades voltadas para as escolas de nível fundamental primeiro ciclo – leituras para as crianças.
Mês do Folclore – Exposição – mostra sobre o folclore regional - - Biblioteca Municipal Central
Concurso de Monografias – tema: monografias sobre a história dos bairro da cidade – ARQUIVO HISTÓRICO
Art-música – apresentação musical com shows musicais de alunos e professores – TEATRO MUNICIPAL
Roda de Capoeira – Associação de Capoeira de Franca – PRAÇA CENTRAL
“Cavalcadas” Manifestação folclórica – PARQUE DE EXPOSIÇÃO FERNANDO COSTA
Lian Gong – atividade de ginástica para o combate ao estresse e lesões de esforço repetitivo – PRAÇA CENTRAL
Roda de Capoeira dentro da semana do folclore – PRAÇA CENTRAL
“Mostra de Arte 2003 – Exposição – Casa Cariolato – trabalho de artistas francanos
Batizado de Capoeira – Associação de Capoeira – batizado com alunos
“Cidade de Deus” cinema – ESCOLA PRAFA. MARIA APARECIDA REBELO NOVELINO – BAIRRO CITY PETROPOLIS
Tai chi chuan – publico geral – parque de exposição Fernando costa
Retretas Dominicais – Música – Banda Sociedade de Franca – Concha Acústica – praça central
“O menino Maluquinho” – teatro infantil – teatro municipal com custo
“Bruxa de Blair” cinema mês do folclore – Colégio Champagnat – gratuito
Noite de gala – Dança – apresentação de grupo de dança da cidade – teatro municipal com custo
Os três porquinhos – Teatro Popular do SESI – gratuito
Café com musica – manha de lazer com musica no Parque Fernando Costa – publico geral - gratuito.
Dia do Estudante – varias atividades culturais para comemorar o dia do estudante – PRAÇA CENTRAL
“A Formiga fofqueira” teatro infantil – teatro municipal – com custo
“Duro aprendizado” cinema – Colégio Champagnat – gratuito
Mostra de artesanato – exposição de artesão da cidade Semana do folclore – FCMA – para ser realizado em espaço aberto na praça central
Quintas Musicais – Musica – apresentação de bandas da cidade e com repertorio variado – PRAÇA CENTRA
“Almanaque de araque” – Teatro Popular do SESI – teatro – gratuito

I Festa de Nossa Senhora de Achiropita – Festa da comunidade Italiana com parte de um projeto “Revitalização do Centro – Calçada da rua Voluntario da franca
Exposição de pinturas – Pinacoteca municipal – gratuito
Apresentação instrumental – musica com alunos da academia Jose Marques – teclado e violão – teatro municipal com custo
“Cidade de Deus” cinema local : Escola Profa. Izaura Cunha Nunes – Bairro Vicente Leporace II – gratuito
Mesa Cultura Popular – Semana do folclores – discussão sobre a cultura popular para posteriormente ser encaminhada para o Conferencia de Cultura.
“Do clássico ao popular” – musica – apresentação de musicas de repertorio variado com artistas da cidade – teatro municipal com custo
“O Chamado” cinema – tema: lendas urbanas - - Colégio Champagnat – gratuito
“Boitató” – Semana do folclore – teatro com grupo francano – teatro municipal – com custo
“Poemas, Causos e Encenações” – Semana do Folclore – grupos de artista da cidade declamam poesias e contam causos entre outras encenações – LOCAL PRAÇA DA CULTURA – FRENTE AO TEATRO MUNICIPAL
“Chegança” Semana do Folclore – apresentação da Escola Municipal de Musica (EMIM) de músicas folclóricas – PRAÇA DA CULTURA
Escola e Folclore – Semana do folclore – Apresentação de alunos de escolas publicas em homenagem a semana do folclore. – praça central
“Jongo-Caxambú” Semana do Folclore – grupo de capoeirista da cidade – PRAÇA CENTRAL
“Puxada de rede do Xaréu – Semana do folclore – apresentação de grupos de capoeira da cidade – Teatro Municipal (custo 1kg de alimento não precível para a campanha Fome Zero)
Manifestação folclóricas – semana do folclore – grupo de teatro da federação de teatro Amador – apresentação de encenações folclóricas – PRAÇA CENTRAL
“Bulgóia, Repenique e Tropeço – Teatro Popular do SESI – sem custo
“Cidade de Deus” cinema – ESCOLA PROF. SABINO LOUREIRO “ VILA SANTA TEREZINHA
Exposição de plantas medicinais e aromáticas – biblioteca municipal central
“Uma professora muita maluquinha – Teatro profissional – teatro municipal com custo
Mesa de Artes Visuais – Conferencia de Cultura – “Plenária para discussão do tema: artes visuais. Objeto levantar pontos importantes para encaminhamento na Conferencia de Cultura.
(dialogar sempre com isso, porque se trata de uma tentativa de sair da mesmice quando se fala em política cultural)
“O cangaceiro” cinema – Colégio Champagnat
“Qualquer gato vira-lata tem uma vida sexual melhor que a nossa – espetáculo profissional com custo
“Candim” Teatro Popular do SESI – espetáculo sobre o pintor brasileiro Cândido Portinari – SESI – gratuito
“Dança contemporânea” Dança – apresentação de dança com bailarinos de uma escola de dança local – custo 1 kg de alimento
Sarau – apresentação de varias atividades culturais . teatro, poesia, dança, musica e artes plásticas. Local Federação de Teatro Amador do Nordeste Paulista.

APÊNDICE B - AGENDA CULTURAL DO MÊS DE JUNHO/2004

Junho/ 2004	Atividade Hora do Conto / Incentivo à Leitura	Local
1 a 09	Painel Exposição temática Biblioteca	Biblioteca
1 a 9	Oficina de berimbau	FCMA
1 a 18	Mostra de História em Quadrinhos com alunos da oficina	MIS
1 a 22	Inscrições Oficinas de Bonecos	FCMA
1 a 29	Inscrições Oficina de pintura	FCMA
1 a 30	Inscrições Oficina de Tai Chim Chuan	FCMA
1 a 30	Brinquedoteca – agendamento para escolas infantis	Biblioteca Central
6 e 20	Café com Música / Atividade de lazer	Parque de Exposição Fernando Costa
7 e 8	Show de Música IGB - Alunos	Teatro Municipal
7 a 12	Arte na Praça/Exposição Artes Plástica	Praça Barão (Central)
9	“Retratos de uma Obsessão” Atividade / Cinema Livre.	Colégio Champagnath
12,13,19,20,26, e 27	Feira do artesanato	Praça Carlos Pacheco (Central)
13	“Spirit – O corcel indomável – Cinema Livre	Colégio Champagnath
13	“Sexo amor e traição “ – Cinema livre	Colégio Champagnath
13	“Tainá, uma aventura na Amazônia - Cinema Livre	Centro Comunitário – Vicente Leporace
13,20 e 27	“Retretas dominicais” - Apresentação de Sociedade Banda Musical	Praça Nossa Senhora da Conceição (Central)
14 a 19	“Arte na Praça” –Exposição de Artes Plásticas	Praça Nossa Senhora da Conceição (Central)
14 a 20	Painel – Festas juninas	Biblioteca Municipal
15 a 20	Aula de dança de salão – inscrições	FCMA
16	“Corpo fechado” Cinema Livre	Colégio Champagnath
17	“Quintas musicais” Atividade / Música	Praça Nossa Senhora da Conceição (região central)
18 a 30	“Mostra de Arte da Juventude - Exposição Pintura, fotografias, esculturas	Pinacoteca Municipal
19	“Show musical” - Atividade musical	Teatro Municipal
20	“Menino maluquinho – O filme” cinema livre	Colégio Champagnat
20	“A hora do Rush 2” Cinema Livre	Colégio Champagnat
20	“Taina, uma aventura na Amazônia”Cinema livre	Escola E.M Valeriano Gomes do Nascimento (CAIC)
20	“Luis Carlos In Concert - Atividade música	Teatro Municipal
21 a 26	“Arte na Praça” Artesanato	Praça Barão (Área Central)
21 a 30	“São Carlos pela objetiva” - Exposição Fotografia	Museu da Imagem e do Som

23'	“Onze homens e um segredo” Cinema livre	Colégio Champagnat
23	“Pérolas do Brasil” Projeto Caicultura	Teatro Municipal
24	“Quintas Musicais”	Praça Nossa Senhora da Conceição
25,26,27	“II Francad Festival de Dança de Franca	Teatro Municipal
27	“101 Dálmatas” Cinema Livre	Colégio Champagnat
27	“Loucuras na idade média” Cinema Livre	Colégio Champagnat
27	“Tainá, uma aventura na Amazônia” – Cinema Livre	Centro Comunitário Parque do Horto
20 e 30	“Arte na Praça” – Mostra de trabalhos em madeira	Centro de Informação e Apoio – (Praça Barão)
30	“Segurança nacional” – Cinema livre	Colégio Champagnat
30	“Apresentação de Alunos do Núcleo Musical Lúcia Garcetti”	Teatro Municipal

APÊNDICE C - PROJETOS CULTURAIS SELECIONADOS NO PROGRAMA BOLSA CULTURA – 2016

Pessoa física	Pessoa jurídica
<ol style="list-style-type: none"> 1. Daniel Henrique Ferreira - Projeto Pôr do Sol 2. Carlos Eduardo da Silva - Projeto Festival de danças urbanas “Block Out” 3. Maurício de Moraes - Projeto Festival de Arte de Rua Graffiti Street Styles – 4. André Luis K. Bonfim - Projeto Hip Hop Park Jam 5. Isadora Ricci Ferreira - Projeto Cultural Rodoviária 6. Lilian Tosi de Melo - Projeto O Verde que Ainda Resta Em Mim 7. Zulmiro Batista da Silva - Projeto Os Nossos Melhores Hinos de Reis 8. Welisson da Costa Leão - Projeto Quinteto de Metais Musicalis – 9. Felipe Fernandes Martins - Projeto A Cigarra e a Formiga 10. Edson Daniel Cândido - Projeto Oficinas de Breaking 11. Eduardo Braga - Projeto Capoeira Para Todos – 12. Elaine Cristina Narcizo - Projeto Berço da Arte: Experimentações artísticas na primeira infância 13. Eduardo Willian Alves - Projeto Peace Battle 14. Samuel Eduardo da Silva - Projeto Uma história musical 15. Leandro Mazáro - Projeto Contato didático-poético com a dança contemporânea, as artes visuais e a música 	<p>Pessoa Jurídica - Projetos Selecionados</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AMAF - Projeto Música de concerto para todos 2. Instituto Arte e Vida - Projeto Os artistas francanos: histórias e contribuições – 3. Instituição Espírita Joanna de Ângelis - Projeto Fanfarra, música, arte e cidadania 4. Associação Educacional do Samba - Projeto Corredor Cultural de Franca 5. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Projeto Música e Arte <p>Projeto Selecionado como suplente</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Associação Francana de Ginástica Olímpica – AFAGO – Projeto Nega’s Franca.

<p>16. Rogério Miranda Lopes - Projeto Caminhos Abertos</p> <p>Projetos Selecionados como suplentes</p> <p>1. Higinia Teixeira Marques - Projeto Curadoria do acervo do MIS</p> <p>2. Anabrisa Tamasso Magalhães - Projeto Namandu, a sabedoria das lendas indígenas nas EMEBs de Franca</p>	
---	--

Fonte. Portal Feac. Acesso em 04/07/2018.
<https://gcn.net.br/noticias/276286/franca/2015/01/artistas-questionam-selecao-do-bolsa-cultura> Acesso em: 06 08 2018.

ANEXO A - ENCARTE DISCO ORQUESTRA E CORAL - FMMA, 1977

"ORQUESTRA E CORAL FORAM ALÉM DO QUE SE ESPERAVA"

Com a Catedral de Nossa Senhora da Conceição completamente lotada, a Fundação Municipal "Mário Andrade" abriu domingo último a temporada oficial de 1977, apresentando a Orquestra de Câmara e o Coral, no primeiro concerto apresentado após a encampação em nível local do extinto "Movimento Mário de Andrade", da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado, no ano passado.

Após o concerto, a opinião geral era de que nunca Franca pode sentir-se orgulhosa por conseguir fazer e montar o que grandes capitais não possuem: uma orquestra de câmara de alto nível e um coral que se encontra num estágio que nada fica a dever aos maiores corais existentes. Na realidade, a apresentação do último domingo, na Catedral, demonstrou que o público de Franca sabe o que pode ser conseguido, mas não esperava que pudesse ser tomado de surpresa, como ocorreu. Eram operários, estudantes, industriais, comerciantes, não um público exclusivamente eclético. E estavam ouvindo Vivaldi e Schubert feito em Franca, da melhor qualidade.

21,07 HORAS

O prof. Paulo de Tarso Oliveira, presidente da Fundação Municipal Mário de Andrade e Diretor do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, abre oficialmente a Temporada Oficial de Concertos para 1977 dizendo dos objetivos da FMMA e apresentando a Orquestra de Câmara.

As primeiras palmas se avolumam com a entrada do Maestro Barros Garboggini que dá início ao Concerto Grosso em Ré Menor para Orquestra de Cordas, Opus 3 nº 11 de Vivaldi. O silêncio de platéia não diria que ali se encontravam no mínimo 1.500 pessoas.

21,20 HORAS

A orquestra de câmara termina o Concerto Grosso em Ré Menor e é aplaudida. Dois minutos depois tem início o final da primeira parte do programa com o concerto em Lá Menor para violino e orquestra de cordas, Opus 3 nº 6, também de Vivaldi. O solista Eliseo Nuñez Aparicio demonstra toda a sua técnica e é quando o público sente a qualidade dos músicos. Nos "bastidores" da sacristia, todos os componentes do coral procuram controlar a expectativa numa verdadeira demonstração de concentração. Ninguém fala, mas suspira fundo quando a primeira parte do concerto termina e o Maestro Garboggini retorna com o spalla para os aplausos.

21,42

O Locutor Carlos Grego lê uma sinopse da Missa como ritual sacro e suas divisões. O público continua em silêncio e a catedral lotada, sendo que pelo intervalo deveria haver a evasão de pessoas que ali se encontravam e não sabiam o que estava ocorrendo.

Com suas batidas azuis, todos os integrantes do coral postam-se nas escadarias do altar, um por um. Sabe-se que naquele instante o nervosismo dos "bastidores" ou desaparecera ou estava controlado. Segue-se a entrada dos músicos da Orquestra dispostos à frente do coral e depois, dos solistas Regina Helena Mesquita, Antonio Fernando Teles e Osvaldo Bueno César. Novamente a entrada do Maestro Garboggini traz a expectativa para a grande maioria do público no sentido do que seria a Missa em Sol Maior nº 2 para soprano, tenor e baixo Coro Misto e Orquestra de Cordas, de Franz Schubert.

O volume e a suavidade do coral no Kyrie (primeira parte da Missa) foram destaque, mas todos os presentes dirigiram suas atenções para a soprano Regina Helena Mesquita. Seu volume de voz e musicalidade faziam jus ao seu currículo, que de maneira discreta relatava que aquela jovem de 25 anos cantara na Europa e nos Estados Unidos. Mas, o que o currículo não anotou é que merecidamente a moça que o público de Franca presenciava já cantou como solista nas principais capitais da Europa durante "tournee" do Coral da USP e atualmente é uma das principais sopranos deste País.

Da mesma forma, a estréia como solistas do paulistano Osvaldo Bueno César (professor de Técnica Vocal do Coral de Franca) e do francano Antônio Fernando Teles (integrante do Coral Municipal) deram ênfase e marcaram sobremaneira toda a apresentação da Missa em seis partes.

22,10 HORAS

O público continua atento e em silêncio quando os últimos acordes do Agnus Dei encerram a apresentação da Missa de Schubert. Um silêncio que denotou toda a surpresa do que acabava de ocorrer se antepôs entre a última nota e a explosão de aplausos.

O público se levantou e durante mais de um minuto, e enquanto aplaudiu, finalmente se conscientizou de que tudo aquilo foi feito em Franca e era da cidade. Apressadamente, enquanto invadiam a sacristia para os cumprimentos, liam no programa anual a data do próximo concerto dia 31 de julho.

O QUE NINGUÉM PERCEBEU

Sabe-se que antes do Concerto, elementos ligados à Fundação Municipal "Mário de Andrade" estavam

preocupados em reservar os primeiros bancos da Catedral para as autoridades e convidados especiais. No entanto, apesar da insistência dos empregados, a grande maioria do público já havia tomado os primeiros lugares desde a Missa das 19 horas. Ninguém se moveu. Já às 20:30 horas, a Catedral encontrava-se com o público que ainda chegava se acomodando nos últimos bancos.

O Prefeito Maurício Sandoval Ribeiro chegou às 20:50 horas e como o Presidente da Fundação, Paulo de Tarso, não possuía lugar. E não reclamou. Mas, alguém percebeu e mesmo tentando ajudar, a única coisa conseguida na sacristia foram duas banquetas de 30 centímetros de altura. Ninguém se incomodou e o Prefeito e seu Diretor de Educação se acomodaram ao lado dos primeiros bancos. Enquanto isso, o chefe de gabinete sentava no chão mesmo, juntamente com sua noiva. O irmão do Maestro Garboggini encontrava-se de pé no meio do público e no fim da igreja. Alguém o reconheceu, levando-o para o côro do órgão, onde onde os fotógrafos iam trabalhar.

Por outro lado, observou-se que dentro da nave e no meio do público não foi notada a presença de nenhum diretor de escola e poucos professores foram "visíveis", da mesma maneira que apenas um vereador foi notado.

Compareceram ainda ao Concerto Oficial da "Fundação Mário de Andrade", universitários de Ribeirão Preto, alunas do Maestro Barros Garboggini da UNAERP, onde o mesmo é professor de Percepção Musical e Regência.

OS PRÓXIMOS CONCERTOS

A temporada oficial deste ano terá realização de mais 11 concertos. Entretanto, embora constando na programação oficial, é bem provável que sejam acrescidos mais alguns, para um atendimento às exigências, devido à aceitação dos trabalhos da Fundação.

Inicialmente, estão previstos os dias 31 de julho, 20 e 21 de agosto, 10 de setembro, 15 e 16 de outubro, 11 de setembro, 05 e 27 de novembro e 17 de dezembro.

Outra questão é com respeito aos locais de apresentação da Orquestra de Câmara, Orquestra de Cordas, Coral Municipal e Coral Infantil. Destaque-se ainda que no dia 05 de novembro haverá um concerto de música popular, pelo Coral Municipal, enquanto no dia 10 de setembro, para a Cantata nº 55 de Bach, o solista será o Sr. José de Alcântara Vilhena.

Jornal "O Comércio da Franca" - 05 de julho de 1977

Reporter: Paulo Fernando Gonçalves



Barros Garboggini



FICHA TÉCNICA

Gravação original feita por Claudinet Gregorutti (Carlos Grego) na noite de 3 de julho de 1977, na Igreja Matriz de N. S. da Conceição, Franca (SP)
 Reprocessamento da fita original: Julinho de Freitas
 Corte: Oswaldo Martins
 Colaboração: Isolino Colato
 Produção e Direção Geral: Marcelo Duran
 Capa: Lay-Out: Marco Antonio Russi
 Arte Final: Rodrigo Ferri Carvalho
 Reproduções Fotográficas: Lázaro Amêndola da Silva
 Impressão e Acabamento Gráfica Armando - Franca (SP)
 Fabricado por BMG-ARIOLA Discos Ltda.
 Divisão SONOPRESS - São Paulo - SP

COM O APOIO CULTURAL DE

Gráfica Armando

Gelu
Publicidade Ltda

AMAZONAS

ANEXO B – AGENDAS CULTURAIS 2004



ANEXO C - CONVÊNIOS E AUXÍLIOS DA DIVISÃO DE CULTURA E DIVISÃO DE ESPORTES 2016

Associações e Pessoas Físicas Beneficiadas

Valor Convênio

CONVÊNIOS 2016 ESPORTIVOS E PARADESPORTIVOS

ASS. DE PAIS E AMIGOS DO FRANCA BASQUETE	R\$ 129.424,00
FRANCA BASQUETEBOL CLUBE	R\$ 700.375,50
ASS. EDUCACIONAL AMIGOS SOLIDÁRIOS	R\$ 65.318,17
ASS. FRANCANANA DE KUNG FU	R\$ 65.318,17
LIGA FRANCANANA DE FUTEBOL DE CHÁCARA	R\$ 190.976,00
ASS. FRANCANANA DE VOLEIBOL	R\$ 201.400,00
ASS. HWA RANG DE TAEKWONDO	R\$ 76.350,00
ASS. KIAI KAN DE JUDO	R\$ 233.295,00
LIGA FRANCANANA AMADOR DE FUTEBOL	R\$ 376.000,00
INTERNACIONAL ESPORTE CLUBE	R\$ 214.126,00
TOTAL	R\$ 2.252.582,84

CONVÊNIOS 2016 BOLSA CULTURA

PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUTO ARTE E VIDA	R\$ 99.706,00
ASS. EDUCACIONAL DO SAMBA	R\$ 44.500,00
ASS. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP. DE FRANCA	R\$ 62.533,62
OBRAS SOCIAIS DA IGREJA EV. PENT. O BRASIL P/ CRISTO	R\$ 40.000,00
ASS. MUSICAL E ARTISTICA DE FRANCA	R\$ 100.000,00
INSTITUIÇÃO ESPÍRITA JOANNA DE ÂNGELIS	R\$ 43.500,00
TOTAL	R\$ 390.239,62

PESSOAS FÍSICAS

ANDRÉ LUIS KUBOYAMA BOMFIM	R\$ 25.000,00
LEANDRO MAZARO	R\$ 5.000,00
SAMUEL EDUARDO SILVA	R\$ 11.200,00
ELAINE CRISTINA NARCIZO	R\$ 9.999,00
EDUARDO RIBEIRO BRAGA	R\$ 12.000,00
ROGÉRIO MIRANDA LOPES	R\$ 19.750,00
ZULMIRO BATISTA DA SILVA	R\$ 15.000,00
FELIPE FERNANDES MARTINS	R\$ 10.000,00
ISADORA RICCI FERREIRA	R\$ 8.000,00
WELISSON DA COSTA LEÃO	R\$ 20.000,00
LILIAN TOSI DE MELO	R\$ 8.000,00
EDSON DANIEL CANDIDO	R\$ 28.480,00
CARLOS EDUARDO DA SILVA	R\$ 40.000,00
DANIEL HENRIQUE TEIXEIRA	R\$ 10.000,00
MAURÍCIO DE MORAIS	R\$ 10.000,00
EDUARDO WILLIAN ALVES	R\$ 8.000,00
HIGINA TEIXEIRA MARQUES	R\$ 33.999,72
ANABRISA TAMASO MAGALHÃES	R\$ 25.370,00
TOTAL	R\$ 299.798,72
TOTAL GERAL	R\$ 2.942.621,18

Fonte: FRANCA, 2016. <http://feacfranca.sp.gov.br/FEAC/a-fundacao/atividades/noticias/289-convenios-e-auxilios-da-divisao-de-cultura-e-divisao-de-esportes-2016> (17/09/2018 as 11h28)

ANEXO D - PLANO PLURIANUAL PARA A CULTURA

Lei nº 5.576/2001 - fls 264

Prefeitura Municipal de Franca

900 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE

Planejamento Plurianual

Diretriz: 001

Instalação do Centro Cultural da Estação OBS: esta meta esteve sempre na proposição dos orçamentos ao longo dos últimos quatro anos desta gestão.

- 1 Objetivo: 001.089.001
- 2 Instalar Centro Cultural da Estação em área da cidade que facilitará e abrigará maior número de visitantes e usuários, proporcionando fácil acesso, maior eficiência e dinamismo na mensagem cultural, tornando- se um marco cultural
- 3 Meta: 001.089.001.001
- 4 Realizar exposições culturais de artistas locais e outros.
- 5 Meta: 001.089.001.002
- 6 Implantar local apropriado para oficinas, cursos, palestras, seminários, etc.
- 7 Meta: 001.089.001.003
- 8 Instalar um mini teatro que possibilite ensaios abertos, pequenos eventos, apresentações musicais e teatrais
- 9 Meta: 001.089.001.004
- 10 Instalar a Pinacoteca e o Museu da Imagem e do Som
- 11 Meta: 001.089.001.005
- 12 Manter e ampliar o acervo da biblioteca da Estação

Diretriz: 002

Implantar Núcleo de Oficinas de Artes e Cultura

Objetivo: 002.090.001

1. Implantar núcleo de oficinas pelas regiões da Cidade, possibilitando o atendimento mais próximo da população, incentivando a produção cultural como espaço ativo e dinâmico para o fomento cultural, na forma de cursos, oficinas, palestras e outros.
2. Meta: 002.090.001.001
3. Oferecer o maior número de modalidades de oficinas artes plásticas, música, dança, movimento, artesanato, literatura, teatro etc
4. Meta: 002.090.001.002
5. Divulgar as oficinas nos meios de comunicação de massa
6. Meta: 002.090.001.003
7. Potencializar e adequar os equipamentos existentes (escolas, centros comunitários) e parcerias com entidades com escolas de samba etc,

Diretriz: 003

Implementar Atividades Culturais Populares

Objetivo: 003.091.001

Implementar atividades culturais populares em áreas da cidade que facilitem um maior número de visitantes e usuários, maior eficiência e dinamismo na produção e difusão da cultura

Meta: 003.091.001.001

8. Realizar programa de cinema nos bairros da cidade

Meta: 003.091.001.002

Dar continuidade no projeto museu e teatro de rua

Meta: 003.091.001.003

Implantar o projeto Arte no Terminal

Meta: 003.091.001.004

Implantar o programa Música na cidade

Meta: 003.091.001.005

Incrementar e dinamizar atividade o Som Nosso de Cada Mês, possibilitando apresentações musicais de artistas locais

Prefeitura Municipal de Franca

900 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE

Planejamento Plurianual

Meta: 003.091.001.006

Realizar festivais e salões em todas as modalidades artísticas

Meta: 003.091.001.007

Dar continuidade ao Projeto Águas de Março

Meta: 003.091.001.008

Realizar o Projeto Domingo no parque com várias atividades culturais e artísticas no parque Fernando

Costa

Meta: 003.091.001.009

Manter concurso de contos, romances e poesias, teatro e performance

Meta: 003.091.001.010

9. Realizar Shows de músicas de diversos gêneros

Meta: 003.091.001.011

Implementar projeto Arte na Fábrica

Meta: 003.091.001.012

10. Implementar projeto Viva o Bairro

Prefeitura Municipal de Franca

900 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL MARIO DE ANDRADE

Planejamento Plurianual

Meta: 003.091.001.013

Manter e ampliar os salões de artes visuais

Meta: 003.091.001.014

Criar oficinas e atividades específicas para crianças e adolescentes (o contador de histórias, cine escola,

11. cinema livre, curso de música, teatro e semana da juventude)

Diretriz: 004

Modernizar e ampliar as atividades culturais

Objetivo: 004.092.001

Dotar as unidades culturais de equipamentos e materiais permanentes de qualidade

Meta: 004.092.001.001

Estabelecer parcerias com órgãos municipais e estaduais e internacionais em diversas áreas, para ampli acesso à cultura

Meta: 004.092.001.002

Contratar cursos, seminários e workshops das mais diversas áreas culturais

Meta: 004.092.001.003

12. Criar curso para agentes e monitores culturais

Objetivo: 004.092.002

Dotar a Coordenadoria de Cultura de veículos, para transporte de acervo, cenário, artistas e conferencistas

Meta: 004.092.002.001

13. Aquisição de veículos para atender as unidades culturais

Diretriz: 005

Realizar Intercâmbios Culturais

Objetivo: 005.092.001

Criar programas de intercâmbios culturais com outras cidades e organizações que objetivem a formação

dos agentes culturais, conhecendo novas realidades

Meta: 005.092.001.001

Estabelecer parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e internacionais ligadas à arte e cultura

Meta: 005.092.001.002

14. Ampliar número de workshops e seminários em parceria,

15. Diretriz: 006

16. Produzir materiais artísticos

17. Objetivo: 006.092.001

18. Produzir materiais artísticos como CDs, filmes, vídeos, livros, etc., de artistas e escritores francanos,

19. bem como catálogos e livros dos acervos das unidades culturais, facilitando o reconhecimento junto ao

20. grande público das obras de valor

21. Meta: 006.092.001.001

22. Editar CDs de músicos francanos

23. Meta: 006.092.001.002

24. Incentivar a produção artístico local

25. Meta: 006.092.001.003

26. Elaborar e listagem do patrimônio edificado do município

27. Meta: 006.092.001.004

28. Dar continuidade no projeto Franca em perspectiva

29. Meta: 006.092.001.005

30. Disponibilizar o acervo do museu de rua em material permanente

Meta: 006.092.001.006

Dar continuidade do projeto Memória dos Bairros

Meta: 006.092.001.007

Realizar catálogos didáticos sobre obras de artistas francanos

Meta: 006.092.001.008

31. Implementar Memória oral

Diretriz: 007

Construção de Próprios municipais

Objetivo: 007.093.001

Construir, reformar e ampliar as unidades culturais, visando melhorar as condições de funcionalidade e atendimento

Meta: 007.093.001.001

Reformar a escola municipal de iniciação musical e do CEI

Meta: 007.093.001.002

Realizar pequenos concertos na biblioteca

Meta: 007.093.001.003

32. Manter adequar e preserv

Meta: 007.093.001.003

Manter adequar e preservar os equipamentos culturais já existentes

Meta: 007.093.001.004

33. Reformar o Teatro Municipal

34. Diretriz: 007

35. Construção de Próprios municipais

36. Objetivo: 007.093.001

37. Construir, reformar e ampliar as unidades culturais, visando melhorar as condições de funcionalidade e

38. atendimento

39. Meta: 007.093.001.001

40. Reformar a escola municipal de iniciação musical e do CEI

41. Meta: 007.093.001.002

42. Realizar pequenos concertos na biblioteca

43. Meta: 007.093.001.003

44. Manter adequar e preserv

Xxx

Diretriz: 008

Modernizar, manter e ampliar as unidades culturais

Objetivo: 008.092.001

Dotar de atualidade o acervo e equipamentos das unidades culturais, diversificando seu conteúdo, atendendo as necessidades da população, considerando-os como centros de difusão cultural, buscando o usuário onde ele estiver, preservando a memória local

Meta: 008.092.001.001

Melhorar o atendimento ao público e modernização das unidades culturais

Meta: 008.092.001.002

Instalar equipamentos de informática nas unidades culturais municipais

Meta: 008.092.001.003

Capacitar os funcionários das unidades culturais

Diretriz: 009

Aquisição de instrumentos musicais, uniformes e outros materiais permanentes, visando à implantação

de grupos musicais

Objetivo: 009.092.001

Dotar o município de grupos musicais, com a finalidade de propiciar lazer à comunidade e estimular as crianças e jovens a se interessarem pela música

Meta: 009.092.001.001

Adquirir instrumentos musicais até 2005

Meta: 009.092.001.002

Criação de grupos musicais municipais, fornecendo uniformes

Diretriz: 010

Implantar o Museu Virtual

Objetivo: 010.092.001

Digitalizar e disponibilizar eletronicamente o acervo dos Museus, Arquivo Histórico e Pinacoteca, visando popularizar obras e documentos raros a população

Meta: 010.092.001.001

Disponibilizar os arquivos das unidades culturais em CDs

Diretriz: 011

Incentivar o resgate da cultura popular

Objetivo: 011.094.001

Resgatar e preservar a cultura popular nacional e local, através de festas folclóricas e datas temáticas

Meta: 011.094.001.001

Realização de encontro de cultura popular com apresentações de diversos segmentos:
Capoeira, folia de reis, congada, cavalhada, Semana Raça, Semana da Mulher, carnaval etc

Diretriz: 012

Preservar a memória local

Objetivo: 012.094.001

Preservar o patrimônio cultural local, em toda sua extensão

Meta: 012.094.001.001

Elaborar listagem e recuperação do patrimônio edificado

Meta: 012.094.001.002

Criar o prêmio Gentileza Urbana

Meta: 012.094.001.003

Catalogar o patrimônio cultural local

Meta: 012.094.001.004

Realizar um catálogo de imóveis tombados no município

Meta: 012.094.001.005

Recuperar monumentos e obras do acervo público